

Ivo Poletto

*Esperança
sempre*

MEMÓRIAS DE UM
ANDARILHO APRENDENTE



Ivo Poletto

*Esperanças
sempre*

MEMÓRIAS DE UM
ANDARILHO APRENDENTE

Copyright © 2024 by Ivo Poletto
e GDV Editora

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa
de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 2009.

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO
Gildivan Martins de Figueiredo

CAPA
Guilherme Stival

REVISÃO
Renato Thiel

Dados Internacional de Catalogação da publicação na fonte (CIP)

P665e Poletto, Ivo.
Esperança Sempre - Memórias de um andarilho aprendiz /
Ivo Poletto. – Brasília : GDV Editora, 2024.
196p.
ISBN 978-65-983240-3-2.
1. Memórias autobiográfica. 2. Movimentos sociais e
espiritualidade - Autobiografia. 3. Caminhada eclesial,
social e política – Narrativas pessoais. I. Título

CDU 82-94 (81)

Biblioteca: Ogná Pereira da Silveira Fernandes – CRB15/196

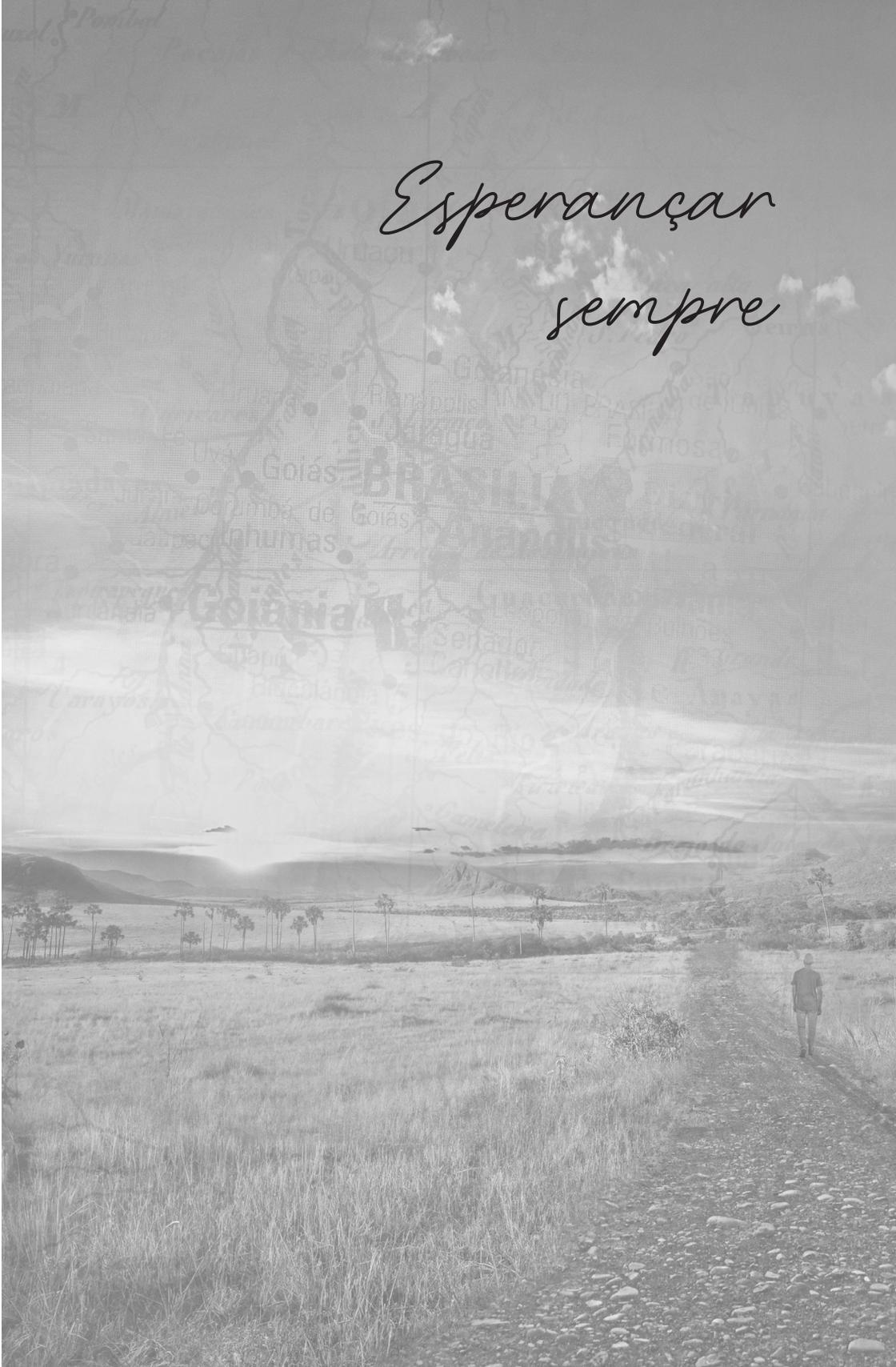
Impresso no Brasil

Nenhuma parte deste livro poderá ser reproduzida ou transmitida sem autorização prévia por escrito do(s)
Autor(es) e/ou organizador, sejam quais forem os meios empregados: eletrônicos, mecânicos, fotográficos,
gravação ou quaisquer outros. (Lei n° 9.610/98).



Rua Francisco Homero Duarte Pinto, 116
1° Andar, Bairro Maria Raquel. Sousa - PB
CEP: 58804-675
CNPJ: 21.951.073/0001-39
Editor Responsável: Gildivan Martins

*Esperanças
sempre*



SUMÁRIO

Apresentação	07
Abertura do Pano	13
Profecia se Tornando Real	17
Marcas da Origem	33
Cristianismo com Libertação	43
Missão Eclesial Libertadora	57
Ir Aonde o Povo Está	69
Coragem para Abrir Caminhos	89
Queremos Terra na Terra	101
Atenção aos Sentimentos	115
1º Governo Popular - Fome Zero	129
Possibilidade de Zerar a Fome	137
Anjos e Anjas de Minha Vida	157
Amor à Terra Mãe e ao Cosmos	169
Pontes para o Mundo	183
Posfácio	191

APRESENTAÇÃO

Para retomar o primeiro amor

Marcelo Barros

Para a espiritualidade bíblica, retomar o primeiro amor é a proposta a ser feita quando o caminho da aliança comunitária se desvia e nos faz perder o rumo. Na história do povo bíblico, essa expressão era usada quando o povo e seus pastores esqueciam o projeto de uma sociedade baseada na justiça. Profetas, como Jeremias, afirmam que Deus considera a libertação do antigo povo hebreu da escravidão do Egito e a caminhada para a terra prometida como “o tempo de um namoro entre Deus e o povo oprimido, quando este o seguia pelo deserto” (Cf. Jr 2, 2).

No Apocalipse, último livro do Novo Testamento, retomar o primeiro amor é o apelo do Cristo à Igreja de Éfeso. Ali havia uma Igreja muito bem organizada e disciplinada, mas o Cristo manda lhe dizer: “Tenho contra ti que esqueceste o teu primeiro amor. Retoma a paixão dos primeiros dias, senão eu vou a ti e destruturo a tua organização” (Ap 2, 5).

No Brasil, a Igreja Católica chegou no século XVI com os colonizadores europeus. Outras Igrejas cristãs também vieram ligadas a origens norte-americanas, ou europeias. Só a partir da segunda metade do século XX, alguns setores cristãos puderam se inserir, solidária e amorosamente,

em meio aos povos originários e às comunidades oprimidas no campo e nas periferias urbanas.

Em 1968, os bispos católicos latino-americanos e caribenhos se reuniram em Medellín (Colômbia) para aplicar as propostas renovadoras do Concílio Vaticano II (1962 a 1965) ao nosso continente e para responder aos desafios que a realidade lançava às comunidades de fé. Como resposta a isso, os bispos afirmaram:

“Que, na América Latina, de forma mais clara, se apresente o rosto de uma Igreja autenticamente pobre, missionária e pascal, desligada de todo poder temporal e corajosamente comprometida na libertação de toda humanidade e de cada ser humano por inteiro”

(CELAM - Medellín, 5, 15).

Essa conferência representou o começo de um Cristianismo propriamente com cara de povo do nosso continente. A partir de então, surgiram as pastorais sociais e a inserção no mundo dos oprimidos. No início do Cristianismo, o primeiro nome do movimento cristão foi “Caminho”. Na América Latina, a partir dos anos 1970, a experiência do Cristianismo da Libertação se tornou conhecido como “caminhada”.

Todo livro é sempre uma conversa entre o escritor e as pessoas que o leem. Este livro que, agora, você tem em mãos, convida as pessoas que o leem a fazer uma viagem iniciática. Trata-se de uma inserção que, além de social e política, é afetuosa e mesmo espiritual, no sentido místico dos movimentos sociais brasileiros que nutrem a espiritualidade como ética amorosa da solidariedade transformadora.

Nesse livro, com seu estilo de fala simples, leve e, ao mesmo tempo, profunda, Ivo Poletto como que nos pega pela mão e nos conduz por uma história incrível e fascinante de mais de 50 anos de caminhada eclesial, social e política. Através dessas páginas, escritas sempre com o carisma de comunicador que o caracteriza, ele nos conduz para dentro do coração de muitos irmãos e irmãs que, em nome de sua fé cristã e como Igreja, não apenas fizeram opção prioritária pelo povo empobrecido, mas veem como sua vocação se inserir em meio às comunidades do

campo e das periferias urbanas, marcadas pela injustiça estrutural ainda vigente na sociedade.

Atualmente, na Igreja Católica, o Papa Francisco propõe a Sinodalidade como modo normal de ser das Igrejas locais e da comunhão universal (católica). Afirma que a vocação eclesial é ser “Igrejas em saída”. Apesar disso, mesmo se as desigualdades sociais, hoje, são mais gritantes e é mais forte a indiferença com o sofrimento das pessoas mais empobrecidas, quantos bispos latino-americanos e mesmo brasileiros assinariam esse texto que os pastores profetas de 55 anos atrás afirmaram na Conferência de Medellín?

Exatamente por ter consciência de que a parte das Igrejas que assume a profecia do evangelho é o que Dom Helder Câmara chamava de “minorias abraâmicas”, se torna mais importante ainda reafirmar nossa comunhão com a caminhada das comunidades eclesiais de base e nossa inserção em meio ao povo oprimido e às organizações populares que atuam no campo e na cidade, assim como aos povos tradicionais (índigenas e quilombolas), na defesa dos seus direitos e no cuidado com a Pacha Mama, a Mãe Terra.

Há décadas, o teólogo catalão-hindu Raimon Panikkar propunha a espiritualidade como “visão cosmoteândrica¹, isto é, a capacidade de ver de uma só vez e, como em íntima união, o universo (cosmos), Deus (teo) e o ser humano (antropos ou andros).

Para nós, cristãos e, especialmente, companheiros e companheiras das comunidades eclesiais de base e da Igreja inserida no mundo dos povos crucificados, é Jesus Ressuscitado que une em nós, aquilo que, no Popol Vuh, livro sagrado do povo Maya, se denomina: “O coração do céu, o coração da Terra”, ou seja, a unidade profunda da mística, da militância e a profunda renovação de tudo, realizada por Aquele, que conforme o Apocalipse, sentado no trono declara: “Sou eu que faço novas todas as coisas” (Ap 21, 5).

1 - Cf. PANIKKAR, R. *Las tres dimensiones de la realidad - La experiencia cosmoteândrica*, Madrid: Trotta, 1999.

Nessas páginas, de forma concreta e pastoral, Ivo Poletto nos revela que vive esse caminho e conduz essa proposta espiritual, seja nos tempos em que coordenava a Pastoral da Terra, seja no período em que trabalhou na Cáritas, ou nos tempos mais recentes em que coordena o Fórum de Mudanças Climáticas e Justiça Socioambiental.

Nesses dias atuais que nos dão o que pensar, ainda continuamos a receber notícias inquietantes da destruição que empresas mineradoras provocam na Amazônia e em várias outras regiões do nosso continente. Sofremos ao ver que continua forte a guerra da elite contra os povos indígenas. Continuam a acontecer assassinatos de lideranças quilombolas e uma parcela da população e até de comunidades cristãs parecem movidas a ódio, preconceitos e discriminação social.

Nesse contexto difícil, esse livro que, agora, você tem em mãos nos vem como presente maravilhoso para nos recordar as dificuldades e desafios dos primeiros tempos da caminhada e nos reanimar na esperança. À medida que o querido irmão e companheiro Ivo Poletto nos conta o seu itinerário de vida e de doação permanente a serviço dos oprimidos, *ele nos confirma que, como dizia o saudoso Pedro Casaldáliga, “mesmo se, às vezes, estamos por baixo e parecemos derrotados, de fato, somos combatentes de uma causa invencível”*.

Ao acompanhar Ivo no seu testemunho de inserção na caminhada, vamos percorrer a história de sua família de lavradores que ele liga com a do filme italiano “A árvore dos tamancos” (de Ermanno Olmi, 1978) e com a internacionalidade da pobreza e da luta dos lavradores.

Como é bom recordar a insistência do Ivo em ser presbítero sem ser clero, em uma Igreja Católica que, quanto mais o Papa Francisco denuncia o clericalismo e propõe uma Igreja sinodal, mais as Igrejas locais e a hierarquia em geral se fecham em celebrações barrocas e na ostentação narcisista de mitras e barretes, assim como de paramentos vistosos e meio andróginos, muitas vezes de mau gosto.

Será uma delícia recordar o que o Ivo conta em capítulos como: “Ir aonde o povo está” e “Queremos terra na terra”. É difícil lermos o relato de sua experiência no primeiro governo popular e na organização do

programa Fome Zero e não pensar nos atuais desafios de formar cidadãos e cidadãs e fortalecer a rede de educação popular, sem deixar de atender às emergências das pessoas em situação de insegurança alimentar.

Assim, nos reencontramos nas questões abertas pelo amor à Mãe Terra, como ele descreve em um dos últimos capítulos do livro, e as pontes para o mundo que esse livro lança em suas últimas páginas.

Que alegria e privilégio mesmo poder sentir-nos participantes dessa história e companheiros/as dessa aventura. Ao nos unir aos movimentos populares e, como cristãos, nas pastorais que se chamam sociais (como se houvesse pastorais que não o fossem), vocês que lerão essas páginas e eu formamos com o Ivo, Joana e a sua família, uma irmandade ampliada e uma aliança de amizade profunda. Ao celebrar o seu octogésimo ano de vida, testemunhamos a jovialidade inquieta e irreverente do profeta Ivo Poletto.

A mim, pessoalmente, certamente o melhor presente que dele tenho recebido é ver que é sempre possível aos 80, viver apaixonado. Ivo me comprova sempre o que diziam os indígenas zapatistas no sul do México: “Nós somos um exército de sonhadores. Por isso somos invencíveis”.

Esse livro “*Esperançar sempre: Memórias de um andarilho aprendente*” me confirma no acerto da poesia do nosso amigo comum Pedro Tierra, quando proclamava como proposta:

*“Organizar a esperança,
Conduzir a tempestade,
romper os muros da noite,
criar sem pedir licença
um mundo de liberdade”.*

ABERTURA DO PANO

“A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar”.

(Eduardo Galeano)

Na vida, o que é realmente importante? É estar vivo, creio eu, ainda mais quando se está completando 80 anos. Vivo e feliz, de modo especial por ter condições de continuar buscando novos horizontes. Nada de saudades do passado, nem de esquecimento. Ele faz parte do presente, do ser e da teimosa busca do possível, do novo escondido, presente nas sementes que renovam a história. Fui, sou e desejo continuar um semeador. E para isso, um buscador curioso das melhores sementes, as que estão desejando e precisando germinar a tempo de não perder a validade.

Dediquei alguns meses à retomada do caminho percorrido. Na busca do que talvez seja mais marcante em meu modo de ser, cheguei à conclusão de ter sido alguém que não se acomodou ao já conquistado. Ou se renovava, dando conta das novas possibilidades, ou havia a necessidade de dar um passo adiante, criando mediações adequadas para atuar nas potencialidades presentes no tempo, que não para nem se repete, e em que as contradições também se aprofundam.

Por outro lado, dei-me conta que sou um privilegiado, por muitos

motivos. Por ter tomado consciência cedo de que uma pessoa não pode renunciar à sua liberdade, deixando-se dominar por qualquer tipo de razão alegada, nem mesmo a religiosa, como foi a experiência vivida em minha adolescência. Não, Deus, até para ser Deus, não pode ser opressor, cerceador da liberdade. Mas foi difícil libertar-me da imagem de um ser controlador e condenador todo-poderoso, que servia de justificativa para a disciplina assentada na geração do medo, característica dos seminários em que vivi. Não se falava de amor nem se referindo a Deus, pois isso, talvez, poderia indicar que as relações entre as pessoas deviam ser amorosas. O sexismo impedia que crescêssemos como pessoas, originadas e destinadas ao amor.

Sou um privilegiado também por ter vivido o processo de formação no período de anúncio e realização do Concílio Vaticano II. Particpei ativamente da conquista da abertura das janelas dos seminários para que o sol entrasse e o mofo das tradições imobilizadoras fosse extirpado – seguindo o desejo do Papa João XXIII ao anunciar e convocar o Concílio.

Na seqüência, foi imenso o privilégio de ter tido – na verdade, conquistado – o apoio do bispo Dom Benedito Zorzi, pessoa com coração de pastor e missionário, para abrir caminhos novos de evangelização, superando a estrutura paroquial, indo ao encontro do povo das periferias e construindo com ele comunidades vivas de seguidores e seguidoras de Jesus de Nazaré. E que abençoou a possibilidade de participar da Igreja em processo de renovação animada pelo bispo Dom Tomás Balduino, em Goiás.

Que privilégio ter participado da caminhada da diocese de Goiás, com certeza uma das que melhor conseguiu vivenciar as mudanças propostas pelo Concílio Vaticano II e pelas Conferências do CELAM, especialmente a de Medellín, Colômbia, em que o Concílio foi acolhido com criatividade para a realidade da América Latina.

Privilegiado sou também por ter encontrado pessoas amigas que me ajudaram a ter capacidade de visão crítica da realidade socioeconômica. Sem elas é possível que não teria me libertado da visão retrógrada

da extrema direita. E não teria a coragem suficiente para dizer não a todo tipo de proposta carregada de injustiça e discriminação.

Gerar condições para uma vida simples e digna com apoios recebidos pela realização de trabalhos ligados à construção de um mundo livre das formas de exploração, opressão e dominação que caracterizam as sociedades capitalistas não é um privilégio? Foi assim que vivi até a aposentadoria, e continuo a viver depois dela. É algo tão diferente e raro, que pode induzir a erros. De fato, ter consciência de que isso é um privilégio abre caminho para não exigir que outras pessoas, que geram as condições de sua vida em trabalhos sujeitos às leis dominantes, se dediquem às causas sociopolíticas com o mesmo ritmo. Por outro lado, isso não pode servir de justificativa para manter as iniciativas sob seu controle, impedindo que sejam democraticamente dinamizadas.

Andarilho aprendente

Aprendi muito nos relativamente tantos anos de vida. E como esses aprendizados aconteceram ligados a eventos que muitas pessoas nem conhecem, decidi aceitar reiteradas sugestões de escrever sobre eles e disponibilizar os relatos. Podem servir para resgatar e ter presente processos que deram origem a frentes de ação que persistem. Mas não passam de simples relatos, sem outra pretensão do que a de partilhar o que foi apaixonadamente vivido. Não se trata de biografia, mas de retomada de práticas que marcaram minha vida, destacando as relações entre a realidade atual e o que aconteceu antes.

A relação, por exemplo, entre o que a equipe de mobilização social do programa Fome Zero, da qual fiz parte, conseguiu fazer em 2003 e 2004, e o que ela foi impedida de completar logo em seguida, no segundo ano do 1º Governo Lula, com a retomada e aumento da miséria, fome e insegurança alimentar hoje em dia. É fundamental evitar a simplificação de afirmar que isso teria sido fruto apenas do desgoverno Bolsonaro e, antes, do golpista Temer. Há outras causas, e, entre elas, pode não ser

a menor a falta de relação direta com as pessoas com direito a apoio de recursos públicos para derrotar a fome e exclusão social, bem como de processos de educação política que o Fome Zero anunciou que faria, e não realizou. Retomar o que aconteceu pode jogar luzes para que hoje não sejam repetidos os mesmos equívocos.

Como poderão constatar as pessoas que decidirem compartilhar comigo esses relatos, há outras relações entre o que tive o privilégio de viver e desafios que continuam presentes em nossa sociedade. E se a leitura contribuir para que se unam comigo na busca do que cada pessoa, cada comunidade, cada povo, cada bioma e toda a humanidade da Mãe Terra precisamos criar com urgência para salvar a vida, tenham certeza de que aumentará minha alegria e criatividade.

Rebelem-se comigo contra a indiferença e os indiferentes diante dos eventos socioambientais extremos que se multiplicam em todos os continentes: ondas de calor, incêndios incontroláveis, enchentes assustadoras, ciclones e tornados cada vez mais destruidores, secas prolongadas, aumento de migrações provocadas por eventos climáticos, conflitos e guerras de dominação e exploração do que resta de recursos naturais.

Rebelem-se comigo igualmente contra tudo que tenta apresentar como natural e justa a absurda concentração de riqueza existente em nosso pequeno Planeta, escondendo que ela tem tudo a ver com o agravamento constante da miséria e da morte por fome de milhões de pessoas.

Rebelem-se comigo também contra os governos e bancos que teimam em subsidiar as grandes empresas que controlam a exploração de fontes fósseis de energia, mesmo sabendo claramente que isso, junto com os subsídios dados à agricultura industrial que avança sobre o que resta de florestas, contamina solos e provoca desertificação, tem absolutamente tudo a ver com o colapso socioambiental que ameaça toda a comunidade de vida da Terra.

1

PROFECIA SE TORNANDO REAL

O povo brasileiro criou a possibilidade, e o governo federal eleito em outubro de 2022 deu o passo da criação do Ministério dos Povos Indígenas. É um passo inicial, mas imenso, imensurável. Será o começo do resgate da dívida social com estes povos? Será o início da transformação da sociedade brasileira operada com o acolhimento dos modos de vida e da convivência com a Mãe Terra dos povos originários?

Sinais de que a esperança vai se materializando se chamam Sônia Guajajara, indígena eleita deputada federal e empossada ministra responsável por esse ministério, e sua primeira auxiliar, Joenia Wapichana, presidenta da FUNAI. Muito difícil encontrar palavras para expressar o que isso significa de mudança na história do Brasil. Para mim, de toda forma, é uma profecia que vai se tornando real, como tentarei mostrar em seguida.

Voltando no tempo

Transporte-se comigo para o já distante ano de 1973. Tempo ameaçador, com perseguição ditatorial a todas as pessoas e entidades que se colocassem ao lado dos povos indígenas, dos camponeses e de todo e qualquer trabalhador urbano ou rural. Tudo era imediatamente suspeito

e investigado como atividade subversiva, contrária à lei e ordem vigentes, algum tipo de ‘prática comunista’. Ninguém estava livre da sanha repressiva, mesmo porque o comando militar estimulava com prêmios as pessoas a denunciarem essas práticas e, sempre que possível, com cargos e privilégios.

Foi nos primeiros anos dessa década que a repressão política quase conseguiu livrar-se das lideranças dos movimentos e agrupamentos socio políticos que haviam decidido enfrentar a ditadura com estratégias armadas: forçando a sua fuga para o exterior, tornando-se exilados, ou prendendo e até matando quem fosse alcançado no país. Com isso, o ditador Médici e as forças militares se consideravam vitoriosos, e pelo uso de práticas consideradas “legais” por eles e todos que apoiavam a ditadura, já que era a aplicação do Ato Institucional nº 5. Esse Ato foi uma ferramenta política que permitia até o exercício de governo por meio de decretos secretos, justificados pela necessidade de garantir a “segurança nacional”, combatendo o “inimigo interno” definido pela Lei de Segurança Nacional. Foi sem dúvida o tempo mais autoritário e violento da longa ditadura de mais de 20 anos. Foi, na verdade, fruto do golpe dentro do golpe, em que os militares mais autoritários derrotaram os que, de alguma forma vacilantes, haviam levantado a possibilidade de devolver o poder aos civis.

Pois bem, qual a situação dos Povos Indígenas nessa conjuntura? Haveria alguma possibilidade de atuar em seu favor?

É o que narrarei a seguir, destacando o que aprendi por meio das práticas desenvolvidas e revelando como os passos dados naquele período têm relação com a “profecia se tornando real” referida acima.

Respostas arrojadas

Dom Pedro Casaldáliga era bispo de São Félix do Araguaia, em Mato Grosso. Superando suas dúvidas em relação a aceitar ou não o convite ao episcopado em diálogo com o assumido “padrinho” Dom Tomás Balduino, bispo da Diocese de Goiás, Pedro decidiu abrir sua nova responsabili-

dade com a publicação de uma Carta Pastoral, destinada às comunidades de sua prelazia. O título já revela a síntese de seu conteúdo: “A Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social”. A base do conflito estava – e continua – na luta pela terra, em que o latifúndio contava com todo o apoio da ditadura militar. E entre os marginalizados, deixou claro que estavam os que tinham o direito “primeiro”: os Povos Indígenas, junto com os posseiros, peões e assalariados...

A situação denunciada tinha como destinatários as pessoas de fé em relação às quais aceitou a missão do episcopado, as comunidades indígenas e não indígenas da área da prelazia no nordeste de Mato Grosso, mas a leitura política deixava claro que essa era a realidade de toda a Amazônia. E ao anunciar que sua missão, como a de Jesus de Nazaré, era estar ao lado das pessoas, comunidades e povos marginalizados, buscando com eles e elas avançar na construção do Reino de Deus, isto é, de comunidades em que a justiça e a igualdade de filhas e filhos de Deus se fizessem presentes, Pedro tinha consciência de que a repressão o atingiria.

E aconteceu, de fato. Vigiado por delatores, mas também por um jovem membro da polícia que se apresentou como alguém que desejava descobrir se tinha vocação para o serviço presbiteral, e foi acolhido por um tempo, chegou o momento de aprisionamento do bispo e sua equipe de assessoria. Para evitar o escândalo e a inevitável reação da população, a prisão foi domiciliar. Com isso, evitava-se também que a ação repressiva se tornasse conhecida. Mas nem a ditadura mais feroz consegue todos os seus intentos.

Dois jovens membros da equipe de assessoria não estavam em casa. E ao serem informados da estranha ação sendo realizada na casa do bispo, decidiram tomar um barco e seguir Rio Araguaia acima até onde pudessem acessar ônibus para chegar à sede da diocese de Goiás.

Foi aqui que entrei nessa história. Dom Tomás, logo depois de acolher os irmãos que haviam conseguido fugir da prisão domiciliar, decidiu convocar toda a sua equipe de assessoria para analisar a situação e vislumbrar o que deveria ser feito.

Longo diálogo, reforçado por tempos de prece e busca de luzes do Espírito. E o fruto foi algo que nenhum dos participantes poderia imaginar quando escutamos, com dor e revolta, a narrativa dos amigos da prelazia de São Félix. Decidimos deslocar-nos por diversas regiões do país para dialogar diretamente com bispos que, de diferentes formas, estavam apoiando e envolvidos com trabalhos de criação de comunidades eclesiais de base e de apoio a organizações populares de luta por seus direitos sociais. Qual o objetivo? Provocar uma reunião daqueles que, compreendendo os desafios vividos na prelazia de Dom Pedro e as muitas formas de repressão e violências praticadas pela ditadura em todo o país, julgassem indispensável fazer uma análise aprofundada da realidade sociopolítica e decidir em conjunto o que poderiam e deveriam fazer como bispos, tendo presente que praticamente todos estavam sendo poupados pela ditadura, temerosa das reações internacionais.

Encabeçada por Dom Tomás, a comissão contou com a participação da equipe de assessoria da diocese – e vale lembrar, homenagear e invocar, porque já são parte do mundo dos Encantados, os amigos Dario Nunes, Eliseu Lopez, Vera... e o próprio Dom Tomás Balduino. Terezinha Coelho e eu continuamos vivos, podendo contar esta história.

Reconhecendo que precisávamos do apoio de alguém que conhecesse bem os bispos do país, decidimos que a primeira visita a ser feita seria a Dom Hélder Câmara, em Recife. Depois da longa viagem de “fusca”, fomos recebidos por ele com o amor costumeiro. Coube-nos abrir a reunião apresentando a proposta, acolhida com respeitoso silêncio por ele e seu secretário, o presbítero Marcelo Carvalheira. Em seguida, com o entusiasmo característico, Dom Hélder não só acolheu o que propusemos, mas passou a ver a possibilidade de articularmos uma reunião latino-americana, para enfrentarmos juntos as ditaduras que agrediam nossos povos. Foi quando, mesmo sendo a primeira vez que com ele me encontrava, pedi a palavra e sugeri a ele que começássemos de forma mais concreta e viável, reunindo bispos do Brasil para enfrentar os desafios eclesiais e sociopolíticos aqui existentes.

O medo de ter sido atrevido foi imediatamente dissipado. Dom Hélder acolheu a sugestão e, de imediato, começou a elaborar a lista de bispos que deveríamos visitar. Creio que Dom Tomás foi um dos melhores seguidores da perspicácia político-pastoral de Dom Hélder, algo visível, por exemplo, em sua atuação nas assembleias da CNBB. Pronta a lista, começamos a organizar-nos para as visitas. Na verdade, a estratégia assumida foi também provocada pela repressão ditatorial.

De fato, as duas colegas de nossa equipe foram acolhidas por um diácono leigo que assessorava Dom Hélder no campo social. Valendo como mais um aviso e alerta, este amigo foi “visitado” pela polícia e preso justamente nesse dia, e as duas colegas foram obrigadas a entregar seus documentos e a se submeter a uma detenção domiciliar.

Novas reuniões, redefinições do planejamento, e decisões sobre como enfrentar a situação. Dom Hélder indicou o caminho: Dom Tomás, junto com ele e seu motorista, ágil e conhecedor dos segredos do trânsito de Recife, iriam à casa do diácono, resgatariam nossas duas colegas e seguiriam com elas para a casa de Dom Pelé, como era conhecido carinhosamente o bispo de João Pessoa, Dom José Maria Pires, para onde os demais membros da comissão também se deslocaram. A operação foi bem-sucedida!

Tudo feito com cuidado, mas às pressas porque as duas companheiras continuavam sem documentos e poderiam ser novamente presas como fugitivas, a decisão tomada foi dividir a equipe: parte ficaria na região para realizar as visitas previstas, e quatro, isto é, as duas companheiras, Dario e eu, partimos imediatamente em nosso fusca para Goiás, enfrentando mais de dois mil quilômetros pelos sertões. Não podíamos parar em hotéis, pois a falta de documentos era motivo suficiente para denúncia, e por isso a estratégia foi varar noite, dia e noite, só parando em algum restaurante simples de beira de estrada. Lembro que diante do cansaço de meu colega, cheguei a mastigar charutos para evitar o sono...

Enfrentamos dois momentos muito tensos. Na beira do Rio São Francisco, decidimos almoçar enquanto esperávamos a balsa. Durante o

almoço, entraram dois soldados. Provavelmente fruto de nossa tensão, tivemos a impressão de que falavam de uma ordem recebida para prender um grupo... Antecipamos o fim do almoço para ir à beira do rio e torcer que a balsa chegasse imediatamente. No meio da travessia, mais uma vez ouvimos gritos – reais ou criados por nossos justos medos – pedindo que não deixassem ninguém seguir ao chegar na outra margem. Ao completar a travessia, outro desafio: estávamos com pouco combustível, e sabíamos que seria difícil encontrar postos sertão adentro. Decidimos comprar combustível, atentos e com muitos olhos, para qualquer iniciativa de ameaça de aprisionamento. Nada aconteceu, certamente graças a Deus, e retomamos o caminho.

A tensão, especialmente de Vera, que já havia sido presa e torturada em Belo Horizonte, se tornou quase insuportável. Para distender, creio que entoamos todos os cânticos que nossa memória possibilitou. Mesmo assim, a tensão se tornou ainda mais intensa quando nos damos conta de que uma parada havia sido determinada por soldados do exército, reconhecidos por seus trajes. Vimos, depois, que ela fazia parte da estratégia do asfaltamento da rodovia, obra do Exército...

Mais adiante, sem maiores aparências de risco de segurança, o fusca não conseguiu vencer um banco de areia, e parou. Para nossa sorte e bênção, o motorista de um jipe, que havíamos ultrapassado para que nos apoiasse no caso de sermos vencidos pelo tanto de areia movediça existente no caminho, de fato nos socorreu com imensa gentileza.

Mais mortos do que vivos, ou vivos por força da alta adrenalina, chegamos em Formosa, cidade próxima de Brasília. Vendo uma oferta de pensão de beira de estrada, decidimos correr o risco, e nos damos bem: conseguimos dormir algumas horas sem que exigissem documentos pessoais. E isso foi energia para chegarmos, sãos e livres, à casa do bispo da cidade de Goiás.

Respirar, respirar, distender, agradecer, dormir, acolhidos pelas amigas cuidadoras do Centro de Treinamento da diocese, foi nossa prioridade absoluta.

Não por muito tempo. Na verdade, uma vez refeitos, retornamos, no segundo dia, à estrada, agora com a missão de visitar os bispos que Dom Hélder nos ajudou a listar nas regiões Sul e Sudeste. Para isso, seguimos, Terezinha – mesmo sem carteira de identidade! – Dario e eu até o Rio Grande do Sul e retornamos, dias depois, a Goiás passando por São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Essas andanças produziram frutos, a começar com uma reunião de perto de trinta bispos em São Paulo, em que foram dadas respostas arrojadas, como relatarei em seguida.

Denúncia e profecia

A análise da realidade vivenciada por cada um e por todos foi realizada de forma participativa. As assessorias reforçaram, com dados e análises, o vivido por todos: a repressão violenta e assassina já se tornara absolutamente inaceitável. E por isso, iluminados pelo Espírito, invocado em eucaristias e meditações bíblico-teológicas, assumiram diversos tipos de decisão.

A primeira foi a de atuar solidariamente, mantendo-se como um “grupo-não-grupo”, isto é, como um conjunto de bispos que se manteriam em articulação e atuando em conjunto sem deixar de ser membros da CNBB, assumida como organismo oficial a ser valorizado e em que o grupo poderia colaborar com propostas de ação mais amplas, de âmbito nacional.

Para contribuir com as pessoas, grupos e até dioceses perseguidos por causa de suas opções concretas de pastoral e educação popular, e como forma de acolher o sangue martirial das pessoas já mortas pela ditadura, o grupo decidiu que deveria publicar cinco documentos de denúncia e profecia: um sobre a situação vivida pelo povo no Nordeste, outro sobre a situação no Centro-Oeste, uma reflexão crítica sobre a exploração dos trabalhadores urbanos e suas condições de vida nas periferias, uma análise crítica da lei de segurança nacional e sua relação com todas as formas de

repressão, especialmente ao mundo da cultura, e, finalmente, um documento de denúncia das violências sofridas pelos povos indígenas.

Mesmo contando com o empenho dos grupos que assumiram a elaboração desses cinco documentos, só três foram publicados: *Eu ouvi os clamores do meu povo* – assinado por bispos e superiores de congregações religiosas do Nordeste; *Marginalização de um povo, o grito das Igrejas* – assinado por bispos do Centro-Oeste; e *Y-Juca-Pirama, o Índio, aquele que deve morrer* – assinado por bispos e missionários participantes da pastoral indigenista. Para ser justo, um dos bispos do Grupo-não-grupo, Dom Cândido Padim, publicou um excelente artigo profeticamente crítico sobre a lei de segurança nacional.

Estes documentos tiveram uma história reveladora do grau de repressão violenta vivida no Brasil nos primeiros anos da década de 70. Dos três, apenas o que foi publicado por primeiro, sobre o Nordeste, conseguiu ser publicado numa editora de congregação religiosa. Os outros só foram publicados graças ao trabalho de pequenas gráficas de fundo de quintal, em Goiânia e São Paulo, movidas por pessoas simpatizantes da construção de sociedades socialistas.

Em Goiânia, dos três mil exemplares impressos, só conseguimos salvar quinhentos por terem sido retirados um dia antes das forças de segurança invadirem a casa, empastelarem os demais exemplares e prenderem os donos da pequena gráfica. Logo que a notícia da prisão chegou aos ouvidos do arcebispo de Goiânia, Dom Fernando Gomes, o mesmo deu resposta exemplar imediata: ligou ao Comandante do Exército regional, informando-o de que estava ciente da ação repressiva militar contra os trabalhadores, e que, por ser o primeiro da lista de bispos autores do documento, deveria ser preso em lugar dos que o imprimiram a seu pedido. Mais ainda, informou que iria imediatamente ao portão do quartel e lá permaneceria até que a troca fosse feita, e ele, arcebispo, passasse a responder pelo conteúdo da publicação considerada ameaça à segurança nacional.

Vale o destaque: antes que saísse de sua casa, Dom Fernando foi surpreendido por um telefonema do Comandante Militar, avisando que os

dois donos e trabalhadores da gráfica já haviam sido libertados, e estavam retornando para casa. O comentário de Dom Fernando foi de que isso era uma obrigação, um dever de justiça, e não um favor.

Não foi feita nova edição, mas a denúncia do empastelamento e da prática de Dom Fernando serviu para que o pequeno livro fosse reimpresso em uma desconhecida quantidade de pequenas impressoras caseiras, gerando um resultado mais efetivo do que aconteceria com a distribuição dos livros destruídos.

Como o documento sobre a situação dos povos indígenas foi publicado meses depois, já no final de 1973, só mesmo um amigo de um padre dominicano de São Paulo com visão socialista aceitou correr o risco. Como os demais, a repressão serviu para provocar muitas iniciativas de reimpressão, divulgação, estudo, em âmbito nacional e internacional, com traduções realizadas por organismos e entidades parceiras solidárias.

Que o índio não morra, e seja a sua própria voz!

Destacarei agora a relação da história do documento “I-Juca-Pirama, o Índio, aquele que deve morrer”, e a presença de indígenas no governo federal em 2023. Dos outros dois, falarei em outros relatos.

Como referi acima, destacando as pessoas que participaram do grupo de elaboração que já são parte do mundo dos Encantados, lembro agora que continuamos vivos apenas dois: Egydio Schwade e eu. Egydio já era Secretário do Conselho Indigenista Missionário, CIMI, criado em 1972, mas, ao mesmo tempo, continuava ligado à equipe missionária da prelazia de Diamantina, MT, e animava a Operação Anchieta, OPAN, uma organização de leigos e leigas que se formavam para atuar diretamente junto a comunidades de diferentes povos indígenas. Hoje, cinquenta anos depois, ele vive em Presidente Figueiredo, AM, com o coração e todo o seu ser comprometido com as causas indígenas e dos que lutam por uma sociedade assentada sobre a justiça e a igualdade, como bom socialista que todo seguidor de Jesus de Nazaré deve ser.

Quem reforçou o trabalho prévio do Egydio, de levantamento de matérias jornalísticas, artigos e outros materiais de documentação sobre a realidade dos povos indígenas e sobre a prática da ditadura em relação a eles, foi o Pe. Antônio Iasi, jesuíta como o Egydio. Dom Tomás também apresentou muito material. Dom Pedro Casaldáliga contribuiu com informações das aldeias indígenas de sua prelazia e com tudo que sabia em relação a essa sua paixão. Os demais, como eu, não éramos nem tínhamos sido missionários em áreas indígenas, mas assessores nas áreas de compreensão crítica da realidade, de reflexão teológica e pastoral e educadores populares. Todos tínhamos em comum práticas pastorais fundadas nas perspectivas abertas pelo Concílio Vaticano II e pela Conferência de Medellín, do CELAM, em que a meditação e reflexão teológica relacionava de modo criativo as mensagens bíblicas e a vida do povo. Com certeza, foi a radicalidade da vida de Jesus de Nazaré e a força e iluminação que o Espírito ajudou a acolher de sua ressurreição, vencendo a morte violenta de “quem só fez o bem” por obra do império romano e de seus aliados do sistema do Templo, que levou o grupo todo a buscar sem medo nem concessões a mensagem profética que o tempo exigia.

Houve um momento em que as perversidades da ditadura, praticadas com o objetivo de negar as especificidades culturais de cada nacionalidade indígena, e para isso, forçar a sua redução a indivíduos iguais aos demais brasileiros, sem direito a território, língua, práticas espirituais e culturais e tudo mais que constituiu cada povo, quase levou o grupo à conclusão de que a profecia deveria centrar-se na denúncia da política de morte, genocídio e etnocídio praticada pela ditadura, e personificada, então, pelo general presidente da FUNAI.

Foi preciso ir mais fundo no esforço de compreensão crítica da realidade, dando-nos conta de que a ditadura não agia em nome de algum general, ou mesmo do Exército, e sim, que ela havia violentado a democracia, em processo de crescimento desde a década de 1950 até 1964, e implantara e mantinha em execução uma violência feroz a serviço de interesses e poderes maiores, nacionais e internacionais. A profecia, então,

deveria ser uma palavra que revelasse essas forças relativamente ocultas a quem a ditadura servia, inclusive e especialmente com a sua política negacionista dos direitos dos povos indígenas, articulada e a serviço da entrega da Amazônia e dos demais biomas aos grandes senhores do capital.

Sem entrar em maiores detalhes, até porque será tarefa do leitor retomar o documento em sua integralidade, o fato é que a violenta e genocida política indigenista da ditadura foi denunciada contundentemente como parte de um projeto maior de submissão da sociedade brasileira a interesses capitalistas nacionais e internacionais. Foi essa compreensão crítica que abriu caminho para o anúncio de compromissos de ação inovadores, de modo especial a prioridade dada ao incentivo à criação de oportunidades para *encontros de chefes indígenas* em todas as regiões do país, assumindo a prática profética que havia dado um primeiro passo no estado de Mato Grosso.

Seria demais afirmar que esse documento profético – que teve como subtítulo *Documento de urgência de bispos e missionários* – abriu caminho para o processo de regionalização do CIMI, encabeçado pelo seu vice-presidente, Dom Tomás Balduino, em 1974, e que resultou na Assembleia de 1975, realizada em Goiânia, GO, já com presença de missionários com atuação em diversas regiões, redefinindo a sua missão e consolidando diversos Regionais? Mais ainda: os Encontros de Chefes Indígenas realizados não foram uma intensa luz para centrar a missão do CIMI no anúncio de que a defesa dos territórios, das culturas e religiões é prática de evangelização, abrindo caminho para o diálogo inter-religioso em lugar de atividades destinadas à conversão ao catolicismo? Não tenho dúvida de que a resposta deva ser positiva. É bom lembrar que a revelação anunciada pelo Vaticano II de que em cada povo há sementes do Verbo, e que elas devem ser reconhecidas e valorizadas nos processos de evangelização, foi uma das experiências espirituais vivenciadas nessa Assembleia.

Tendo presente o tenebroso tempo vivido pelos povos indígenas e por quem com eles se identificava nesse início da década de 1970, não há dúvida que os bispos e missionários que assumiram a responsabilidade

de publicar esse documento de urgência se tornaram porta-vozes de uma corajosa profecia. Uma profecia presente não apenas na apresentação da realidade de morte enfrentada pelos povos, na análise política e na reflexão bíblico-teológica, nem mesmo nos compromissos anunciados, mas na contemplação da presença do Verbo divino na vida das diversificadas comunidades, e no anúncio de que as comunidades cristãs e a sociedade brasileira seriam melhores se tivessem contado e se, mudando de rumo, passassem a contar com os povos originários para repensar as relações entre as pessoas e com a Mãe Terra.

Por tudo isso, não tenho a menor dúvida de que a decisão levada à prática de criar oportunidades de encontro entre os chefes e, na verdade, entre os povos indígenas, foi provavelmente o fruto mais significativo de todo o esforço, aventuras e riscos referidos acima. E tem a ver, com absoluta certeza, com o que está sendo vivido em 2023: a conquista da participação no governo federal com a criação do Ministério dos Povos Indígenas, e com a presença de duas mulheres indígenas no comando dele e da Fundação Nacional do Índio, a famosa FUNAI, que tem sido, em longos períodos, mais funerária, e muitas vezes comandada por inimigos declarados, do que algo dos povos indígenas e a serviço de seus direitos, como se pode esperar que aconteça agora.

Aprendente

O objetivo do presente relato não é contar a história do CIMI ou mesmo dos processos históricos vividos pelos povos indígenas. O que desejo comunicar é o privilégio de ter participado dos fatos e processos narrados de forma apaixonada e aprendente. E o faço por entender que nada disso poderia ser vivido individualmente. Foram processos coletivos, vivenciados com a lucidez e a coragem que só o comunitário torna possível. Por isso, espero que o que segue sirva para tornar público o que a convivência social, eclesial, espiritual e política possibilitou que eu aprendesse, me tornando mais humano.

Nenhuma força natural e ninguém nos ensinou e nos obrigou a fazer o que realizamos como equipe de assessoria de Dom Tomás Balduino, a partir do relato que os membros da equipe de pastoral de Dom Pedro Casaldáliga que conseguiram evitar a prisão domiciliar nos apresentaram. Nenhum de nós sabia previamente o que seria necessário fazer. O caminho escolhido foi obra coletiva, fruto de muita reflexão, de discernimento entre diversas possibilidades de ação, cada uma com suas potencialidades, limites e riscos. Sou testemunha de que a escolha não foi fácil, seja porque significava assumir uma prática quase invasiva nas tradicionais autonomias das dioceses e prelazias, que também poderia ser vista como algo de competência da CNBB, e por último, porque se tratava de algo quase impossível para quem não tinha recursos financeiros, e ser uma prática com um claro objetivo de colocar em questão a política de segurança nacional, até então um dogma idolatricamente dominante.

Vejam meu privilégio: estar presente e vivenciando esse processo de decisão de forma intensamente participativa. Sei que, ao perceber que a realidade indicava que, com raras exceções, os bispos não eram vítimas tão fáceis da ditadura, já que ela temia o cenário internacional – como revelou o filme inacabado do Henfil, irmão de Betinho, Deu no New York Times – e de que a realidade indicava a urgência de uma resposta articulada nacional, me tornei defensor apaixonado da proposta que terminou sendo assumida.

A escolha foi uma construção coletiva, assim como o foi a elaboração do plano a ser seguido. Todos/as que participaram estavam cientes dos riscos de toda ordem, e especialmente a repressão política. Por isso, a prisão domiciliar de Vera e Terezinha foi encarada como algo que poderia acontecer, e por isso a construção do plano de resgate das duas por Dom Hélder e Dom Tomás levou em conta tudo que já havíamos aprendido em outros enfrentamentos da repressão, tendo consciência dos riscos. Deu certo, assim como deu certo a estratégia de voltar para Goiás com as duas sem documentos, evitando que fossem presas.

Por que fizemos tudo isso? Porque todos/as que participamos do plano estávamos interiormente convencidos de que era necessário, por uma razão política e por motivação evangélica.

A razão política tinha um componente de solidariedade, em primeiro lugar. Não podíamos continuar recebendo notícias de prisões injustas, seguidas, quase sempre, de maus tratos e torturas, especialmente com o objetivo de forçar as vítimas a denunciar outros/as subversivos/as, ou servir de argumento para justificar as torturas que pessoas já aprisionadas estavam sofrendo.

A consciência confirmada de que o isolamento e o medo de criar relações eram campo favorável para o aumento da repressão nos levou a buscar o objetivo de criar articulações, visando dar alcance mais amplo às denúncias das práticas de repressão e, mais ainda, criar redes de prevenção e solidariedade.

Por se tratar de uma iniciativa ligada à Igreja Católica, poderia levar ao equívoco de que se tratava de uma mobilização corporativa, visando à defesa apenas dos seus militantes. Este nunca foi o objetivo. Pelo contrário, a decisão de elaborar e tornar públicos documentos sobre realidades regionais, sobre o mundo do trabalho, os povos indígenas e a lei de segurança nacional deixam claro que o fruto desejado era a defesa do direito de todas as pessoas de atuarem com liberdade em defesa de seus direitos, e que, em vista disso, eram legítimas as práticas sociais de educação popular e de pastoral social de diferentes confissões religiosas.

A prática desencadeada teve, sim, uma motivação evangélica cristã. Pessoalmente, aprendi ou confirmei a visão de que um/a seguidor/a de Jesus de Nazaré não pode ser indiferente frente às injustiças que afetam a vida das pessoas, sejam elas participantes de comunidades eclesiais ou não, e quanto mais frágeis forem os injustiçados, mais intensa e radical deve ser a prática do amor solidário. O próprio Jesus deu aos seus amigos/as seguidores/as este novo mandamento: amar como Ele amou, sabendo que o melhor amigo é o que dá a vida pela pessoa que ama – como Ele o fez.

Como tínhamos consciência dos riscos que enfrentaríamos ao implementar o plano de mobilização, o que examinamos foi se ele, apesar das incertezas, tinha possibilidades de bons frutos de solidariedade com as pessoas vítimas de injustiças e repressão, e se, por isso, estávamos seguros de que valia a pena enfrentar os riscos da empreitada. Como a resposta foi positiva, o que nos restava era agir de forma eficaz e cuidadosa, de modo especial guardando sigilo durante sua preparação e execução.

Como é bom e saudável festejar pessoalmente e poder revelar a quem desejar que esta prática realizada em 1973 abriu caminhos para muitas iniciativas em favor e com os povos indígenas e, agora, em 2023, tornou possível a criação do Ministério dos Povos Indígenas, comandado por Sônia Guajajara, e igualmente com a FUNAI, presidida por Wenia Wapichana!

Mas esse é mais um dos penosos passos dados em cinquenta anos. Muitos outros serão necessários, e quem sabe, possíveis para que o desejado no Y-Juca-Pirama se torne real: a construção de um Brasil, e de uma Igreja, que conte positivamente com os povos indígenas.



2

MARCAS DA ORIGEM

O relato anterior destacou o que vivi e aprendi nos primeiros anos da década de 1970, mas creio ser bom repartir com os amigos e amigas o que aprendi antes desse período, desde meu nascimento, socializando caminhos percorridos que me levaram a estar em Goiás, e não mais em minha região de origem, e participando desse tipo de iniciativa.

Ao ver *L'albero degli zoccoli – A árvore dos tamancos* –, um filme de 1978, dirigido por Ermanno Olmi e premiado com a Palma de Ouro do 31º Festival de Cannes, revivi intensamente o ambiente em que viveram os antepassados na Itália, e tomei consciência de que nasci num ambiente familiar e comunitário ainda profundamente marcado pela língua, costumes e religião dos que foram jogados na aventura da imigração como possibilidade de *far cucagna*, isto é, de se dar bem, enriquecendo através do trabalho em terras cheias de fartura na América.

O que os levou a aceitar essa propaganda exagerada, cantada em prosa, verso e canções na Itália, já que, na verdade, estavam sendo envolvidos num projeto de substituição do trabalho escravo nas fazendas do Brasil? Superei as dúvidas que as narrativas dos mais velhos provocavam, e vi que, de fato, as condições de vida e trabalho a que eram submetidos eram inaceitáveis: vivendo e trabalhando em terras dos senhores, sem

perspectivas de que teriam direito a elas, numa pobreza que só não causava a morte de todos por manterem tradições de serem capazes de produzir praticamente tudo que comiam.

O título do filme expressa seu conteúdo: a história de um jovem pai que, num momento de sua vida, se nega continuar a enviar seu filho à escola com os pés descalços, e decide cortar um galho de uma árvore que lhe possibilitou produzir um par de tamancos: a árvore dos tamancos. Essa prática aparentemente tão simples e mais do que justa valeu a ele a perseguição dos senhores, a expulsão da terra, mas evidentemente, também o apoio da comunidade, depois de aprender a enfrentar o medo.

Do mais de um milhão de italianos/as que aportaram no Brasil a partir de 1875, uns poucos tiveram oportunidade de serem destinados a áreas de “colônia”, em assentamentos destinados à produção de alimentos. Quase a totalidade foi transportada para o interior de São Paulo, para manter as fazendas de café em lugar dos escravos que, aos poucos, se sentiam mais fortes para fugir da escravidão, e que, em 1888, os senhores foram libertados deles através da chamada *lei áurea*. De fato, como os senhores não responderam pelo crime centenário da submissão de pessoas à escravidão, e os escravos libertos não receberam nada por sua humanidade e seus direitos espezinhados, a lei favoreceu os senhores, inocentando-os e confirmando seu direito em relação às terras ocupadas, que passaram a ser propriedades com a aplicação da Lei de Terras, de 1850 – aprovada também com o objetivo de impedir que os escravos tivessem possibilidade de ter sua terra, uma vez que isso exigia ter dinheiro, algo que os senhores se negaram de passar a eles como indenização. E quase todos os imigrantes italianos que foram para as fazendas de café também não conseguiram realizar seu sonho de comprar a sua terra, tornando-se camponeses autônomos, tal foi o grau de exploração a que foram submetidos.

Esse foi o ninho cultural em que nasci, diferente da experiência da parte da família que preferiu ficar em São Paulo. Creio que, entre tantas análises da saga dos migrantes em São Paulo, o livro *O Cativo da Terra*, de

José de Souza Martins², é o que dá conta da melhor forma. Em relação ao berço em que nasci, a melhor reflexão sociológica e, de certa forma, antropológica, é a elaborada por Vicente Tavares dos Santos em *Colonos do Vinho – estudos sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital*³.

Nasci na colônia – nome dado a todas as pequenas propriedades por terem sido repassadas em processo de colonização – original da família, pois nela viveram os bisavôs, os avôs e nossa família, por ter como pai o filho mais novo, a quem, por tradição, cabia a responsabilidade de cuidar dos pais até o fim da vida. Costumo dizer que sou um dos nove filhos/as, o quinto da série, que nasceram em cima de pipas de vinho, já que os últimos dois nasceram depois da migração para a cidade. De fato, era uma casa de madeira, construída sobre muros de pedra que conformavam a cantina, local em que era produzido o vinho.

A experiência camponesa de que fiz parte abriu visões positivas em relação à terra, mas foi marcada por contradições em relação ao modo indígena de relação com a terra. Por um lado, aprendi que é importante manter intocada uma parte da Mata Atlântica original, assim como era necessário manter o solo em que estavam os parreirais alimentado por meio de sua cobertura com diferentes matérias orgânicas, e deixar que, periodicamente, as áreas cultivadas com milho, feijão, mandioca... descansassem alguns anos. Foi assim que a nossa pequena propriedade se manteve viva e produtiva por quase 100 anos, e outras continuam produtivas até hoje. Em nosso caso, por não ter como evitar que a população urbana que se aproximou da propriedade com parreirais roubasse uva, papai a vendeu, no início dos anos 1950, a uma empresa imobiliária, que logo organizou um bairro da cidade, denominado Cruzeiro do Sul.

O confronto com o modo indígena de se relacionar com a terra teve como base material e jurídica a divisão do que antes era um território de um povo indígena em uma sequência de pequenas propriedades. Aprendi a amar e defender a propriedade privada da terra, forma de relação que

2 - São Paulo: Ed. Hucitec, 1993.

3 - São Paulo: Ed. Hucitec, 1978.

realizava o sonho dos antepassados que migraram para a região antes da implantação da política de reforma agrária italiana, que desmontou as grandes áreas em mãos de senhores e instituições, de modo especial a Igreja Católica, e consolidou as pequenas propriedades camponesas. A valorização do título de propriedade era algo sagrado. Desejar a terra dos outros sempre foi visto como prática pecaminosa, por infringir os mandamentos de Deus: seria um roubo! Por isso, o sonho de manter-se como família camponesa se realizava mediante a compra de novas pequenas propriedades para os filhos ao darem o passo do casamento; as filhas, evidentemente, davam esse passo ao lado dos seus maridos, únicos donos efetivos da propriedade.

Não nesses nove primeiros anos de vida em ambiente camponês, mas depois, ao ir dando passos de relativa autonomia intelectual, seguidamente me perguntava: qual o fundamento da posição contrária dos colonos a qualquer proposta de reforma agrária, sempre apresentada como agressão injusta aos proprietários?

Uma primeira aproximação para ir encontrando resposta à indagação já foi referida: a sacralização da propriedade por parte da prática moral do ensino católico. Os imigrantes foram acompanhados por padres, que trouxeram consigo a vivência do catolicismo italiano do século XIX. A propriedade, sob qualquer forma, tem o mesmo valor moral da pessoa humana, e por isso, por vontade de Deus, seus proprietários têm direito absoluto, natural, a ela. Essa visão entrou profundamente em mim e fez parte do longo processo de libertação que tive oportunidade de vivenciar até os dias de hoje, mas especialmente nos anos dedicados à missão da CPT e, depois, nos últimos dez anos, à missão do Fórum Mudanças Climáticas e Justiça Socioambiental – FMCJS. Disso falarei em outros momentos dessa narrativa.

Mas sinto necessidade de referir como a relação com os povos indígenas vivenciada nas comunidades camponesas em que nasci tem a ver, como negação, com a absolutização da propriedade. Por que, contraditoriamente, essa relação entra pela negação? Porque meus antepassados, ao

serem destinados a áreas de colonização, receberam pequenas parcelas de um território indígena; foram jogados, na verdade, sobre aldeias/comunidades e território de um destes povos.

Sempre me impressionou o fato de que o nome inicial da vila central da colônia, depois denominada Caxias do Sul, tenha sido Campo dos Bugres. Era com certeza o local de uma aldeia. De que povo? Vi referências de que seria o Coroadó, já inexistente. O fato é que já havia indígenas na área, e talvez muitos deles vindos das terras próximas do mar, expulsos por colonizadores de outras origens, lusos ou alemães. O que considero importante em minha narrativa é que se falava da instalação da sede da colônia no “Campo dos Bugres” como algo positivo, como a vitória dos civilizados e religiosos sobre os selvagens e ateus. A denominação bugres dada a eles tinha o sentido de diferenciá-los dos seres humanos “civilizados”, brancos, europeus, jogando sobre eles a pecha de *parecerem humanos*, mas, na prática, serem vistos como ameaças, junto com os animais silvestres. Tanto que existiram os bugreiros, especializados em enfrentar os indígenas que iam se retirando das áreas ocupadas, mas permaneciam nas matas próximas, desejosos de retornar ao território a que tinham direito – “direito originário”, segundo a Constituição de 1988.

Desde criança convivi com dizeres que configuravam a necessidade que se sentia de negar a humanidade dos indígenas, provavelmente como uma forma de justificar a violência com que eram tratados, e de não sentir escrúpulos religiosos ou culpa por suas práticas. Mesmo quando eram encontrados restos mortais, enterrados em recipientes de barro, e vindos à tona por força dos sulcos provocados pelos arados utilizados na preparação das roças, nunca presenciei qualquer gesto de respeito ou de reconhecimento de algum direito à terra das comunidades indígenas que haviam vivido e enterrado seus mortos nela.

Deixando claro que não julgo ninguém pelas práticas e modos de pensar de meus familiares, parentes e vizinhos, e sim que visio apenas destacar os aprendizados, positivos ou não, que fizeram e fazem parte de minha história pessoal, considero necessário referir algo que me mar-

cou profundamente. Foi a frustração total que experimentei quando, jovem estudante de filosofia, não consegui convencer uma de minhas avós de que os que ela identificava, no dialeto vênето, como *brasiliani*, eram pessoas humanas como ela e eu, com alma, filhos e filhas de Deus. Não, para ela, e não tenho notícia de que tenha alterado essa convicção até sua morte, os *brasiliani*, em que estavam incluídos os bugres e os negros, não eram gente, não tinham alma, não sabiam e não queriam trabalhar, só queriam viver às custas da *buona gente*, brancos, cristãos e trabalhadores, e por isso com direito à propriedade da terra e a práticas de defesa contra as ameaças dos que seriam selvagens.

Frustrado, não conseguindo que desse sinal de mudança de visão como fruto de todo o meu discurso, em que juntei argumentos filosóficos, teológicos, bíblicos e doutrinários, ficou comigo a pergunta: seria ela um caso isolado, ou representaria uma das marcas da cultura em que fui criado? Depois de anos e anos de autocritica para ir me libertando desse modo radical de ser conservador, preciso reconhecer que continuo, ainda hoje, fortes traços desse conservadorismo nas regiões de colonização europeia, branca, do sul do Brasil. Ele toma a forma de autovalorização, alimentando sentimentos e convicções de superioridade em todos os campos da vida, mas com destaque na firmeza dos valores religiosos católicos – e luteranos, em colônias de alemães – e na capacidade de vencer na vida através do trabalho, bem como na facilidade para desvalorizar os que “não são como nós”.

Embates domésticos

Carrego comigo um reconhecimento profundo pelo muito que minha mãe contribuiu para ir sendo o que vou conseguindo ser. Mas, contraditoriamente, carrego marcas mais profundas passadas pelo meu pai.

De mamãe recebi o amor à educação. Afinal, ela se tornou professora ainda na adolescência, por ter mostrado ser capaz de assumir a escola elementar, de quatro anos, mesmo sem ter outra oportunidade de capa-

citação além dos mesmos quatro anos em que aprendeu a ler, escrever e calcular. Sua vontade de aprender e de transmitir os conhecimentos era tão intensa que foi assumida como formadora dos filhos de muitas famílias camponesas, a começar dos seus próprios filhos, a partir dos 14 anos. Sim, pelo menos seis de seus filhos/as, inclusive eu, e de certa forma, todas e todos fomos alfabetizados e completamos o ensino fundamental com a professora Ida, nossa mãe.

Tenho certeza, contudo, que os diálogos e, muitas vezes, os embates acalorados, quase violentos, que tivemos, papai e eu, foram práticas reveladoras de que nos amávamos, de que acreditávamos no esforço que cada um estava fazendo em busca da verdade. De forma simplificada, eu tentava demonstrar que havia formas novas de buscar a verdade e de praticar o que é justo, as duas grandes virtudes do ser humano apaixonado que ele sempre foi. Tão apaixonado e sincero que sofreu horrores quando um padre, de quem era amigo e ajudante, pois o apoiava nos deslocamentos para as capelas com sua charrete e, depois, com seu carro-taxi, de repente passou a evitá-lo, não respondendo até mesmo à mínima saudação, sempre em busca do que poderia explicar essa mudança radical, chegando bem perto de não ver mais sentido na oração do Pai-Nosso, que o padre continuava rezando na celebração das missas. Seria blasfemo para ele se tivesse que admitir que esse comportamento segregacionista tinha componente homoafetivo, já que fazia parte de sua visão cultural e religiosa que todo padre era consagrado a Deus, e por isso, sem qualquer tentação em relação ao sexo.

Era muito sincera a busca de justiça em todas as relações entre as pessoas, e como havia injustiças e desigualdades, ele defendia a necessidade de um governo com autoridade, capaz de decidir o que todos deviam fazer e de obrigar que todos fizessem. A sociedade seria pacífica por força de alguém que a conduzisse com firmeza. Mas como eu já começava a perceber e compreender que a realidade da vida revelava luta entre classes com necessidades e interesses diferentes e até contrários, e que a história do Brasil e de outros povos demonstrava que isso não era resolvido com

governos autoritários e ditatoriais, apresentava a papai minha visão de que a justiça verdadeira somente seria conquistada pelas classes exploradas e que, sendo maioria, elas podiam, sim, eleger governos que defendessem seus direitos, limitando o poder dos poucos privilegiados. Entre essas conquistas, ocupava um lugar decisivo, para mim, a reforma agrária, destinando a terra a quem trabalha nela, produz alimentos, mesmo se para isso fosse necessário tomar a terra tradicionalmente em mãos de poucos grandes senhores, responsáveis pela escravização e, depois, por diferentes formas de exploração do trabalho dos sem-terra.

Era uma experiência incrível: praticamente havia concordância sobre como seria boa a sociedade em que todas as pessoas e famílias tivessem acesso à terra, ou recebessem salário para viver sem necessidades, mas o desacordo vinha à tona por ela ser, na visão dele, uma sociedade socialista, ou pior, comunista, a ser construída pelos trabalhadores contra os proprietários, e por gente que não devia mais acreditar em Deus e poderia, por isso, deixar de lado a família e os bons costumes religiosos.

Custei a entender, mas foi ficando cada vez mais claro que o conservadorismo da Igreja Católica que marcou tão profundamente esta cultura camponesa se deu muito bem com a visão política autoritária que se expressou no fascismo italiano, e aqui no Brasil, se deu bem com a ideologia integralista de Plínio Salgado, viabilizada pelo PRP – Partido da Representação Popular, pelo qual foram eleitos prefeitos de Caxias do Sul e região, e depois, por uma parcela dos políticos conservadores da democracia cristã, viabilizada pelo PDC – Partido Democrata Cristão, que também serviu para eleição de prefeitos.

Esse catolicismo, mantido através do ensino repetitivo de um catecismo que devia ser decorado pelas crianças, de cerimônias litúrgicas ritualistas, em língua latina, de um devocionismo em torno de santos e de aparições de Nossa Senhora, com festas a serviço da presença centralizadora do clero diocesano e congregacional em paróquias e capelas, com o controle da consciência das pessoas por meio das ameaças de castigos

de Deus a todo tipo de pecador, especialmente o que desejasse pensar e decidir com sua cabeça livremente, tem sido, sem a menor dúvida, um dos fundamentos do conservadorismo cultural e político.

Indo para o quase anedótico, mesmo tendo recebido os maiores elogios por ter demonstrado ao padre que havia decorado todo o catecismo já aos 6 anos, e por isso ter sido aprovado para a Primeira Comunhão, não fazia a menor ideia da vida de Jesus e dos motivos de sua prisão e morte na cruz. A prova disso foi minha torcida, durante uma via-sacra, para que o que estava preso e, segundo minha visão, se negava a carregar a cruz, não conseguisse escapar do castigo! De fato, o catecismo passava verdades abstratas e preceitos morais, mas não contribuía para que se conhecesse a vida concreta de Jesus histórico, suas práticas e ensinamentos, abrindo para a compreensão de seu julgamento a partir de falsas acusações, das torturas e da condenação como se fosse um perigo para a sociedade; mais do que isso, ajudando a compreender que a recuperação da vida, a ressurreição de Jesus, foi a declaração de Deus de que aquela condenação e morte de cruz não era justa e não podia ser a última palavra.

É importante ter presente que o latim, que só os padres conheciam, era a língua em que se liam os textos da Bíblia e eram feitas as demais orações. Até mesmo as longas narrativas da Paixão, nos dias da Semana Santa, eram proclamadas nessa língua estranha aos ouvidos do povo. Em português, só as pregações dos padres, em que predominava o provérbio: em sua fala, vez ou outra era citada a Palavra de Deus, quase sempre para reforçar os ensinamentos moralistas e as ameaças de condenação eterna. Resultado: a dependência do clero era praticamente absoluta. A imagem dominante de Deus como senhor todo-poderoso e controlador de todas as práticas, sentimentos e pensamentos das pessoas, era igualmente apresentada como fonte do poder centralizado na Igreja e dos poderes na vida social, desde a família até as nações. Mesmo nem sempre sendo dito, a prática revelava a preferência por poderes centralizadores, capazes de impor a ordem, manter a moral e os costumes, com uma enorme dificuldade e má vontade em relação a práticas democráticas de escolha de governantes.

Olhando para minha trajetória de vida, quem não teve oportunidade para fazer uma autocrítica dessa visão de Igreja e sociedade iluminada por outras bases bíblicas, teológicas e pastorais, pode estar facilmente afeito a uma vivência religiosa que justifica modos de pensar autoritários e até fascistas como se fossem realização da vontade de Deus.

3

CRISTIANISMO COM LIBERTAÇÃO

O que teria provocado em mim a vontade de ser padre? Mesmo tendo dado os passos que relatarei, essa é uma pergunta que não consigo responder com segurança. Tenho certeza de que foi um desejo que brotou do ambiente religioso em que nasci, com seus valores e contradições. Lembro do encantamento que o padre Luiz Manea, parente, provocava ao nos visitar. E sempre houve proximidade com os padres da paróquia.

Um dos desejos dos pais sempre foi que todos os filhos e filhas tivessem oportunidade de estudar. É possível que as dificuldades que se apresentavam para que a penca de filhas e filhos dessem passos nessa direção, especialmente porque morávamos a quase três quilômetros da cidade, e só havia oportunidades por lá, tenham contribuído para ir criando simpatias em favor de avançarmos nos estudos em algum internato, e por isso os seminários para os que desejassem ser religiosos e padres entraram como uma possibilidade. O fato é que eu entrei no seminário da diocese de Caxias do Sul com a idade de 10 anos, e diversos irmãos estudaram em seminários dos franciscanos capuchinhos. Antes de nós, uma das irmãs se sentiu atraída para ser religiosa, e partiu para os estudos em colégios das Irmãs de São José de Chamberry bem jovem, e se tornou religiosa dessa congregação.

Não há dúvida alguma de que as famílias faziam de tudo para atender aos convites do clero diocesano e de religiosos/as no sentido de estimular as filhas e filhos a serem parte das suas instituições. Tudo somado, é difícil afirmar que me senti vocacionado diretamente por Deus. O mais verdadeiro é que essa vocação foi marcada por esse conjunto de fatores, profundamente humanos.

O que acho importante destacar é que consegui viver um tempo muito importante como presbítero – que é um nome mais correto do que “padre” e “sacerdote”, como demonstrarei – com uma visão e com práticas muito diferentes das que me foram apresentadas no longo tempo de estudos, incluindo quatro anos de ginásio, dois anos de clássico, três anos de filosofia e quatro de teologia. Para ser sincero, só consegui relacionar de forma construtiva as oportunidades de estudo quando, em algum momento da vida, tomei uma decisão: posso aprender o que será bom levar para a vida, mas também o que não se deve fazer de jeito nenhum. De fato, ter todo o tempo à disposição para estudar era certamente um privilégio. Mas viver esse longo tempo num ambiente só de meninos, jovens e adultos masculinos, com uma orientação de que se devia evitar amizades para evitar pecados, foi, com certeza, uma experiência no mínimo deseducadora e artificial. Respirava-se repressivamente sexo o tempo todo, orientados por padres para quem a sexualidade era sempre uma tentação, algo proibido. Tudo indicava que só deveriam continuar avançando para chegar à ordenação os que fossem capazes de negar sua sexualidade, numa pureza desumana.

Buscar, propor

O que me possibilitou relativa autonomia no processo de desenvolvimento físico, intelectual, afetivo e espiritual foi a prática de reagir ao que considerava absurdos e, em lugar de desistir, propor mudanças. Foi o que aconteceu, por exemplo, quando, aos 15 anos, me neguei a continuar tendo como orientador espiritual um padre que não só não me

inspirava confiança, mas dava sinais claros de desequilíbrios. A mudança foi complicada, como em tudo na Igreja institucional: foi preciso ter aprovação do bispo para que pudesse ser orientado por outro padre, um pouco mais aberto ao diálogo.

Esta mudança, que outros colegas não fizeram por medo das consequências, me valeu o que eles próprios perceberam como perseguição, de modo especial nos horários das aulas de religião. Assumi isso como algo positivo: estudava cada dia mais para estar sempre pronto para responder a todo tipo de pergunta.

Como em algumas matérias, e de modo especial em relação à língua latina, fui aprovado, mas com notas muito baixas, e como tinha apenas 16 anos, os superiores sugeriram que repetisse o curso, preparando-me melhor para enfrentar o curso de Filosofia, que poderia ser ministrado em latim. Não aceitei, com o argumento de que me sentia em condições de dar mais esse passo.

Vivi o ridículo de muitas formas, e provavelmente a mais estonteante tenha sido a “imposição da batina” aos 16 anos, um ritual a partir do qual eu deveria me sentir entrando no mundo reservado ao clero. Para mim, o uso da tal batina, de cor preta ou clara – que acabava de ser permitida – foi de fato uma imposição, já que, se dependesse de mim, jamais admitiria. Em Porto Alegre, quando fui passear com alguns colegas, ouvimos a melhor definição que podia ser dada à cena: “vejam, aí vão alguns filhotes de urubu!” Independentemente do que desejavam dizer-nos aquelas jovens, era assim mesmo que nos sentíamos: absolutamente estranhos!

Estamos em 1960, e já sopravam os primeiros ventos do que seria o Concílio Vaticano II, convocado pelo Papa João XXIII em 1959, anunciando expectativas de mudanças, com a abertura de janelas e portas para que o sol da renovação pudesse entrar. Uma delas indicava que o latim deveria ser substituído pela língua de cada povo nas celebrações, e que os padres poderiam mudar suas vestimentas, aproximando-se mais da vida do seu povo. Por isso, uma das medidas em que participei ativamente, e ajudei a dinamizar, foi a proposta de que nós, jovens ainda, deveríamos ser os

primeiros a abandonar o uso da batina. E de fato, as pressões verbais e práticas tiveram um resultado bastante rápido: em pouco tempo o uso da batina se tornou opção voluntária.

Vista a partir de hoje, essa mudança pode parecer insignificante. Mas ela foi uma conquista simbólica muito importante, tanto que, até hoje, a volta ao uso da batina é defendida, com unhas e dentes, pelos movimentos conservadores do catolicismo. Na verdade, a tensão, que toma até a forma de conflito e de luta pelo poder, entre renovação e restauração, marca a história da Igreja Católica, pelo menos de 1965 até os dias atuais. Por isso, a mobilização de jovens estudantes de filosofia de que fiz parte não se restringiu à contestação da batina. Em 1961, um amplo grupo de colegas se mobilizou em favor de outras duas mudanças: pela reorganização do curso de Filosofia e, mais uma vez, para mim, pela substituição do orientador espiritual.

Em relação à orientação espiritual, a proposta de mudança foi reforçada pelo anúncio de que nos organizaríamos em grupos para buscarmos, com toda seriedade possível, caminhos de espiritualidade abertos aos bons ventos que vinham das diferentes comissões preparatórias do Concílio, de modo especial, a relação direta e mais intensa com a Palavra de Deus. Tivemos duas vitórias: a mudança de orientador, talvez menos importante do que o aprendizado que fizemos de ajudar-nos fraternalmente a enfrentar nossas dúvidas e dilemas, e a tomar decisões, inclusive a de continuar ou não na preparação para o presbiterato.

A mudança em relação aos conteúdos do curso de Filosofia foi mais trabalhosa. Ela estava centrada totalmente na filosofia tradicional, tinha um caráter de adesão incondicional à visão aristotélica e tomista, colocando outras fontes de filosofia entre as proposições que deviam ser descartadas como erradas. Tratava-se, então, de conhecer e aderir às verdades que a filosofia podia oferecer como base para a reflexão teológica e para as normas de moral. E tudo isso como um exercício intelectual, com o uso de silogismos, evitando todo e qualquer reflexão que assumisse a existência e suas contradições como núcleo central de um co-

nhecimento filosófico que apoiasse a busca humana por respostas para suas perguntas radicais.

Essa dificuldade nos levou a organizar o que a direção do seminário, apoiada pelo arcebispo de Porto Alegre da época, viu como uma antecipação de um possível sindicato dos presbíteros: a USMAS, União dos Seminaristas Maiores do Sul. O debate sobre os conteúdos não se limitou à filosofia; estudantes da teologia também sentiram a mesma necessidade, e começaram a construir uma proposta de grade curricular nova, aberta ao que ia avançando no Concílio.

Mesmo sem recursos, já que éramos proibidos de procurar emprego remunerado, conseguimos algo aparentemente impossível: que estudantes de filosofia e teologia dos seminários dos Jesuítas e dos Capuchinhos, e um pouco depois, de outras congregações, se unissem a nós, do Seminário de Viamão, nessa articulação. Ao avançar na elaboração de propostas, através de reuniões e intercâmbio de textos, novas congregações e seminários de dioceses quiseram participar da iniciativa, e por isso, a USMAS deixou de ser só do sul do país, e tornou-se nacional.

Com a leitura de que isso estava indo longe demais, o núcleo articulador, de que fiz parte, foi desarticulado mediante a expulsão direta do seminário – e até hoje não saberia informar sobre o que evitou que fizesse parte da lista de expulsos. Foi impossível manter viva e ativa a União, e por isso seus objetivos não foram alcançados de forma direta. Mas não há dúvidas de que ela contribuiu eficazmente nos processos de revisão e reorganização dos cursos de Filosofia e Teologia nos seminários. Em relação à teologia, por exemplo, sou testemunha de que a ação direta dos estudantes conseguiu que cursos deixassem de ser ministrados por padres que repetiam a transmissão de verdades, e passassem a ser espaços de realização de seminários, preparados com pesquisas realizadas por grupos de estudantes e dinamizados com metodologias participativas. A relação com a Bíblia passou a ser mais direta, e o curso de Moral deixou de lado os manuais de autores com visão moralista, para tornar-se uma busca com inspiração bíblica centrada nas práticas de Jesus.

Assumir a ordenação?

Como já destacado, viver no ambiente criado no tempo de preparação, realização e aplicação das orientações do Vaticano II foi um privilégio. É provável que o desejo de João XXIII foi sentido e vivenciado com mais intensidade no ambiente de estudos preparatórios de quem aspirava assumir as responsabilidades do presbiterato. Tudo entrou em avaliação, sempre na perspectiva de responder à pergunta chave do Concílio: a Igreja está dialogando com o mundo, com os dilemas das pessoas e povos, ou vive fechada em si mesma?

Sendo realista, a humanidade já estava em ebulição, e isso repercutia na literatura, na filosofia e na teologia. Na Europa Ocidental, a população já experimentava melhorias com a implantação de processos do que ficou conhecido como “estado de bem-estar social”, em que, certamente por medo de que os operários e demais assalariados desejassem seguir os caminhos de socialização experimentados na União Soviética, os empresários capitalistas aceitaram um acordo com os sindicatos e os governos, visando o aumento dos salários e a implantação de políticas sociais de educação e saúde de boa qualidade para toda a população. Os trabalhadores também aceitaram contribuir para o fundo social, gerido pelo Estado, participando da política de taxas progressivas de imposto de renda.

Ao mesmo tempo, contudo, a Guerra Fria entre os Estados Unidos e a União Soviética, os dois polos de poder mundial que se firmaram na Guerra Mundial dos anos 1940, aprofundava cada dia mais a ameaça do uso de armas atômicas, gerando sentimentos de possível fim da história humana. Enquanto os Estados Unidos consolidavam sua aliança e iam submetendo a Europa Ocidental ao seu domínio capitalista por meio da OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte – criada em 1949, a União Soviética avançava por meio do seu apoio à Revolução Chinesa de 1949, à resistência dos Vietcongs na Guerra do Vietnã, aos nascentes processos revolucionários de independência em muitos países da

África, rompendo com as violentas colonizações de países europeus, ao apoio à Revolução Cubana de 1959.

O intenso debate e confronto entre o capitalismo e o socialismo como possíveis perspectivas para todos os povos se fez presente também no Brasil e em outros países da América Latina. O processo cubano de enfrentamento da ditadura que submetia o povo e o mantinha refém da exploração estadunidense alimentou desejos de seguir seu exemplo. Por outro lado, especialmente na Argentina e no Brasil, as tensões se aprofundaram até mesmo entre as elites dominantes, e tentativas de promover um desenvolvimentismo de caráter capitalista e nacionalista, com ganhos sociais, nos anos 1950 e início de 1960, foram questionadas ideologicamente como perigosos passos na direção do socialismo, e por isso, com apoio estadunidense, foram implantadas ditaduras comprometidas explicitamente com a perspectiva capitalista dos países do Ocidente, hegemonzados pelos Estados Unidos.

Nesse contexto em ebulição, com países e regiões consolidando a exploração capitalista e a dominação socialista, com promessas e formas de desenvolvimento que solucionariam os problemas da humanidade, com ameaças de guerra atômica capaz de destruir a vida, com povos dominados e empobrecidos em revolta em busca de libertação, a Igreja estava praticamente encerrada nos templos, com repetição de rituais em língua que ninguém mais falava, mantida por uma hierarquia clerical masculina de caráter imperial e por grupos de piedade e assistencialismo tradicionais. Distante e até indiferente ao que afetava a vida concreta do povo.

Seria incorreto, contudo, afirmar que a Igreja só despertou de seu sono secular a partir do anúncio do Concílio. Minoritários, sem dúvida, incompreendidos e até reprimidos, já havia jovens e adultos engajados em frentes de evangelização da Ação Católica, em comunidades rurais e urbanas. Apoiados por eles, já havia padres operários, que decidiram ir ao encontro, viver como os assalariados, participar de suas iniciativas, lutar por seus direitos. Havia presbíteros, religiosos, religiosas e leigos/as dedicados à educação que deram início a processos de uma catequese liber-

tadora, provocados e em diálogo com práticas de educação libertadora, especialmente na alfabetização de adultos. Havia estudiosos da Bíblia que já propunham sua tradução e incentivo ao acesso a ela de forma geral, rompendo seu uso restrito à hierarquia. Havia, ainda, especialistas em liturgia que já propunham e, em alguns lugares, já promoviam o uso da língua popular local. Havia também teólogos que, corajosamente, decidiram buscar iluminação da fé a problemas e dúvidas de pessoas, de modo especial os que se referiam ao ateísmo. Entre outras práticas, vale destacar também a busca de diálogo com irmãos e irmãs de outras confissões cristãs, dando início ao ecumenismo.

Por isso tudo, o Concílio foi, ao mesmo tempo, um despertar chocante das pessoas e instituições acomodadas em tradições e práticas ainda marcadas pela ilusão da cristandade, e um reconhecimento e estímulo de crescimento das pessoas que já buscavam novas formas de ser Igreja e viver o cristianismo.

Sou parte e fruto desse segundo grupo. O que fizemos em relação à necessidade de mudanças no estudo da filosofia e teologia teve esse objetivo: preparar pessoas mais capazes de dialogar com as diferentes situações em que se encontravam pessoas, comunidades, povos, humanidade, e para isso criar possibilidades para redescobrir e renovar a relação com as práticas, palavras e metodologia de Jesus histórico. Nada fácil, como foi demonstrado na necessidade de estender o tempo do Concílio para que, por meio do diálogo entre diferentes visões, fossem aprovados documentos e orientações inovadoras, como a *Gaudium et Spes*, sobre o diálogo com a humanidade e seu mundo, a *Ecclesiam Suam*, documento teológico sobre a Igreja e sua missão, bem como os documentos sobre Liturgia, Palavra de Deus, Ecumenismo e outros mais.

O estudo de teologia coincidiu com a primeira etapa da longa ditadura, entre 1964 e 1985. Foi um tempo de tentações e prováveis ilusões em relação ao que propunham os civis das elites e os militares golpistas. Castelo Branco e outros afirmavam que sua missão era impedir que o país caminhasse para o comunismo, e que, uma vez alcançado esse ob-

jetivo e restaurada a ordem, devolveriam o poder aos civis em processos democráticos. Foi isso que envolveu até a CNBB, que, de início, desejou que o “governo” imposto por ditadura realizasse as reformas anunciadas, inclusive a reforma agrária, que logo contou com uma lei, o Estatuto da Terra, e cumpriu a promessa de normalização com a devolução do poder aos civis. Isso lembra como o medo do comunismo era forte também entre os bispos.

Outros setores sociais imediatamente reprimidos viveram tempos difíceis, forçados a se defenderem. Ao final do tempo de governo de Castelo Branco, nada de normalização democrática. Entra Costa e Silva, eleito/aprovado pelo Congresso Nacional permitido como “presidente”. E quando os estudantes do Rio de Janeiro perceberam a decisão dos militares de dar continuidade à ditadura, organizaram uma manifestação popular que contou com a presença de mais de 100 mil pessoas, com o comando: Ditadura não, o povo no poder! A repressão foi muito violenta.

Em 1968, dando como justificativa a necessidade de conter as manifestações que contestavam a ditadura, é dado um verdadeiro golpe dentro do golpe: Costa e Silva é substituído por um triunvirato militar, presidido pelo general Médici, e é publicado o AI5, Ato Institucional nº 5, que abre novas possibilidades de repressão e justifica as violências políticas praticadas nos anos que se seguiram, tendo Médici assumido a “presidência”.

Até o terceiro ano de teologia eu não havia aceitado nenhuma das cerimônias que normalmente eram realizadas nos quatro anos desse curso, argumentando que considerava as “ordens” concedidas apenas culto ao passado, ritualísticas e absolutamente sem sentido – imaginem, como exemplo, a “ordem” de ser coroinha, ou de tocar a campainha na porta da igreja para chamar os fiéis! Mas as pressões para que decidisse se aceitaria ou não a ordenação para o presbiterato aumentaram. Isso me levou, pela segunda vez, a pedir ao bispo da diocese que me liberasse durante um ano para que eu pudesse viver numa paróquia e participar dos trabalhos pastorais para ter melhores condições para a decisão.

Descobrimo como ser presbítero sem ser clero

Escolhi morar em Antônio Prado, sendo membro da equipe pastoral de uma paróquia em que trabalhavam dois presbíteros que aceitaram minha busca: a de descobrir o que eu poderia realizar dos trabalhos dos “padres” sendo leigo, sem ser ordenado. Esse foi o segundo ano em que suspendi os estudos, já que, ao concluir a Filosofia, sentindo-me jovem demais, sugeri a parada de um ano para começar o curso de Teologia um pouco mais amadurecido. Pela vontade do bispo, foi um tempo de apoio à formação de meninos em dois pré-seminários, um da diocese de Caxias do Sul e outro da diocese de Toledo, no oeste do Paraná. Pude experimentar, com isso, o quanto continuava artificial a busca de “vacionados ao presbiterato”, iniciando sua formação aos 10 a 12 anos.

Agora, tendo como referências as práticas existentes em paróquias que conheci desde criança, os anos de estudo de filosofia e de teologia, as iniciativas de que participei, como a da USMAS, já referida, e outras que ainda relatarei, vivi um ano como participante crítico, buscando descobrir o que de fato as leis eclesíásticas reservavam aos presbíteros, e, com isso, também descobrir o que um cristão sem nenhuma “ordem”, denominado leigo, podia realizar no conjunto dos trabalhos pastorais.

Para isso, o primeiro passo foi conseguir trabalhar como professor, gerando a renda que me permitiria viver sem ser peso para ninguém. E esse emprego me possibilitou a aprendizagem de desenvolver práticas pedagógicas participativas, tendo como referência o que já conhecia do “método Paulo Freire”, condenado pela ditadura. Evidentemente, a diferença do método seguido pelos colegas, de tipo tradicional, gerou tensões, mas também avanços, já que o diálogo aconteceu entre grupos de alunos e entre professores.

Na paróquia, o primeiro passo conquistado foi o de dedicar tempo de toda a equipe para o planejamento do trabalho do ano. Como o diálogo nos levou a formular um projeto de evangelização que ligasse a vida de fé com a vida das pessoas e das comunidades em todas as suas dimen-

sões, foi necessário aumentar o número de membros da equipe. Definimos ser importante ligar a fé cristã com as práticas e palavras de Jesus de Nazaré, descobrindo como Deus desejava que cada pessoa descobrisse a dignidade de sua vida, desde o útero e o nascimento até sua morte, passando pelo tempo de infância, de juventude, de vida adulta, e para isso o plano estabeleceu que necessitávamos de pessoas com perfil especializado para trabalhar com as mulheres, com as crianças, com os jovens, com os adultos. O objetivo era comum para todos os grupos: a criação de oportunidades para valorizar a vida pessoal e comunitária através do diálogo, mas cada um abordava o que fosse necessário para provocar diálogo sobre sua vida cotidiana, inclusive sobre aspectos em relação aos quais havia preconceito, como a sexualidade e a higiene.

Havia muitas comunidades rurais, nas denominadas capelas, e o plano foi definido a partir da análise do que faltava para que se tornassem comunidades mais fraternas, constituídas por pessoas mais conscientes e livres, capazes de dar passos em conjunto também para melhorar as condições materiais de sua vida, e sempre iluminando a vida pessoal e comunitária com a luz da Palavra e exemplo de Jesus.

Estas iniciativas alcançaram todo o município, e foram criando um ambiente de mais liberdade e de diálogo. A referência metodológica e pedagógica foi a da “educação como prática da liberdade”, metodologia educativa em alfabetização de adultos que Paulo Freire sistematizou e publicou em 1965, no livro com esse título. E, de fato, foi possível constatar avanços na consciência e em práticas de cidadania e de vivência cristã com a realização desse processo.

Numa das reuniões da equipe, levantei uma provocação aos presbíteros: como estamos constatando que as pessoas estão falando, participando, por que vocês não tentam provocar a participação da comunidade na meditação sobre a Palavra de Deus nas celebrações da eucaristia dominical?

Depois do choque, foi geral a indicação de que isso seria impossível, tendo presente o grande número de pessoas presentes e que, por tradição, essa é parte da missão dos presbíteros. Aceitei o segundo argumen-

to, mais argumentei que eles talvez melhorariam essa missão educadora da prática da fé se contassem com a contribuição de mais pessoas, todas, evidentemente, tocadas e iluminadas pelo Espírito Santo. Caberia ao que preside a celebração não o monopólio da palavra, e sim o estímulo ao máximo grau de participação, que cresceria com o colocar em comum o que o Espírito inspira, e com a síntese final em que o presidente ligaria com as situações especiais ou cotidianas da vida, oferecidas para serem transformadas junto com o pão e o vinho na vivência do “corpo místico” de Jesus. Isso ajudaria a fazer que cada celebração eucarística fosse um acontecimento da fé, como definido teologicamente pelo Vaticano II no documento sobre Liturgia.

A conclusão do diálogo foi um desafio: e você, Ivo, aceitaria tentar essa meditação participativa? Com vontade de experimentar, sem compromisso de sucesso, aceitei o desafio. E no domingo seguinte, depois das leituras da Palavra, o celebrante me apresentou como membro da equipe pastoral que assumiria coordenar a meditação. Como me tinha preparado com o máximo de cuidado, saudei a comunidade, e colocando diante dela o cartaz em que havia tentado sistematizar o tema gerador presente nas leituras e sua relação com situações da vida cotidiana, lancei a pergunta: o que vocês estão vendo nesse cartaz? Estimulando que cada pessoa só destacasse o que achava mais importante, deixando que outras pessoas vissem outros pontos, coloquei-me em movimento entre os muitos bancos em que as pessoas estavam sentadas. E qual não foi a surpresa quando quase de imediato alguém viu algo e, em seguida, outra viu outra coisa, mais uma ligou o que via com uma situação concreta da vida... E assim foi, durante diversos minutos, cabendo a mim ir retomando, quando necessário, ou recolocando a pergunta básica, até que se completou o tempo previsto para a meditação comunitária. No final, valorizei e agradei a participação, destacando que, naquele momento, as reflexões feitas e todas as que não puderam ser apresentadas, mas que Deus conhecia, fariam parte da oração da comunidade e do ofertório que o presidente da celebração coordenaria.

Confessei então, e renovo nesse relato, que me surpreendi com a resposta positiva da grande comunidade. De toda maneira, serviu para demonstrar que, com preparação e boa metodologia, era possível avançar na participação comunitária até mesmo nas celebrações com grande número de presentes. E também que isso podia ser realizado por uma pessoa ordenada para o presbiterato e/ou por um cristão/ã leigo/a. Mais tarde, como ainda relatarei, essa missão de estimular a participação comunitária foi realizada muito positivamente por mulheres cristãs leigas.

A conclusão final desse ano de experiência foi a de que, mesmo buscando as normas eclesiais mais rigorosas, poucas práticas pastorais eram exclusivas dos ordenados. O sentido mais verdadeiro para sua missão era o de serem educadores da fé, mas num processo de multiplicação, de tal maneira que as pessoas, mulheres e homens, que amadurecessem seu seguimento voluntário e livre de Jesus de Nazaré, partilhassem a mesma missão. Foi isso que o próprio Jesus fez com sua comunidade de seguidores e seguidoras.

Nessa mesma direção, aprendi ser fundamental ir anulando a linha de diferenciação e separação entre presbíteros e leigos. Ganham todos com isso. Os presbíteros terão mais pessoas assumindo com eles a animação da comunidade e a criação de novas comunidades, e todos os cristãos, mulheres e homens, passarão a viver a sua fé de forma amadurecida, ativa. E juntos poderão enfrentar os desafios inevitáveis para quem segue Jesus em tempos de ditadura, por exemplo, e em tempos estruturalmente organizados para favorecer a concentração da riqueza e da terra em poucas mãos, ao lado de muitas pessoas, comunidades e povos dominados para continuarem marginalizados e à disposição para serem explorados. E manterem-se portadores de alegria e esperança.

Foi durante esse ano que, em diálogo com os colegas da equipe e o bispo, tomei a decisão de aceitar a ordenação para o presbiterato, como relatarei em seguida.



4

MISSÃO ECLESIAL LIBERTADORA

Creio ser interessante retomar os diálogos realizados no encaminhamento da decisão de aceitar a ordenação para o presbiterato. E antes deles, vale referir que já nesse tempo não gostava nem aceitava que se dissesse que estava aceitando ser “sacerdote” ou “padre”. No entendimento que foi se consolidando no processo de formação, e especialmente por ter sido confirmado pelos documentos do Vaticano II, cada batizado se torna sacerdote pela bondade e graça de Deus, e por isso, não é correto afirmar que haveria uma “ordenação ao sacerdócio”, ainda mais quando essa graça estava aberta só para homens que aceitassem ser celibatários. Na verdade, até hoje continuo aprofundando o que significa o reconhecimento de que sacerdote de fato só Jesus o é, e que todas e todos os seus seguidores participam de seu sacerdócio, e se tornam, de diferentes maneiras, mediadores da relação sagrada entre a criação, com todas as formas de vida, e Deus, fonte originária de tudo.

Para mim, assumir essa compreensão significou a decisão de que me caberia a missão, entre outras, a de promover a concretização do ensinamento e da prática de Jesus: vocês sabem o que se passa nos reinos desse mundo, onde uns dominam sobre os outros; entre vocês, todos são e devem viver sendo irmãos e irmãs; e a maior prova de amor é

dada por quem dá sua própria vida pelas pessoas que ama...

Por outro lado, como levar a sério o desejo de Jesus de que ninguém aceitasse ser chamado de pai, porque só um é o Pai, ou de mestre, por que só um é o Mestre? Certamente a melhor forma não era a de chamar os “ordenados” de “padres”, isto é, pais, e os batizados de “leigos”, por mais que se justificasse que essa denominação vem do termo *laos*, isto é, povo, povo de Deus. Nesse caso, os “padres” ou “sacerdotes” não eram mais parte do povo de Deus, passando a ser membros do clero e sua hierarquia?

O estudo e a meditação do conteúdo do documento do Vaticano II sobre a Igreja fundamentaram ainda mais solidamente essa compreensão: a Igreja é o povo de Deus, constituído por todas/os as/os batizadas/os, e conta com o papado, o episcopado e o presbiterato a seu serviço. Na verdade, com muitos outros serviços, todos com o objetivo de contribuir para que o povo de Deus seja testemunha veraz de Jesus e de sua paixão pelo Reino de Deus.

A opção de relativizar e até de sugerir que não gostava de ser chamado de padre ou de sacerdote, teve, desde a origem, o sentido de vivenciar a consciência de que eu havia aceitado assumir uma missão de serviço ao povo de Deus, denominado como Igreja, e nada mais do que isso. E fez parte do esforço permanente de colocar em questão o clericalismo, criado e consolidado na história, despertando nas pessoas e comunidades a consciência de que a missão de ser Igreja era de cada um/a e de todos os participantes das comunidades de cristãos. O serviço que estava disposto a assumir era o de cuidar da qualidade do testemunho destas pessoas e comunidades, sendo como que um “irmão maior”, talvez um “pastor”, um dos irmãos que teve tempo para se preparar para ser educador permanente da fé de seguidores/as de Jesus. E educador que também se educa na relação para ser cada dia mais fiel seguidor de Jesus.

Diálogos prévios

A veracidade⁴ tem sido uma qualidade a ser buscada e vivenciada em todas as relações, incluindo, de modo especial, as celebrações religiosas. Por isso, para evitar que as celebrações litúrgicas da “ordenação” para o presbiterato fossem vazias e só aparência, considereei necessário abrir rodadas de diálogo com o bispo Dom Benedito Zorzi sobre o real significado dos compromissos que seriam assumidos por meio dos rituais. Destaco dois pontos, que me parecem centrais.

Em algum momento da sequência de celebrações, o bispo me faria a pergunta: *you promise to be obedient to the bishop?* Vale lembrar que cabia ao bispo ordenar, isto é, conceder o poder de ser presbítero em obediência a ele. Apresentei ao bispo a necessidade que sentia de dialogarmos sobre o que ele e eu entendíamos ser essa promessa de obediência. Sem um entendimento comum, poderia o bispo ter um entendimento e eu outro, diferente ao dele, e o que a comunidade presente celebraria com os dois?

Não foi um diálogo fácil. A ideia tradicional de obediência, de modo especial nas relações entre membros da hierarquia, era a de só fazer o que o bispo quisesse, sem espaço de discordância, pois isso seria visto imediatamente como quebra de compromisso. Obediência, então, era, sim, dependência da autoridade indiscutível a quem estava em grau superior na hierarquia: o presbítero em relação ao bispo, e o bispo em relação ao papa. É possível que a prática de muitos presbíteros de descarregar sua autoridade sobre os leigos, e especialmente sobre as leigas, tenha origem nessa exigência de obediência cega no interior da hierarquia.

Apresentei ao bispo o significado de obediência que estava disposto a prometer. O ponto de partida era a compreensão de que a missão episcopal e a que eu assumiria como presbítero era a mesma: a de sermos educadores da fé e animadores de pessoas e comunidades na prática de seguimento de

4 - KÜNG, Hans. *Veracidade e o Futuro da Igreja*. São Paulo: Ed. Herder, 1969.

Jesus de Nazaré no mundo em que vivemos. Partindo disso, obedecer significaria sermos, os dois, corresponsáveis em relação a essa missão. Por isso, no caso de o bispo perceber algo a ser melhorado ou deixado de lado em minhas práticas pastorais, ele teria não apenas autoridade, e sim obrigação de parceiro de caminhada de me ajudar a ser melhor. Mas, a corresponsabilidade exigia igual obrigação de minha parte: abrir diálogo fraterno com o bispo com o objetivo de sugerir a ele possibilidades de ser melhor e de agir melhor na realização de sua missão episcopal.

Creio ser importante ter presente que não havia nada de extraordinário nessa proposta. Ela era um encaminhamento concreto da proposta conciliar de que os bispo e os presbíteros deveriam assumir em conjunto a missão, criando espaços para isso, e que deveriam ser alargados para conselhos – e seria ainda melhor, assembleias – pastorais, em que a corresponsabilidade incluiria mulheres e homens de fé no planejamento e na implementação de iniciativas pastorais em cada igreja local.

Creio que por ter participado de todo o longo Vaticano II, Dom Benedito não se opôs ao que propus, e por isso dedicamos o tempo para acertar como isso poderia ser colocado em prática, e de como esse conteúdo de compromisso de corresponsabilidade seria anunciado a quem estaria presente nas celebrações litúrgicas em que, ritualmente, seria assumido por nós.

Outro ponto necessário foi em relação ao que significaria o compromisso de celibato para toda a vida de presbítero. E aqui, sim, alimentava dúvidas se o bispo aceitaria o meu entendimento. Afinal, o ponto de partida foi a comunicação de que eu discordava da lei que reservava o presbiterato – e episcopado e papado – apenas a homens, e homens que aceitassem ser celibatários a vida toda. Mas que, tendo presente que essa lei não seria modificada a curto prazo, eu me sentia motivado e preparado para assumir a missão presbiteral e igualmente para aceitar a exigência condicionante do celibato. Em relação ao compromisso de ser por toda a vida, deixei claro que desejava e esperava ter a mesma motivação no futuro, deixando claro, contudo, que se um dia não tivesse mais motivação para seguir na missão

com essa exigência com alegria, pediria revisão de compromisso com a mesma liberdade com que anunciava a disposição atual.

Houve um silêncio, e bastante longo. Achei mesmo que ele não aceitaria. Mas, para minha surpresa, sua fala foi no sentido de que eu e ele deveríamos pedir a Deus que mantivesse e renovasse a motivação e a alegria de estar a serviço da Igreja.

Explicitada a compreensão dos compromissos, o plano era o de retomar o 4º ano do curso de Teologia em 1968 e, ao mesmo tempo, participar de um curso sobre renovação catequética, em que se aprenderia conteúdos e metodologias que seriam consagrados na Conferência do CELAM em Medellín, que destacaremos mais adiante. Mas os padres coordenadores do curso de Teologia decidiram demonstrar que não desejavam dar os passos de abertura sugeridos pelo Vaticano II. Com o argumento de que eu reiteradamente questionara os professores e estimulava reações coletivas, comunicaram que eu não poderia completar as matérias que faltavam do curso de Teologia. Mais uma vez, o diálogo com o bispo, único responsável por aceitar ou não alguém para o presbiterato, resultou na decisão de que eu deveria, ao mesmo tempo que participaria do curso de renovação catequética, estudar os conteúdos das matérias que faltavam e, se necessário, ser aprovado por examinadores nomeados por ele na diocese.

Como se percebe, os períodos de transição, ainda mais quando o desafio é sair de tradições seculares, são tempos desafiadores. E não há garantia de que as instituições, que ajudavam a “formar” pessoas para serem mantenedores e quase funcionários dessas tradições repetitivas, sejam capazes de ser agentes de transformação. No meu caso, creio que a negativa referida serviu como oportunidade para preparar-me com melhor conteúdo e com metodologia para contribuir no processo de transição, sentido como absolutamente necessário. De fato, foi no curso de renovação catequética que tive oportunidade de conhecer melhor e exercitar a metodologia de Paulo Freire, conectando-a com os avanços metodológicos praticados por excelentes educadores da fé, catequistas.

Servidor das comunidades

A celebração litúrgica em que fui acolhido para o serviço presbiteral não aconteceu na paróquia em que nasci e minha família ainda morava. O bispo acolheu a proposta de ser celebrada na paróquia de Antônio Prado, em que havia vivido e participado da equipe pastoral no ano de 1967, como já relatei.

Todo o ambiente foi de alegria, e isso marcou a celebração litúrgica e a festa. Tudo foi vivido como a confirmação de alguém já conhecido no trabalho pastoral em todo o município. Para muitas pessoas, incluídos os presbíteros, foi a celebração da amizade e da busca sincera de melhores formas de realizar a missão de evangelizar.

Creio ser importante relatar o primeiro teste das relações de responsabilidade aceitas como prática da obediência. Poucos dias depois da ordenação, fui convidado pelo bispo para um diálogo. Depois das saudações, foi direto ao assunto: ele recebera informações de que eu não havia celebrado a Eucaristia durante os dias em que permaneci em Antônio Prado, e de que havia aceitado o pedido de confissão e celebrado o Sacramento da Penitência num banco da praça da cidade.

Pensei comigo: começamos bem! Perguntei, inicialmente: informaram que eu não participei da Eucaristia, ou de que não usei os trajes, os paramentos? Como a resposta foi que não havia usado os paramentos, perguntei: como é que alguém pode saber se eu concelebrei ou não só por não ter usado os paramentos? Quem estava presidindo a celebração vestiu os paramentos, e eu participei como parte da comunidade, e o fiz como presbítero, concelebrando. Não seria suficiente? Chegamos ao acordo em paz.

Em relação à possível confissão, perguntei: quem teria condições de afirmar que isso aconteceu realmente, já que existe o segredo de confissão, e por isso, nem mesmo a palavra de alguém que eventualmente se confessara seria válida como acusação? Em seguida, diante da reação de surpresa do bispo, perguntei: e se por acaso, Dom Benedito, alguma pes-

soa pedir para dialogar sobre sua vida num espaço público, num banco de praça, e nesse diálogo ela sentir vontade e pedir para se confessar, devo aceitar ou exigir que se dirija ao confessionário, mesmo sabendo que ela está justamente em conflito com certas exigências institucionais da Igreja, e podia, provavelmente, desistir da confissão?

Dom Benedito não era necessariamente uma sumidade em filosofia e teologia, mas era uma pessoa bondosa, um amoroso pastor, e por isso, não teve dúvida em afirmar que não se deveria negar a possibilidade de uma graça amorosa de Deus, mesmo num banco de praça. E creio que nos despedimos bem mais amigos e corresponsáveis pela evangelização.

A tradicional “primeira missa solene” de novo presbítero foi celebrada uma semana depois da ordenação na paróquia Nossa Senhora de Lourdes, em Caxias do Sul, em que vivia e participava minha família. Dias antes, porém, reunidos os pais e alguns irmãos e irmãs na casa paterna/materna, alguém perguntou se não poderíamos celebrar uma eucaristia. Não haveria nenhum problema em dar esse passo, mas preferi a oportunidade para deixar claro que eu não havia sido ordenado presbítero para a família, e sim para as comunidades cristãs, em qualquer lugar; para a família, eu continuava o filho e irmão de sempre, com o nome de Ivo, e não de padre, e desejava que isso continuasse assim.

Em relação à chamada primeira missa, dois destaques. O primeiro é celebrar a alegria de ver e ouvir o coral formado por meus irmãos e irmãs animando a celebração com alegria e arte, estimulando o louvor a Deus. O segundo foi uma iniciativa pessoal: a escolha dos versos iniciais do capítulo 4 das Boas Notícias da comunidade de Lucas como Evangelho, sinalizando que, como Jesus e com ele, depois de enfrentar muitas tentações, estava aceitando ser ungido pelo Espírito para as missões – aparentemente nada religiosas – que ele assumiu em toda a sua vida, mesmo quando, incompreendido e falsamente julgado, essas práticas e boas notícias lhe valeram a morte difamatória na cruz e, pouco depois, o reconhecimento do valor salvador delas pela ressurreição.

Uma escolha certamente desafiadora e perigosamente comprometedora. A cada dia, e agora, aos 80 anos, preciso celebrar, com alegria, as práticas de fidelidade, e reconhecer, com simplicidade, quanto estou longe de seguir os passos de Jesus. O que me conforta é que ele, sabendo que nada acontece de repente, nos provoca a ir sendo perfeitos como o Pai é perfeito. Quando chegaremos? Só quando formos transformados em Encantados por Ele?

Ir às periferias

Quando ouço Papa Francisco insistindo que a Igreja precisa ir às periferias, lembro, com alegria, que esse tem sido o caminho inicial e permanente do meu trabalho como presbítero. Vejam como foi.

Na verdade, de certa maneira isso começou nos diálogos anteriores à ordenação. Em algum momento, em diálogo com o bispo e o coordenador de pastoral, desejei explicitar onde e em quê preferia atuar. Deixe claro que estava me sentindo preparado para atuar em equipe, e não sozinho, tanto no interior, talvez juntando dois ou três municípios/paróquias pequenos, como nas cidades, nos bairros periféricos em que não havia presença pastoral, sempre morando no meio do povo, fora das “casas paroquiais”, para estar mais em contato direto e evitar que se pensasse ser natural e correto que tudo fosse feito pelo presbítero ou pela equipe presbiteral, como de hábito acontecia.

Pois é, uma vez concluído o curso de renovação catequética – e nunca me ser exigido ser examinado sobre as matérias que faltavam no curso de Teologia, que estudei com afinco –, fui surpreendido, na visita feita ao bispado para ter notícias sobre onde e com quem iria atuar, de que estava nomeado para ser coadjutor, isto é, presbítero de apoio, do padre vigário da catedral.

Não podia aceitar, até porque já havia falado ao bispo e coordenador de pastoral que esta não era minha opção. Por isso, deixei um recado aos dois informando que não assumiria, se fosse nomeado, e que continuava

à disposição tanto para trabalhar em periferia urbana quanto em municípios rurais, nas condições que havíamos dialogado. Se por acaso achassem difícil dar esse passo, que me liberassem para ir para outra região com mais necessidade de presbíteros.

Ao retornar da viagem em que visitei um dos irmãos que trabalhava em São Paulo, voltei ao bispado para conhecer a decisão. O que aconteceu é que haviam decidido encaminhar minha sugestão: formar uma equipe para iniciar um trabalho nos bairros da região sul da cidade de Caxias do Sul. A primeira dificuldade foi encontrar dois colegas dispostos a trabalhar em equipe, fruto, com certeza, do tipo de formação que os seminários davam aos candidatos ao presbiterato.

Dois toparam a parada, mesmo sem ter prática e espírito de equipe. Avançamos juntos nessa direção ao enfrentarmos os primeiros desafios que encontramos: alugar uma casa para moradia; mobiliar a casa; gerar os recursos necessários para esse começo do zero, sem apoios institucionais e, na verdade, sendo vistos como esquisitos e aventureiros, que certamente deveriam retornar às casas paroquiais do centro da cidade.

Conseguimos vencer essa etapa, e para isso, depois de conseguir um período de três meses para começar a pagar os aluguéis, buscamos todo o necessário para viver – camas, armários, fogão, máquina de lavar roupa, mesas e cadeiras etc. – no prédio do seminário, nas casas e salões paroquiais, dando utilidade ao que estava jogado às traças. Em seguida, nos dispusemos a realizar em equipe o trabalho de tradução de um livro sobre moradores de rua e catadores de materiais recicláveis escrito por Abbè Pierre para uma editora católica, e com a remuneração pagar os primeiros aluguéis e a comida.

E, ao mesmo tempo que avançávamos na criação do espaço para viver, damos início ao trabalho pastoral, com dois destaques: sempre em equipe, elaboração do projeto de pastoral para o que fomos logo denominando Setor Sul de Pastoral, partindo, mais uma vez, praticamente do zero; a partir dele, planejamento dos passos a serem dados, com definição do que caberia a cada um de nós.

Decidimos que animaríamos comunidades em cada bairro, avançando com as mulheres e homens que assumissem conosco para o que cada um deles sentisse necessidade e desejasse. Foi assim que se firmaram as onze primeiras unidades de comunidades locais, de quarteirões ou não, sem que nenhuma fosse definida como principal, matriz das demais. E elas foram sendo construídas por diferentes tipos de lideranças, que assumiram como agentes pastorais a catequese, a preparação para cada celebração de sacramentos, de modo especial a Eucaristia dos fins de semana, a administração dos recursos doados à comunidade, e finalmente, mas não menos importante, a atenção às necessidades das pessoas, famílias, assalariados/as, articulando grupos de ação social atentos à saúde, à educação, aos direitos de cada tipo de trabalhador/a, bem como aos desempregados/as.

Vale destacar que, com maior ou menor dificuldade para cada membro da equipe de presbíteros, procuramos sempre trabalhar inspirados pelo processo participativo característico da proposta de Paulo Freire, a Educação como Prática de Liberdade. De minha parte, desde o início, em todas as reuniões, encontros de formação e capacitação, e também nas Eucaristias celebradas com os grupos menores e com a comunidade ampla em cada bairro, procurei manter firme a prática do diálogo, estimulando ao máximo a participação e valorizando as contribuições de todas e todos. Tenho certeza de que eu fui o que mais cresceu com essa prática, e creio que isso também estimulou o engajamento de muitas pessoas e alimentou sua alegria de participar dos processos em que todas e todos nos sentíamos construindo comunidades de pessoas mais conscientes e livres na vivência da fé cristã e na busca de sociedades humanas fundadas sobre a justiça, a igualdade e a paz.

A experiência de Sínodo

A Igreja Católica está perto de completar o processo sinodal convocado pelo Papa Francisco, tendo como objetivo avançar na prática da

sinodalidade em todos os âmbitos e níveis eclesiais, isto é, que a participação de todas e todos os cristãos se faça presente desde as comunidades locais até o governo geral. A Igreja precisa ser sinodal, testemunha da fraternidade radical proposta e praticada por Jesus de Nazaré, contando com agentes do laicato, diáconos, presbíteros, bispos e papa a seu serviço. Para isso, precisa estar enraizada em comunidades locais e ir sendo Rede de Comunidades em cada região, país e mundo. Sem isso, como viver a sinodalidade, isto é, a prática de decidir e caminhar juntos?

É importante ter presente que o “instrumento de trabalho” do Sínodo mundial atual é a síntese de exercícios de escuta e de reuniões sistematizadoras realizados em todas as dioceses, países e regiões do planeta. Os “padres” e “madres” que constituirão este Sínodo serão estimulados a tomarem decisões sobre o que será bom e necessário para que haja sinodalidade em todos os âmbitos e níveis eclesiais a partir das contribuições vindas do amplo processo participativo.

Como “sínodo de bispos” ele existe desde 1965, instituído pelo Papa Paulo VI a partir do desejo apresentado no Concílio Vaticano II. Mas, com o Papa Francisco, o Sínodo se abre para ser espaço para caminhar juntos como Igrejas da Amazônia, e agora, como igrejas de todo o mundo, realizado em duas etapas e tendo como temática a dimensão de “sinodalidade” da Igreja de Jesus.

Pois bem, não existia esta prática de sínodo numa Igreja Particular em 1969, e por isso, foi algo inovador e uma difícil e tensa vivência eclesial a realização do Sínodo da diocese de Caxias do Sul. A proposta nasceu de baixo para cima, da rede de catequistas formados com metodologia participativa e com adesão à visão eclesial presente nos documentos do Concílio Vaticano II, bem como dos grupos ainda existentes da Ação Católica rural e operária e dos que se dedicavam a avançar na renovação litúrgica.

Foi muito instigante o processo de mobilização em toda a área da diocese, dificultado em particular pelos membros do clero, centrados nas tradições paroquiais que lhes davam poder. E o evento diocesano, mesmo

com limites e muitas tensões, conseguiu consolidar alguns processos de renovação, como o aberto pelo Setor Sul de Pastoral, que abriu caminho para uma presença eclesial diferente nas periferias urbanas, pelo trabalho comunitário nas áreas rurais, pela dinamização da catequese inovadora. Mesmo com alguns questionamentos acolhidos, o sistema pastoral centrado em paróquias pouco ou quase nada se abriu, e o clericalismo continuou reinante. Novo mesmo foi o passo dado na direção da dimensão missionária da igreja diocesana, com apoio a processos de formação de pessoas que desejassem colaborar com a missão eclesial em outras regiões, abrindo caminho para o que ficou conhecido como COM – Centro de Orientação Missionária.

Como desde antes da ordenação para o presbiterato eu já havia decidido, com apoio do bispo, que, depois de alguns anos dedicados à diocese, iria trabalhar em alguma região que precisasse da contribuição para a qual me havia preparado, dei passos nessa direção com uma viagem de férias ao Centro-Oeste, oportunidade em que fui convidado e aceitei atuar na diocese em que Dom Tomás Balduino era bispo, no estado de Goiás, como relatarei em outro capítulo.

5

IR AONDE O POVO ESTÁ

Não sou cantor nem poeta, mas acolho com alguma inveja as obras de arte destes artistas. Como gostaria de ser capaz de expressar de forma artística a vida, as incertezas, a beleza, a espiritualidade, como faziam o amigo Pedro Casaldáliga e o maravilhoso poeta e músico Milton Nascimento, de quem colho a inspiração do relato que farei:

*Com a roupa encharcada, a alma repleta de chão
Todo artista tem de ir aonde o povo está
Se foi assim, assim será (assim será)
Cantando me desfaço e não me canso
De viver nem de cantar
(Nos bailes da vida)*

Embarquei para Goiás em fevereiro de 1972, sem perspectivas de volta. Já estava com a roupa encharcada, a alma repleta de chão das comunidades residentes no que foi sendo conhecido como Setor Sul de Pastoral, em Caxias do Sul, RS. A grande maioria já era ou desejava tornar-se operário das indústrias dessa cidade. Mas da mesma forma que a industrialização da cidade se deu a partir da produção rural e da busca que jovens fa-

ziam de trabalho na cidade, por falta de oportunidade para comprar a sua terrinha, este ainda era um povo mais rural do que propriamente urbano. A maior parte das famílias se deslocou para que os/as filhos/as pudessem dar continuidade aos estudos, deixando pra trás parentes e amigos italianos ou alemães, a quem seguidamente podiam visitar.

Mesmo tendo sua origem na imigração italiana, a outrora Campo dos Bugres já vivia um primeiro tempo de interação entre pessoas de diferentes origens. Não apenas alemães, católicos ou luteranos, mas também de origem lusa, às vezes com sinais de antecedentes indígenas ou negros, vindos da região de campanha, substituídos nas fazendas e lavou-
ras por máquinas, e por isso migrantes mais empobrecidos, habitantes dos bairros mais distantes e com menos infraestrutura. Foi com esse povo misturado, forçado a viver em novas condições, sem ter ainda uma identidade cultural adequada, que aprendi a viver, a enfrentar problemas da vida, a viver um cristianismo ligado com a vida. Aprendi, especialmente, ser presbítero de comunidades, estimulando seu crescimento em todas as dimensões sem substituir ninguém que pudesse contribuir.

Mas como Milton Nascimento expressa na mesma canção:

Só quem toma um sonho

Como sua forma de viver

Pode desvendar o segredo

De ser feliz

Decidi partir para Goiás com meu sonho: participar de uma Igreja realmente a serviço da libertação das pessoas, a começar das mais empobrecidas. E poder contribuir com um processo de mobilização política contra a ditadura e a favor de uma democracia com maior poder popular.

Posso dizer que encontrei esta Igreja em processo de construção. Seria um equívoco afirmar que ela, ao pertencer ao catolicismo mundial e brasileiro, estivesse livre de contradições. O que a diferenciava, contudo, era contar com um bispo decidido a fazer o melhor para que amadurecesse uma prática de cristianismo autêntico, popular e a serviço dos pobres. E para isso, buscava colaboradores/as abertos a esse projeto no Brasil

e fora dele, especialmente na Itália.

Quero destacar que antes mesmo de minha chegada, no diálogo sobre onde e como poderia contribuir com esse projeto de uma Igreja em libertação e a serviço da libertação, entrei em acordo com o bispo Tomás sobre a necessidade de ter oportunidade de viver e conviver com o povo da diocese. Uma condição indispensável para contribuir na formação de lideranças, missão para a qual havia sido convidado, era conhecer a vida do povo. E para isso, só há um caminho: ir aonde o povo está, como lembrou o poeta Milton Nascimento.

O acerto incluía: ser membro da equipe diocesana de assessoria, com a prioridade de desencadear a formação de lideranças; ser coordenador da pastoral no município – e paróquia – de Itapuranga; e atuar contando com apoios de uma equipe de cinco jovens que também partiram de Caxias para atuar em região missionária.

Princípios de renovação

O fato de assumir como único presbítero da equipe a paróquia de Itapuranga foi um desafio novo. Na periferia de Caxias do Sul, as tensões iniciais abriram espaço de atuação sem as amarras da instituição de base da Igreja institucional que é a paróquia. Tanto assim que a pergunta mais comum no início daquele projeto que se tornou Setor Sul de Pastoral, era essa: qual a paróquia de vocês? Não foi fácil, mas certamente libertadora a oportunidade que as pessoas e comunidades tiveram de sentirem-se livres, sem laços de dependência definidos, e com o belo desafio de criar algo diferente e, de preferência, qualitativamente novo.

Um cuidado pessoal fez parte da decisão de não combinar com o bispo a data de chegada, evitando qualquer tipo de entrada solene. Cheguei no início de fevereiro de surpresa, evitando também que a equipe de leigos/as estivesse comigo. A justificativa foi a de que, como eu já havia visitado a cidade em dezembro do ano anterior, deveria preparar a chegada para a equipe.

Como já havia estado em iniciativas diocesanas e visitado a cidade, algumas pessoas me reconheceram no ônibus que nos levou de Goiânia para Itapuranga. Isso foi muito bom, até mesmo como oportunidade de tornar público um princípio que orientaria meu trabalho. Ao ser identificado, saudado e, de certa forma, apresentado aos passageiros por um senhor que contribuía no trabalho de preparação de noivos para o casamento, anunciando que, com a chegada desse “padre novo”, ele poderia sentir-se liberado do trabalho que fazia, declarei: amigo, eu não substituirei ninguém que já está preparado e realiza trabalhos pastorais; posso reforçar, mas o desejo é que todas e todos continuem realizando, e até melhorando, o que já fazem.

Encontrei a casa paroquial já preparada, e de imediato dona Zuza, cuidadora dela, foi chamada para preparar a primeira refeição. Era um fim de tarde, e na igreja localizada em frente estava marcada uma celebração da Palavra, já que não havia previsão de chegada de algum padre, para o início da noite. De imediato, decidi ir ao encontro do povo que participaria dela.

É claro que, se há um padre, o normal é o povo exigir que haja missa, e essa foi a sugestão, mesmo com minha insistência de que teria alegria de participar da Liturgia da Palavra. Aceitei. Aproveitei para saudar efusivamente as pessoas presentes e me apresentar. E tudo correu como de costume até a leitura do Evangelho. Em seguida, porém, mais uma oportunidade para anunciar um princípio de ação que nortearia meu trabalho: o direito de meditar sobre as leituras da Palavra de Deus não era só do presbítero, e sim de toda a comunidade: o Espírito Santo ilumina a todas e todos, e colocar em comum o que ele sugere é importante alimento para a vivência de comunidade de fé cristã; por isso, quem gostaria de contribuir na meditação de hoje? Se ninguém sentir coragem de fazer isso, nenhum problema, já que, de fato, isso foi reservado ao padre até agora, e nós podemos ficar em silêncio alguns minutos, e Deus, que conhece nosso coração melhor do que nós, acolherá o que o Espírito nos sugerir.

Depois de alguns minutos em silêncio, liguei as leituras com o que cada uma e cada um havia meditado e convidei a todos a fazermos a oferta da nossa vida, desejando que ela fosse transformada, como o pão e o vinho o serão. E a celebração eucarística seguiu como de costume.

No final da celebração, porém, deixei claro que no domingo seguinte faríamos a meditação comunitária, e por isso, em casa ou onde quisessem, seria bom prepararem a sua contribuição para acolhermos de forma viva o que Deus desejava comunicar conosco na Eucaristia. De minha parte, estava muito feliz de estar chegando e poder contribuir em tudo que fosse capaz em favor da comunidade. Mas não faria isso sozinho. Uma equipe de voluntários leigos chegaria durante a semana. Mas, mesmo assim, o que mais me daria felicidade seria que, depois de um tempo, a comunidade já não precisasse de pessoas de fora, como eu e a equipe, para manter em crescimento a vivência de sua fé. Quanto tempo? Talvez uns três anos, anunciei. Por isso, não apenas se preparem para participar da meditação comunitária nas eucaristias, mas todas e todos que desejarem, poderiam apresentar-se para que a comunidade caminhasse com suas próprias pernas. Desejei intensamente que o boa noite e a bênção abrissem esse caminho de renovação.

Como pessoa que desejava seguir com honestidade a Jesus de Nazaré, sabia ser importante fazer a reflexão a partir de uma prática, ou garantir que a prática fosse a confirmação do que fora anunciado. Por isso, mesmo nas reuniões mais numerosas para celebrar a Eucaristia, mantive firme o compromisso de abrir a meditação sobre as mensagens das leituras bíblicas à comunidade. Para comprovar como isso era possível e bom para aumentar a participação popular, a denominada “fila do povo” só foi aumentando, chegando à necessidade de, em determinado domingo, colocar em votação a definição de quanto tempo que seria dedicado à meditação comunitária, para evitar que a celebração se tornasse longa demais. E foi acertado que as pessoas que estivessem na fila do povo no final do tempo previsto, seriam as primeiras no domingo seguinte.

Comentários de aprendente

Creio ser importante acrescentar alguns comentários. Em diálogo com colegas, e até com o próprio bispo, tem sido recorrente a afirmação de que não conseguiam essa participação. Uma das perguntas que apresentava a eles era essa: mas vocês querem mesmo a participação e acreditam que as pessoas são capazes de contribuir na meditação? E deixava no ar um aviso: as pessoas veem nos olhos da gente se queremos a contribuição delas. É claro que, se alguém faz perguntas e, ao receber respostas, faz comentários negativos, indicando que a pessoa que falou não entende do assunto, sua prática confirma a tradição de que só os padres entenderiam disso. É preciso desejar a participação e ter a alegria de acolher toda e qualquer contribuição, mesmo que tenha o caráter de dúvida ou comentário que mereça mais aprofundamento. É fundamental que a comunidade sinta que o animador da celebração aprende junto e que, ao socializar sua reflexão, o faz como alguém igual às demais pessoas.

Por outro lado, quem deseja celebrações efetivamente participativas precisa ser realista em relação ao que cada pessoa e comunidade aprendeu em sua história. No caso quase universal de ter havido promoção do clero por meio da reserva exclusiva ao direito de palavra nas celebrações, será essencial que o convite à participação ande junto com a relativização do clericalismo, e por isso, com práticas que demonstrem que o que preside as celebrações é um dos irmãos, em nada superior. E ao saber que houve a proibição de contato direto com a Bíblia durante séculos, cabe a quem preside ser educador na perspectiva de Paulo Freire, e muito antes dele, de Jesus de Nazaré: estimulando a participação a partir de perguntas que possibilitem a reflexão sobre a vida com a luz das leituras do dia. As perguntas de Jesus tomavam a forma de parábolas; as de Paulo Freire, de situações ou palavras geradoras.

Outro aspecto que a prática me ensinou: é ilusão achar que o caráter sagrado da celebração possa ser vivido com símbolos e rituais herméticos.

cos, desligados da vida; a vivência do mistério das relações com Deus se torna mais surpreendente e transformadora na medida em que os participantes experimentam o amor vivido e o desejo de amar ainda mais intensamente, indo ao encontro sempre renovado com o Amor – Deus. Quanto mais explícita for a consciência e o sentimento comunitário de tudo que o pão e o vinho trazem da vida das pessoas, da humanidade e da Mãe Terra, mais profunda será a vivência da transformação da vida de cada participante e da comunidade em comunhão com Jesus de Nazaré que renova sua presença. Quanto mais participativa, mais autêntica e transformadora a Eucaristia. Na verdade, mais autênticos e transformadores todos os sacramentos e sacramentais.

Coerência que transforma

As reuniões celebrativas precisavam estar ligadas à vida cotidiana e à realidade sociopolítica em que ela era vivida. Em Itapuranga, nos primeiros anos da década de 1970, mais de dois terços da população vivia espalhada no território, dedicada à agricultura, ou em pequenas vilas mais rurais do que urbanas. Menos de 20% vivia na sede do município, e mesmo aí, boa parte ainda se dedicava a trabalhos agrícolas. Muitas famílias tinham dupla moradia: na cidade, com a família, principalmente para possibilitar escola para os filhos e para cuidar da saúde; na roça, para cultivar a terra, produzindo arroz, feijão e milho, junto com outros produtos de horta e frutas, vendidos na feira dominical para gerar renda. E na roça, sendo vizinhos de outras famílias que lá residiam.

Os jovens que vieram comigo se tornaram professores e professoras como forma de gerar renda para viver e como espaço de trabalho em educação articulado com o projeto mais amplo de pastoral. Todos sentíamos necessidade de conhecer a realidade e a cultura local. Para isso, foi necessário vivenciar processos educativos de transformação.

Um exemplo disso foi o que aconteceu com o Conselho Pastoral, que já existia. Pelo que haviam aprendido, o presbítero deveria morar perto

da igreja matriz, rezar missa todos os dias e ir organizando a celebração dos demais sacramentos. Poderia fazer isso também nas capelas existentes, deslocando-se periodicamente para lá. E caberia aos membros do conselho providenciar os recursos necessários para a vida e trabalho do pároco.

Tendo como objetivo conhecer a realidade em todo o município e, ao mesmo tempo, identificar lideranças naturais ligadas às necessidades das suas comunidades, o plano inicial foi o de visitar casa por casa, sem distinção nenhuma, em todo o município – uma área de mais de mil e quatrocentos quilômetros quadrados e uma população de mais de 40 mil pessoas. Mas a concretização desse plano dependia da compreensão do Conselho Pastoral de que o povo do interior tinha direito a 80% do tempo de trabalho do único presbítero da equipe. Isso significaria menos tempo para atendimento na sede paroquial, e menos missas. Na visão da equipe, se isso fosse aceito, estaria criada a situação para que também a cidade, com seu centro e periferias, deveria contar com agentes pastorais locais, como no interior, e isso poderia corrigir algo muito comum nas paróquias: com a presença do presbítero, dificilmente pessoas locais se dispunham a assumir os trabalhos pastorais.

Não foi fácil, mas o Conselho, depois de longo tempo de diálogo, aceitou a proposta, respeitando que o povo da roça tinha igual direito que o da cidade. O passo seguinte foi o planejamento das visitas, usando o carro para chegar onde fosse possível, e o lombo de cavalos ou as caminhadas, sempre que necessário.

Aprendi muitíssimo com esse longo exercício de mais de seis meses. O mais importante foi conhecer o povo nas suas residências e nos locais de trabalho. E descobrir o que significava o fato de que a maioria das famílias não tinha terra, trabalhava como meeiro em propriedades de famílias que viviam no município ou já haviam mudado para a capital, Goiânia. E aprender o que significava ser meeiro, não apenas em relação à proporção da colheita que devia ser entregue ao patrão, e sim nas condições concretas de moradia, cuidados da saúde, educação. Entregar a metade ou mais da produção era uma exploração de toda a família, e isso

se agravava ainda mais quando a área de roça era menos produtiva. Senti o que era ser pobre no interior de Goiás.

Por mais que os pequenos proprietários de minha terra de origem no sul do país vivessem com simplicidade, e alguns em situação de pobreza, não havia como comparar com a situação e condições de vida e trabalho dos meeiros. Havia preconceitos entre meus familiares e todo o povo do Sul em relação ao resto do país, em geral descrito como Nordeste ou Norte, a partir da falsa consciência de que seriam os únicos que sabiam e se dedicavam ao trabalho. A pobreza das pessoas e famílias de outras regiões, e mesmo das que migravam de áreas não favorecidas com a distribuição de pequenas propriedades no próprio Rio Grande do Sul, era quase sempre vista como falta de vontade de trabalhar e falta de capacidade de produzir – esquecendo que a primeira diferença real e originária era a de que nunca, nunca mesmo, tinham tido a oportunidade de serem senhores de seu trabalho.

Por isso, as visitas nas casas e nas roças serviram para confirmar o que havia lido em pesquisas: a maioria dos brasileiros nunca teve acesso autônomo a um pedaço de terra para cultivar. E por isso, se já era difícil gerar renda sendo pequeno proprietário, mais trabalhoso e desgastante era sobreviver cultivando em terras alheias, entregando mais da metade da colheita. Isso só se aprende indo aonde o povo está.

O que me parece importante relatar é que, a partir dessas visitas, foram nascendo grupos de famílias em toda a extensão do município, aceitando o convite que a elas fazia. Grupos para rezar, falar dos problemas da vida, buscar saídas em conjunto, colocando em prática uma metodologia elaborada junto com a equipe de assessoria diocesana, de que fazia parte, e apresentarei um pouco mais adiante.

Aprendendo da cultura e do trabalho

Não me limitei a visitar a população. Pouco depois da chegada, recebi um convite que, para mim, significava a acolhida ao novo tipo de

presença e atuação de um presbítero: o de participar de uma pamonhada. Aceitei, claro, até porque era oportunidade para conhecer essa comida tão valorizada na região e que eu não conhecia. Posso dizer que sou filho do milho, ou melhor, da farinha de milho com que se faz a polenta, um prato básico da alimentação das famílias imigrantes italianas, mas não tínhamos o costume de fazer pamonhas.

A tal pamonhada aconteceu numa pequena propriedade próxima a uma das vilas do município, Guaraíta, e ela foi oportunidade para aprender e contribuir com as várias etapas de uma prática tradicional que não se limitava a produzir uma comida, e se configurava como expressão de uma dimensão da cultura camponesa: a da entreaajuda e trabalho em mutirão. De fato, procurei participar dos diferentes grupos que se formaram para dar conta de todo o processo da pamonhada: a colheita do milho verde na roça, a separação cuidadosa das palhas das espigas de milho, a ralação, o tempero da massa, o empacotamento, o cozimento e, por fim, o comer. Tudo é importante e criador de ambiente de festa, de cantoria.

Fiz a experiência de como era algo tradicional a distância entre o povo e os presbíteros. Muitas pessoas se perguntavam, com alegria e espanto: pode um padre estar em nosso meio nessa pamonhada, e ajudar em todos os tipos de trabalho? Tenho certeza de que foi um dos dias em que mais caíram por terra preconceitos, possibilitando a descoberta de que era possível estar a serviço e ser igual.

Um pouco mais adiante, já mais conhecido, de modo especial dos muitos grupos que se reuniam periodicamente e dos diversos espaços de formação, fui convidado a participar de um mutirão real em apoio a um amigo que estava enfrentando dificuldades de saúde. Mais uma vez, só se conhece bem a prática e o significado do mutirão participando dele. Indo aonde o povo está.

A chegada já é motivo de festa, de encontro de amigos, compadres e parentes. Definidas as tarefas a serem vencidas, é impressionante como rende o trabalho de capina, por exemplo, parecendo que se multiplica em eficiência por ser realizado em conjunto. Aprendi, nesse primeiro muti-

rão, que esta era uma prática tão comum e tão importante, que o pessoal trabalhava embalado por cânticos de mutirão – que foram se perdendo com a diminuição dessa cultura de solidariedade. Sim, o mutirão é mais do que socorro a quem está com dificuldade de manter em dia sua roça; é a vivência alegre da amizade, da solidariedade gratuita, do trabalho coletivo. Participando, tive certeza de que ele é a prática da resistência, da luta coletiva pela vida, pelo amor ao cultivo de alimentos e pela terra.

Fui salvo por um amigo, que se deu conta de que, se eu não parasse de capinar, não saísse do sol e não bebesse muita água, com certeza desmaiaria. De fato, já estava começando a sentir tonturas, mas não queria aceitar. E isso, que foi motivo de brincadeiras respeitosas, serviu em definitivo para me tornar testemunha de quanto este povo trabalhava e de como tinha resistência para manter-se vivo nesse sol escaldante.

Antes disso, no início do trabalho de capina, alguém se deu conta de que eu não conhecia o arroz e, por isso, estava arrancando arroz em vez do timbete, que é a praga mais comum e muito parecida com o apreciado cereal. Isso foi porta de entrada para um diálogo: ‘isso prova que não sei tudo, como tem gente que acha, e que vocês, que de fato conhecem essa cultura, podem e estão me ensinando. Todo mundo sabe e todo mundo pode aprender – e esse é o meu caso: quero aprender com vocês, sem deixar de passar pra vocês o que tive oportunidade de aprender e pode ser útil para a vida’.

‘Podemos organizar mutirões de busca de conhecimentos, todos repartindo o que sabem, todos aprendendo com todos. Não se precisa de patrão para isso, como no mutirão em que estamos participando hoje’.

Sempre em meio a brincadeiras sobre a fraqueza do padre, passei a contribuir em outras tarefas essenciais ao mutirão, como buscar e servir água.

Correr o risco de consultar

Nesse exercício de ir aonde o povo está, creio que vale recordar duas experiências chocantes até para mim.

A primeira teve origem numa celebração eucarística dominical. Igreja lotada, e por isso aí estava parte do povo local. Feitas as leituras bíblicas, mediadas por cânticos, chegou o momento em que me cabia provocar o diálogo comunitário. E por isso, lancei a seguinte questão: alguém aqui entre nós se veste diferente? Ela trazia para a realidade presente a Boa Nova de Jesus, em que ele destacava o exibicionismo de um doutor da lei ao dar uma pequena esmola no alto da escadaria do Templo, e a simplicidade da mulher que deu a única moeda que possuía.

A resposta inicial da comunidade foi um silêncio que falava, já que muitas pessoas sorriram. Como quase sempre, diante de minha insistência, uma mulher resolveu falar: bem, o padre se veste diferente. Provocadas novamente, a maioria das pessoas concordaram com ela. Perguntei, em seguida: e por que o padre – que seria melhor chamar de presbítero – se veste diferente: seria para se exibir, como o doutor da lei? Depois de mais um breve silêncio, outra mulher falou: nos ensinaram que é para que ele se pareça mais com Jesus. É isso mesmo, perguntei, todos/as concordam?

Para minha sorte, no alto, sobre o altar de tipo tradicional, havia uma pintura de Jesus celebrando a primeira eucaristia com os apóstolos. A comunidade, provocada, foi descrevendo o que se via: os apóstolos, com sua vestimenta da época, trocando ideias em grupos; Judas, dando a entender que estava traíndo a Jesus; e Jesus, que havia tirado a capa, estava com uma túnica simples, e com uma toalha amarrada na cintura, deixando claro, para o povo, que ele ia lavar ou já havia lavado os pés dos seus amigos.

Conclusão do diálogo, tendo a pintura como imagem geradora: ao presidir a primeira celebração da Eucaristia, ele, Jesus, estava vestido com mais simplicidade do que o grupos de amigos seguidores. Continuando o diálogo, se fez um silêncio revelador quando foi ficando claro que, se o padre deveria vestir-se parecido com Jesus, deveria apresentar-se com roupas mais simples do que as dos pescadores e trabalhadores populares dos dias de hoje, pois Ele usava a túnica porque todo mundo a usava, e

estava sem a capa, que protegia os apóstolos.

Creio ter visto olhares preocupados, sinalizando que temiam por minha atitude de libertar-me da túnica, que me fazia ser o único com roupa diferente... Por isso, anunciei: continuaremos a celebração sem mudar nada. Afinal, as decisões sobre como devem vestir-se os padres foram tomadas sem consultar o povo, e já fizemos mudanças a partir das orientações do Concílio Vaticano II sem consultar o povo – ou vocês foram consultados sobre isso?

Mas sugiro que troquem ideias sobre isso porque deveremos voltar ao assunto, e poderão ser consultados/as se estão de acordo ou não que o presbítero presida a Eucaristia sem vestir-se diferente do seu povo.

Informei à equipe de assessoria diocesana e ao bispo o que havia acontecido nesta celebração, perguntando: seria correto voltar ao assunto e consultar o povo sobre isso? Não dizemos sempre que as decisões devem ser tomadas em comunidade, em assembleia? E no caso de a maioria ser favorável, poderíamos fazer essa experiência em Itapuranga?

Depois de refletirmos juntos sobre isso, foi dado o passo com apoio diocesano: em reuniões amplas das diversas comunidades urbanas e rurais, depois de dar tempo para que se preparassem para tomar a decisão, foi aprovada por quase a totalidade dos presentes a seguinte orientação: que o presidente da celebração use a roupa que ele e todo o povo usa, mas se isso diminuir a participação e a vivência da Eucaristia, que se volte a usar a túnica tradicional.

Pode parecer algo simples, mas o fato é que isso produziu frutos importantes: aumentou a participação geral, e de modo especial na meditação da Palavra; as pessoas se sentiram mais próximas do presbítero como amigo, educador da fé, estimulador de comunidades cristãs a serviço da vida em todas as suas dimensões. Creio que, de forma mais resumida, as pessoas deram passos na direção de se sentirem Igreja, revitalizando o dom do batismo como adesão ao seguimento de Jesus de Nazaré.

Se vos perseguirem...

É bom termos Jesus como Mestre, de modo especial quando corremos o risco de interpretar erroneamente os acontecimentos. Com seus seguidores e seguidoras, ele não guardou segredos, não iludiu e deixou claro quem seria o seu apoio. “Se não aceitam a mim, se me perseguem e ameaçam de morte, não estranhem quando isso acontecer com vocês. Nessas horas, o Espírito Santo será o advogado, ajudando a saber o que fazer e o que falar”.

Pois é, vivi não apenas a perseguição da ditadura, que agia em defesa dos que desejavam se apropriar de tudo com ganância e desejo de poder. Tivemos que enfrentar perseguição de pessoas católicas, frequentadoras dos rituais religiosos. Segundo a sua visão, as práticas pastorais estavam abrindo os olhos do povo e favoreciam sua organização em defesa de seus direitos, e isso estava colocando em questão o seu poder político e econômico – campos em que a Igreja não devia se meter, segundo eles. Por isso, com a acusação de que estávamos transformando a religião em política, organizaram um grupo para expulsar os padres da cidade de Itapuranga. E o fizeram de forma violenta e, em sua visão, humilhante: esperando o dia em que só estivesse em casa meu colega frei Marciano, por temerem a reação se estivéssemos os dois, o expulsaram da cidade, exigindo que estrasse no fusca e saísse da cidade em meio às suas ameaças, deboches e provocações.

Chegando em Goiás, cidade em que me encontrava para atividades diocesanas, frei Marciano estava muito abalado e triste. De toda forma, narrou os fatos. Em seguida, o resultado da reunião foi que Dom Tomás me levaria com ele de avião para Itapuranga no dia seguinte, um domingo, com o objetivo de tentar um diálogo com os praticantes da violência. Não aceitaram, como esperado. Enquanto ele ouvia testemunhas do acontecido, amigos dos Grupos de Evangelho chegaram e me falaram: ‘você não sai daqui, a não ser em segurança, e se eles quiserem entrar, deverão passar sobre nossos cadáveres’.

Durante a Eucaristia, presidida por Dom Tomás, ele comunicou a decisão diocesana: por terem afrontado com violência quem realizava trabalho pastoral aprovado pela diocese, os que praticaram a violência se tornam responsáveis pela decisão de fechamento da igreja matriz e da casa paroquial pelo menos durante um ano; não faltará atendimento às comunidades, e isso será assumido pela Região Pastoral Uru, e mesmo os sacramentos do Batismo e do Matrimônio continuarão sendo celebrados, mas fora da matriz.

Vale destacar que, nessa situação, o processo de organização da chamada Região Uru foi de extrema valia. Nela, as paróquias de Itapuranga, Heitorai e Itaberaí decidiram partilhar responsabilidades, com planejamento em comum e compartilhamento de trabalho entre os membros das equipes paroquiais. Foi um dos passos importantes no processo de revisão das estruturas diocesanas, relativizando as paróquias, que, antes disso, eram a estrutura de base única.

Durante um ano, pelo menos, os dois presbíteros de Itapuranga, em conjunto com os demais colegas, deram presença constante no município, animando a continuidade do trabalho a partir das casas do povo. A consciência popular se tornou mais crítica, enquanto os que promoveram a violência se isolaram.

Podemos partir?

Pouco antes dessa expulsão, houve um diálogo entre os presbíteros e lideranças dos grupos de todo o município. A questão foi essa: já estamos aqui há quase três anos, e como desejamos que os trabalhos continuem com liderança autônoma de vocês, gostaríamos de saber se nos apoiam a partir para outra localidade para desencadear lá o processo de formação e mobilização que aqui está bastante avançado.

Isso provocou uma retomada do processo vivido, seguida de uma avaliação do estágio atual, verificando se já se sentiriam seguros para andar com as próprias pernas. Mesmo reconhecendo com alegria os passos

dados, e mesmo sabendo do nosso compromisso de continuar dando presença esporádica para reforçar seus trabalhos, a proposta que contou com adesão quase unânime foi essa: a gente acha que será bom contar-mos com vocês por mais um ano, para consolidar o processo; depois disso, nós apoiaremos a partida de vocês.

Esse diálogo aconteceu pouco depois de os dois presbíteros terem feito a experiência de plantar e colher arroz como meeiros, visando avançar na direção de contribuir na geração de recursos para sua sobrevivência e para todo o trabalho em andamento. Foi muito bom fazermos troca de dias de trabalho, em sucessivos mutirões. E quando a violência nos atingiu, ainda faltavam alguns meses para a colheita. Por isso, a roça foi assumida pelas lideranças do processo participativo e a colheita, de um arroz de ótima qualidade, foi totalmente destinado ao apoio dos trabalhos comunitários.

Já relatei que anunciei, na primeira celebração eucarística que presidi ao chegar de surpresa em Itapuranga, que me dedicaria intensamente para apoiar a preparação de pessoas que, dentro de um prazo de mais ou menos três anos, assumiriam a comunidade sem a necessidade da vinda de pessoas como eu e a equipe de jovens, chegados do extremo sul do país. É possível interpretar, então, a ação violenta de expulsão como algo relativamente positivo, pois ela criou um teste para as lideranças já capacitadas e a necessidade de continuarmos a dar apoio sem uma presença constante. E de fato, creio que houve muitos frutos positivos, para tristeza dos conservadores violentos.

Destaques de aprendizado

Como foi bom e decisivo ter tido a oportunidade de conhecer o povo na realidade concreta em que ele vive. Um povo diferente, em ambientes diferentes, com cultura e religiosidade diferentes. Depois de conviver e ir conhecendo o povo das periferias de uma cidade do sul já marcada por processo de industrialização, pude ir conhecendo o povo das

roças da região central do país. Para quem nasceu e foi profundamente marcado pela cultura e religiosidade de pequenos proprietários católicos de origem italiana, foi muito bom conhecer um povo sem terra há gerações, em sua maioria migrante mineiro em busca do sonho de ter uma terrinha para viver, explorado pelos proprietários pela imposição dos custos da meação; um povo profundamente religioso, marcado ainda pelo catolicismo popular que os ajudou a sobreviver e não perder a esperança, mas carregado, ao mesmo tempo, por celebrações que incorporavam e justificavam ritualmente a dominação e exploração reinantes e por um moralismo que levava a práticas de penitência para merecer de Deus o perdão pelos pecados que estariam na origem da sua pobreza.

Sim, o mais desafiador para a existência de uma pastoral popular libertadora foi encontrar caminhos de diálogo que possibilitassem consciência crítica e a redescoberta de que Deus está ao lado dos oprimidos contra a exploração. A pobreza e a falta de terra não eram castigos de Deus por causa dos seus pecados, e sim fruto de práticas humanas. E o Deus de Jesus, que é o mesmo do Êxodo, está ao lado e deseja que essas discriminações sejam superadas para ir avançando na direção da Terra para todos, em que corre leite e mel, em direção a sociedades humanas próximas ao Reino de Deus.

Foi assim, indo ao encontro do povo aonde ele está, que consegui contribuir na elaboração do primeiro material pedagógico para formação nos grupos de Evangelho. Ele foi baseado numa tradução adequada, contextualizada, da parábola de Jesus, transmitida na Bíblia como a “parábola do trigo e do joio”, que passou a ser a “parábola do arroz e do timbete”. Partimos da Bíblia porque a linguagem religiosa era de uso corrente do povo, por um lado. Por outro, podíamos confundir a repressão política, incapaz de perceber o potencial pedagógico libertador das parábolas.

Foi o contato com o cotidiano popular que nos abriu os olhos e a mente: ninguém conhecia o trigo na região, e por isso, também não conhecia o que seria o joio, a praga que o ameaçava. Mas todos e todas conheciam muito bem a cultura do arroz, e sabiam muito melhor do que

nós, da equipe de assessoria, quase todos vindos de outras regiões, qual a praga que mais o ameaçava. Lembrem, amigos e amigas, que eu mesmo, no primeiro mutirão de que participei, fui advertido de que estava arrancando pés de arroz pensando que eram timbete!

Sou testemunha do poder pedagógico dessa parábola narrada na linguagem popular da região: em alguns grupos, ela foi ponto de partida pra diálogos em mais de dez encontros. Bastou lançar a pergunta, depois de ir fundo nas informações sobre tudo que sabiam da cultura do arroz: e se esse arroz e esse timbete fossem imagens das relações entre as pessoas em nossa realidade social, o que teríamos a dizer? Quem seriam as sementes e pés de arroz? Quem seria como o timbete? Quem espalhou as sementes de timbete? O que fazem os timbetes para enfraquecer e diminuir a colheita das práticas dos que são arroz? O que podem ou devem fazer os que são o arroz para garantir boa colheita? Em que terra é melhor semear o arroz: na que está nas mãos de proprietários, ou na que Deus doou gratuitamente a todas as pessoas e seres vivos?

Essas e outras perguntas, formuladas a partir do andamento dos diálogos, serviram de provocações para ir aprofundando a compreensão crítica de como era a realidade das relações no interior das comunidades eclesiais, onde também há timbete, como houve na comunidade inicial de Jesus na figura do Judas, e sobretudo como eram as relações entre as pessoas na sociedade em que se vivia.

A surpresa da prática de diálogo em grupos de formação, justamente porque se falava da vida à luz da Palavra de Deus, serviu para comprovar que era possível todos aprenderem de todos, sem que viesse alguém para ensinar; serviu também para que se descobrisse que era bom e correto fazer o que se estava fazendo com a parábola do arroz e timbete na leitura, meditação e aprofundamento de outras parábolas e outros textos bíblicos; que todas as pessoas participantes deviam colocar em comum o que sabiam, abrindo para a possibilidade de contribuições de quem teve mais tempo e oportunidade de estudar, sem criar dependências; e aos poucos, os participantes foram se sentindo seguros de serem animadores

de grupos de reflexão, coordenando encontros em que o que se aprendia era de todos, coletivo...

Lembro como foi iluminadora a descoberta de que a Palavra de Deus, presente em textos bíblicos e em situações concretas por meio das quais Ele se revelava, precisava ser acolhida como uma lâmpada que ajuda a ver melhor a realidade da vida da gente, da comunidade, de todo o povo, e não como uma luz que vem diretamente aos olhos, quase provocando cegueira. Aprende-se isso de Jesus, já que seguidamente ele, ao comunicar-se com seu povo, começava assim: o Reino de Deus é como uma semente... e muitas outras referências a experiências vividas, provocando as pessoas a refletirem e a tomarem suas decisões.

Cada encontro precisava ser também uma boa experiência de vida da fé. Por isso o uso de cânticos, a invocação das luzes do Espírito Santo, e em particular a celebração da alegria das novas descobertas, sistematizadas como aprendizados e compromissos de práticas diferentes, era vivenciada como agradecimento e como inspirações divinas para sermos pessoas melhores e podermos contribuir para enfrentar o que precisava ser mudado para que vivêssemos em comunidades e em sociedades mais próximas da grande paixão de Jesus: o Reinado de Deus no mundo humano.



6

CORAGEM PARA ABRIR CAMINHOS

Você conhece a Comissão Pastoral da Terra? Estranho se não ouviu falar dela, bem ou mal, já que está perto de completar cinquenta anos, e como o CIMI, tem uma história de amor e ódio, como a própria história da terra e dos povos indígenas em nosso país. Como estive presente e atuando antes, durante e depois de sua criação, seja bem-vindo/a e espero que aprecie o que tive o privilégio de aprender nessa prática histórica. Não falarei da CPT de imediato, e sim de práticas que tornaram possível o seu nascimento.

Já partilhamos a história do processo de constituição do grupo-não-grupo de bispos, e já falamos de um dos documentos publicados por ele, o *I-Juca-Pirama, o Índio, aquele que deve morrer*. Daremos atenção, agora, aos outros dois documentos, *Eu ouvi os clamores de meu povo*, assinado por bispos e superiores religiosos do Nordeste, e *Marginalização de um povo, o grito das Igrejas*, mensagem de bispos do Centro-Oeste brasileiro.

Lembrem que estamos em 1973, tempo em que nas duas regiões a maioria da população vivia e trabalhava no campo. Foi depois disso que o país viveu um processo violento de migração para centros urbanos. Só para nos lembrarmos, o que aconteceu entre nós em quarenta anos, demorou quatrocentos anos na Europa. Lá a população rural foi sendo atra-

ída para as cidades que nasceram ou foram reorganizadas em torno do aumento de indústrias, bancos e serviços de todo tipo. Aqui não. Nosso processo de transferência da população do campo para as cidades se deu na base da violência com que foi disputada a propriedade da terra e foi implantada a modernização da produção. O resultado disso é o que conhecemos bem: o aumento e consolidação de favelas e de um verdadeiro cinturão de ocupações e bairros de marginalizados.

Mas isso foi o que acompanhamos depois de 1973. É por isso que a mensagem dos dois documentos eclesiais se refere mais ao que estava acontecendo no campo, no mundo em que vivia ou sobrevivia a maioria camponesa de nossa população. Dom Pedro Casaldáliga, um dos que assinam o documento coletivo em relação ao Centro-Oeste, já havia publicado sua primeira Carta Pastoral por ocasião de sua sagração episcopal, e dera início à denúncia do que acontecia em sua prelazia e valia para toda a Amazônia: o povo da região, constituído em sua maioria por comunidades indígenas e de posseiros, estava sendo ameaçado e expulso de suas terras pelo avanço do latifúndio.

De fato, a ditadura havia feito sua imposição do que deveria acontecer na Amazônia, e para isso havia criado ferramentas eficazes: a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, um banco de financiamento, o Banco da Amazônia S.A. – BASA, e um Instituto Nacional de Reforma Agrária – INCRA, totalmente voltado a concretizar a “reforma agrária ao contrário”, liberando, nos escritórios de Brasília, imensas áreas de terra a empresas brasileiras e estrangeiras com filiais no país, entregando títulos que serviram para expulsar os posseiros e indígenas existentes nas novas “propriedades”. Tudo para levar os agentes portadores do “desenvolvimento moderno” à região, integrando-a ao “desenvolvimento nacional”, evitando as ameaças de internacionalização, temida, pelo menos ideologicamente, pelos militares e os civis responsáveis pela ditadura.

Agora, em “Eu ouvi os clamores do meu povo”, bispos e superiores religiosos anunciam que, como o fez Deus em relação à escravização do seu povo pelo Faraó do Egito, ouvem os clamores da maioria do povo

nordestino e estão decididos a ir ao seu encontro para enfrentar com eles e elas a dura realidade em que se encontram. Insuportável e injusta era a situação dos diferentes tipos de parceiros ou arrendatários, entregando a maior parte da produção aos proprietários. Inaceitável igualmente a dura repressão a todas as iniciativas camponesas que exigiam justiça, dignidade, direitos – e isso valia também em relação às reivindicações da população urbana.

Exemplo disso foi o que aconteceu com os criadores das Ligas Camponesas, nos anos 1960, que tiveram seu início com a reivindicação do direito a um caixão para enterrar os entes queridos falecidos, e que, uma vez associados, deram-se conta do grau de exploração a que eram submetidos e passaram a exigir seus direitos e a reforma agrária. A partir do golpe de estado de 1964, foram presos e perseguidos como subversivos, ameaça à ordem e à lei que favorecia os senhores de terras. O mais conhecido deles foi o paraibano João Pedro Teixeira, morto a tiros por pistoleiros em 2 de abril de 1962, e teve sua história consagrada no documentário *Cabra Marcado para Morrer*, dirigido por Eduardo Coutinho.

No documento sobre o Centro-Oeste, em que tive o privilégio de cooperar na elaboração, a base de informação foi uma pesquisa socioeconômica e religiosa que a diocese de Goiás, de Dom Tomás Balduino, acabara de publicar. Ela revelava as condições de vida da maioria da população, quase toda composta por meeiros, isto é, camponeses sem terra que produziam alimentos em pequenas áreas de cultivo encravadas em propriedades médias ou grandes. Da produção colhida, quando muito usufruíam da metade. Em torno de um terço da população já vivia nas cidades, melhor caracterizadas como rururbanas. Mesmo as maiores, como Goiânia, Cuiabá e Anápolis, ainda eram fortemente marcadas por bairros constituídos por migrantes de regiões rurais. Em relação a atividades geradoras de renda nas cidades, o setor mais forte era o do funcionalismo, seguido pelo comércio e demais serviços. Quase não havia indústrias.

É importante lembrar que somente em 1963 foi reconhecido o direito de os camponeses se organizarem em sindicatos. Antes disso, toda

e qualquer organização camponesa que reivindicasse direitos era considerada insubordinação ou revolta, e era tratada como caso de polícia. Pois é, pode-se dizer que a ditadura retomou a orientação repressiva de antes de 1963. No período em que foram publicados os documentos dos bispos que estamos recordando, por exemplo, junto com a repressão às lideranças sindicais que atuassem em defesa dos direitos dos camponeses, mesmo os que foram genericamente reconhecidos no Estatuto da Terra, elaborado e aprovado pelo Congresso Nacional permitido pela ditadura, o ditador Médici criou o Fundo Rural, possibilitando a aposentadoria dos trabalhadores do campo. Foi apresentado como uma generosa doação do governo através de intensa propaganda nos meios de comunicação social, e passou a usar os sindicatos para a tarefa de encaminhar as aposentadorias. Essa estratégia não apenas atrelou a quase totalidade da estrutura sindical aos ministérios do governo ditatorial, mas serviu igualmente para intervir em muitos sindicatos e para promover – e praticamente impor – dirigentes colaboracionistas, muitas vezes pessoas estranhas à categoria.

A repressão, com detenções arbitrárias, desaparecimento de pessoas, torturas e geração de pavor através de ampla rede de informantes, atingiu todo tipo de iniciativa que tivesse como objetivo a educação popular e a formação política; mais ainda, toda iniciativa que visasse à eleição de dirigentes sindicais camponeses comprometidos com a defesa dos direitos de sua classe.

É nessa conjuntura que se torna importante a ação pastoral de dioceses que, como parte de sua missão de evangelização, assumem a formação de lideranças populares para a pastoral e para implementar espaços organizativos de reivindicação de direitos. E é isso que ajuda a entender o que levou a ditadura a reprimir as pessoas envolvidas nessas práticas e às próprias igrejas em que atuavam. Lembro que um ministro da Justiça chegou ao ponto de afirmar que, se a CNBB não fosse capaz de controlar os padres e leigos envolvidos nessas práticas subversivas, o governo o faria. Como a CNBB, mesmo frágil em sua heterogênea composição, se negou a ser repressiva, a ditadura aumentou a repressão.

Contem com nosso apoio

A força dos dois documentos regionais de bispos e superiores religiosos não estava apenas na denúncia corajosa dos desmandos e violências da ditadura, por mais que isso foi um claro ato de coragem, quase um desafio público dos dois grupos que os publicaram – testando e confirmando a hipótese que serviu de ponto de partida de uma iniciativa nascida na diocese de Goiás: os bispos faziam parte dos grupos sociais pouco ou nada reprimidos pela ditadura, receosa das reações internacionais que isso geraria; isso valia bem menos para padres, menos ainda para religiosos/as, e quase nada para lideranças do seu laicato, talvez por falta de um posicionamento firme de cada bispo e da CNBB.

Nesse contexto conjuntural, foi mais do que acertada a decisão conjunta dos bispos que aceitaram o convite e se reuniram em São Paulo de se manter como *grupo-não-grupo*, significando que atuariam em diálogo e solidariedade entre eles, sem deixar de atuar de forma pessoal e grupal no interior da CNBB, que reconheciam como único organismo institucional nacional dos bispos da Igreja Católica. Serviu com certeza como um aviso à ditadura: se mexerem em um de nós, haverá reação solidária de todos. Por outro lado, serviu também como um forte apoio às pessoas e igrejas locais envolvidas em atividades de educação e pastoral popular: se mexerem em vocês, todos estaremos ao seu lado. E isso não se limitou aos agentes de pastoral, e sim, numa perspectiva humanista e ecumênica, a solidariedade comprometida contemplou as pessoas empenhadas em iniciativas de educação popular e de apoio à organização das pessoas em vista da conquista e defesa de seus direitos.

De forma sintética e expressiva, a mensagem foi essa: *estamos com vocês!* Estamos de acordo com o que vocês fazem, e apoiamos o esforço de vocês e o enfrentamento das ameaças de quem deseja que o povo não tenha consciência e não seja estimulado a lutar por seus direitos. Os riscos continuam, mas se forem vítimas de injustiças, atuaremos como grupo de bispos em sua defesa.

Construamos uma sociedade de e para todas as pessoas

Os dois documentos, assim como o Y-Juca-Pirama, assentaram suas denúncias e seus compromissos e propostas em análises críticas do sistema dominante, a serviço do qual atuava também a ditadura. O golpe de 1964 foi construído por um processo político, cultural e midiático que contou com apoio internacional, especialmente dos Estados Unidos. Isso está mais do que documentado no livro *1964 – A conquista do Estado*, de René Armand Dreifuss⁵.

A pregação ideológica apresentada como justificativa para o golpe não tinha relação com a realidade. Ela ocultava os seus reais objetivos: o de impedir que o Brasil trilhasse caminho autônomo, e talvez, autossuficiente, de desenvolvimento, e de que pudessem participar dele todos os setores da sociedade. De forma afirmativa: retomar a integração dependente do Brasil ao desenvolvimento capitalista ocidental, hegemônico pelos Estados Unidos da América do Norte; e defender essa opção como sendo a de sociedades da liberdade, ameaçadas por quem defendia sociedades comunistas. No caso da ditadura, cabia-lhe a missão de impedir as ações dos inimigos internos, isto é, de todas as pessoas e grupos que não concordassem com a opção ditatorial, respaldada pela burguesia tradicionalmente favorável a ela, e que propusessem e trabalhassem em favor de, pelo menos, um desenvolvimento nacional. Para isso, elaboraram e impuseram a Lei de Segurança Nacional. Para sua aplicação, a ditadura, que manteve eleições apenas para cargos legislativos em todos os estados e em muitos municípios, cassava o número de deputados e senadores que fosse necessário para que suas propostas de lei fossem sempre aprovadas, e seus candidatos a governos estaduais e federal fossem confirmados. Para completar, além de estruturar um serviço repressivo centralizado, cada setor das Forças Armadas tinha serviços de informação e repressão próprios.

Por isso, não foi apenas a coragem de denunciar as práticas de repressão, nem mesmo a de revelar a quem efetivamente servia tudo o que

5 - Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1981.

a ditadura fazia, em nome do desenvolvimento econômico e da segurança nacional, que deu a esses documentos uma importância histórica. Nos três documentos, elaborados por grupos distintos, mas em diálogo, por mais difícil que fosse na época, os bispos defenderam o direito do povo de exigir mudanças estruturais, e mudanças que tornassem possível avançar na direção de sociedades socializadas. A crítica ao capitalismo e à dominação internacional promovida por ele não se limitou à elaboração de propostas reformistas. Pelo contrário, para que todas as pessoas pudessem ter acesso aos direitos a uma vida digna e participar das opções de construção de uma sociedade de e para todos, a perspectiva de processos de socialização é uma necessidade.

Agora, a vez é de vocês

Antes mesmo da publicação do Y-Juca-Pirama, que foi impresso em dezembro de 1973, o Grupo-não-grupo de bispos se reencontrou para avaliar o trabalho realizado e para definir sua continuidade. Participei dessa reunião, e por um motivo especial.

Como se sabe, quase todas as lideranças políticas de organizações de esquerda viviam exiladas, a maioria na Europa. Costumavam reunir-se periodicamente para colocar em comum as informações que tinham do Brasil, sempre na expectativa de retornar. Suas fontes eram instâncias de governos, entidades civis e amigos brasileiros. Importante, nessa narrativa, é que ficaram sabendo dos planos de governo do general Ernesto Geisel, que substituiria Médici, elaborados pelo ideólogo da ditadura, o general Golbery do Couto e Silva, e como implicavam bispos ligados às questões sociais, buscaram com quem poderiam dialogar para socializar suas informações.

O convite chegou à equipe de assessoria de Dom Tomás. Como a pessoa referida por eles não tinha possibilidade de viajar nos dias propostos, coube-me assumir essa arriscada missão. Para todos os efeitos, eu participaria como convidado internacional para a avaliação de uma revis-

ta francesa sobre as missões religiosas, ficando oculto o encontro com os exilados, liderados pela ex-governador do Pernambuco, Miguel Arraes, deposto de seu cargo já no dia 1º de abril de 1964, e pelo deputado federal pelo Rio de Janeiro, Márcio Moreira Alves, cassado em 1968. Justo por causa de Arraes, impedido naqueles dias pelo governo francês de entrar no país vindo da Argélia, onde viveu 14 anos como exilado, a reunião foi transferida para Roma, na Itália. Enfrentadas as dificuldades de mudança de rumo, passagens, álibi, desembarquei em Roma e fui recebido num albergue de religiosas francesas.

Durante três dias, que coincidiram com grandes manifestações contra o violento golpe de Augusto Pinochet no Chile, e com a decepção de ouvir o Papa Paulo VI afirmar na Praça de São Pedro que não podia condenar o golpe por falta de informações seguras – que, logo se soube, eram do Núncio Apostólico em Santiago, amigo de Pinochet! –, tivemos longos diálogos sobre a conjuntura brasileira e internacional. Entre os pontos, o principal: Golberi estava convencendo Geisel de que era preciso desencadear um processo lento, gradual e seguro de abertura, de que faria parte até aceitar a organização de um número maior de partidos políticos, incluindo um mais à esquerda, para que as demandas sociais chegassem às instâncias de poder por caminhos institucionais, evitando que elas dessem mais poder de mobilização a sindicatos, movimentos sociais e eclesiais. Uma das estratégias seria conseguir a adesão e apoio de bispos importantes, como Dom Paulo Arns e Dom Hélder Câmara, entre outros.

Qual a preocupação dos exilados? Que esses bispos fossem de fato envolvidos e desmobilizassem os demais que tinham uma atuação sociopolítica decisiva em defesa dos direitos sociais e políticos da população. E que isso, dando certo, desse respiro e mais tempo à ditadura.

Ao retornar, passando por Paris, e lá permanecer alguns dias para validar o álibi inicial, e ter perdido a oportunidade de encontrar-me com Frei Tito Alencar, por estar vivendo mais uma crise no convento dominicano de Lyon, coube-me repassar ao Grupo-não-grupo de bispos as informações recebidas, as reflexões críticas e sugestões do grupo de exila-

dos. Houve resistências, em nome de que havia tendência a exageros por parte de exilados, sequiosos de retornar ao país, mas a maioria decidiu levar a sério as informações e advertências. Os fatos demonstraram que, na realidade, alguns bispos foram contatados, e pelo menos um deles, Dom Paulo Evaristo Arns, aceitou a proposta em troca de informações sobre os desaparecidos por causa da repressão. Ele próprio declarou isso publicamente, reconhecendo que nunca se deve apoiar qualquer proposta de poderosos antes que demonstrem que cumprem os compromissos – como foi o caso do nome dos desaparecidos, nunca enviados a ele por Golbery.

Na avaliação dos efeitos dos dois documentos já publicados, e ante- vendo os que o documento sobre os povos indígenas provocaria, todos os participantes destacaram serem positivos. Até os ataques a eles serviram para sua divulgação, em edições que se multiplicaram. E por isso, um dos participantes, respaldado pelos demais, propôs que o passo seguinte não fosse a publicação de mais documentos, e sim a concretização da proposta de que os agentes pastorais e os educadores populares organizassem, com apoio comprometido do grupo de bispos, um encontro nacional de articulação das iniciativas combatidas e perseguidas pela ditadura. Em resumo, “agora, é com vocês”.

E esse encontro foi realizado. E em Salvador, Bahia, porque lá havia o CEAS, dos Jesuítas, animado pelo saudoso Pe. Cláudio Perani, que garantia segurança e reforçava a assessoria. Foi em fevereiro de 1974, e eu recordo dele por um motivo pessoal doloroso.

Estava passando um tempo de férias em Caxias do Sul, com minha família. Zeferino, um dos irmãos mais novos, estava em Santa Maria fazendo vestibular para o curso de Odontologia na universidade federal. Foi surpreendido por uma apendicite aguda. Operado na própria universidade, vimos imagens de que participara do vestibular logo em seguida. Como, segundo os médicos, estava tudo bem, ele foi liberado a viajar para Caxias do Sul no carro do pai, que foi ao seu encontro. Chegando em casa, contudo, a febre alta sinalizou possível complicação. Diagnosticado com peritonite, foi submetido à nova cirurgia. Mesmo com sinais

de que não estava se recuperando tão bem, confiado na palavra dos médicos, decidi viajar de ônibus para Salvador, pois o 1º Encontro Nacional de Articulação teria início no dia 11 de fevereiro. Lá chegando, participei da primeira manhã com alegria, tendo presente que havia contribuído com o processo que lhe dera origem. Mas, no início da tarde, Valdir, outro irmão, me avisou que se eu desejasse encontrar Zeferino ainda em condições de dialogar comigo, deveria retornar imediatamente. Tomei o primeiro avião para Porto Alegre, confiando que o encontro produziria os frutos desejados. Zeferino faleceu no dia 12. E isso fez que, para mim, todas as iniciativas de articulação com o objetivo de superar o isolamento e somar forças para enfrentar tudo que fosse necessário passaram a contar com as bênçãos do alegre e comunicativo Encantado Zeferino.

Pois bem, mesmo sem estar fisicamente presente, os mais de oitenta participantes me confiaram a tarefa de ser membro de uma equipe que deveria mapear, nas diferentes regiões do país, mais grupos atuando em educação e pastoral popular, convidando-os a se somarem à iniciativa. Coube-me o Centro-Oeste, por estar vivendo em Itapuranga, na diocese de Goiás.

Contamos, todo tempo, com o apoio e participação do Pe. Virgílio Uchoa, um administrador da CNBB com visão crítica da realidade e com o coração comprometido com a opção pelos pobres. Sem ele, muito provavelmente a equipe não teria sobrevivido nas andanças por todo o país. As reuniões nacionais serviram, como veremos, para ir mudando a expectativa inicial, que era a da organização de um segundo encontro nacional de articulação.

Caminho se faz caminhando

Do processo e eventos que acabo de recordar, experimentei e confirmei que, de fato, não há caminhos, como o poeta nos revelou, e que eles só existem e existirão quando um conjunto de pessoas decidir correr o risco de abrir picadas, criar. E com atenção, já que essas obras coletivas

não são produto de visões voluntaristas. Não se pode esquecer que, na origem das decisões e passos dados pelo grupo de bispos, e antes deles, da escolha feita pela equipe de assessoria de Dom Tomás, estão os desafios geradores, presentes como práticas de dominação de agentes de uma ditadura cruel e, ao mesmo tempo, como pedidos de socorro solidário das pessoas submetidas à repressão violenta, e mais ainda, como direitos violentados em tantas pessoas, especialmente as marginalizadas. O fato de que a ditadura tudo fazia para fechar caminhos serviu, em minha visão, como um imenso desafio que era necessário enfrentar. E para isso, a consciência de que somente a articulação e multiplicação de forças poderia enfrentá-lo.

Lembro como se fosse agora quão difícil foi o parto da decisão de correr o risco de ir ao encontro de bispos, convidando-os a acolher o desafio que Deus, presente nas contradições e sofrimentos das pessoas, apresentava e eles. A resposta positiva dependia de muitas variáveis, incluindo a decisão de agir coletivamente com autonomia sem separar-se da CNBB, e de modo especial a incerteza em relação aos frutos que essa ação coletiva de enfrentamento da ditadura poderia produzir.

Aprendi, ou melhor, aprendemos que agir com lucidez, mesmo sem ter segurança de que os objetivos seriam alcançados, é a melhor forma de manter a esperança, de esperar, como se repete atualmente, de modo especial em conjunturas em que nem bem se percebia a existência de túneis. Quanto mais frágeis como indivíduos, maior a necessidade de buscar e abrir caminhos através da soma de forças de quem se dá conta de sua necessidade.

Destacarei, na próxima narrativa, assim como fiz em relação aos povos indígenas com a reorganização do CIMI e a promoção de encontros de chefes indígenas, que caminhos se abriram para os camponeses e outros segmentos de marginalizados do campo e das cidades.



7

QUEREMOS TERRA NA TERRA

Um dos frutos inesperados das andanças da equipe que aceitou a missão de ir ao encontro para contatar e mapear iniciativas de educação e pastoral popular que não haviam sido convidadas para o Encontro de Articulação realizado em Salvador, foi a experiência e a consciência de que o Brasil era muito extenso, diversificado, no campo e nas cidades. A realidade apresentou a dúvida: é possível e correto trabalhar em favor da articulação nacional de iniciativas populares realizadas no campo e nas cidades? Não seria mais acertado e viável construir articulações só de práticas realizadas no interior, ligadas à terra e ao seu cultivo, e outras articulações de práticas no mundo urbano?

A existência do CIMI e suas iniciativas de regionalização, já em andamento em 1974, serviram de ponto de referência prática para esse debate. Se quem trabalhava em favor da articulação dos/as missionários/as que atuavam junto a comunidades indígenas nas diferentes regiões já sentia dificuldades, valia imaginar como seria juntar num só espaço práticas realizadas na extensa área destinada a atividades agrícolas, nas periferias e nos locais de trabalho das cidades. Aos poucos, em diferentes oportunidades, como um encontro promovido no Centro de Orientação Missionária, em Caxias do Sul, em que estavam, entre outros/as, Dom

Tomás Balduino e Dom Pedro Casaldáliga, a proposta do segundo encontro geral de articulação foi sendo abandonada, mas em favor de avançar na articulação que tínhamos mais possibilidade de favorecer: em torno da questão da terra.

Em vista disso, e sempre visando cobertura para evitar a repressão ditatorial, Dom Pedro Casaldáliga apresentou à Assembleia Geral da CNBB a proposta de um Encontro de Pastoral da Amazônia, com o objetivo de avaliar a relação da pastoral com as mudanças patrocinadas pela ditadura na região, encarando de modo especial os conflitos em que estavam sendo envolvidos os povos indígenas e as comunidades de posseiros, o aumento da exploração de trabalhadores, chegando a situações de trabalho escravo.

Entre as pessoas responsáveis pelo mapeamento referido acima, a aprovação da proposta pela CNBB, e por isso, a sua implementação como atividade da instituição em atenção à Amazônia, significava a possibilidade de que nascesse algum tipo de articulação permanente, com o objetivo de aprofundar de forma atualizada a compreensão crítica da realidade amazônica e de buscar em conjunto as melhores maneiras de presença e de atuação das igrejas locais nessa realidade em transformação.

Nascimento da CPT

A publicação dos três documentos proféticos do Grupo-não-grupo de bispos aconteceu em 1973, o encontro nacional de articulação, em 1974, e o Encontro de Pastoral da Amazônia, assim como a Assembleia Nacional do CIMI, que consagrou sua regionalização e outra forma de articulação dos missionários, foram realizados em 1975, nos meses de junho e julho, ambos no Centro de Formação e Treinamento de Líderes da Arquidiocese de Goiânia. Lembrando que o processo teve início no enfrentamento da prisão de Dom Pedro e sua equipe em São Félix do Araguaia e da necessidade sentida de superar o isolamento, creio que a melhor sensação foi a de um tempo denso de criatividade, gerador de esperança...

Mas é preciso continuar com os pés no chão duro da realidade. Aceitei o convite para contribuir com o grupo criado para preparar o Encontro de Pastoral da Amazônia, e foi nele que experimentamos com antecedência como ele seria carregado de ameaças e tensões.

A partir de sugestões, o grupo foi formado por algumas das pessoas que continuávamos o trabalho de mapeamento planejado pelo Encontro Nacional de Articulação, já referido, junto com Dom Moacyr Grechi, Pe. Virgílio e dois representantes da Comissão Justiça e Paz da CNBB, Dom Fernando Gomes, arcebispo de Goiânia, e Pe. Cláudio Perani, do CEAS de Salvador, convidado como assessor a partir de uma pesquisa sobre o sistema de aviamento na Amazônia realizada e publicada pelo CEAS.

A metodologia pensada tinha dois pontos de partida: uma breve análise da conjuntura, feita por uma assessoria, e um levantamento da realidade, feito com a participação dos presentes. O que se desejava era que todo o trabalho, e de modo especial a elaboração de propostas de ação e os compromissos coletivos fossem fruto de construção coletiva.

Contudo, essa não era a metodologia pensada pelos representantes da Justiça e Paz. Para eles, o primeiro passo era rever e redefinir os critérios usados para os convites, propondo claramente que deveriam ser convidados membros do governo federal, já que, segundo seus contatos e diálogos, havia interesse e possibilidade de que o próprio governo assumisse o enfrentamento dos conflitos que preocupavam os que propuseram o Encontro, de modo especial Dom Pedro. E concretamente, propuseram o convite ao então ministro do Interior, Rangel Reis, e abrir espaço para sua apresentação da proposta de abertura lenta, segura e gradual. Em outras palavras, o Encontro passaria a ser espaço de diálogo com o seguinte governo ditatorial.

Antes de relatar o que essa proposta provocou, creio ser importante recordar o objetivo do diálogo em que participei com políticos exilados sobre informações que haviam recebido. Eles sentiram a necessidade de alertar sobre a estratégia de Golbery de Couto e Silva de propor a bispos que deixassem de apoiar as iniciativas que defendiam os direitos de pes-

soas e grupos, e que em sua visão geravam conflitos, em favor de uma política de distensão política lenta, gradual e segura que o General Ernesto Geisel iria implementar. Como foram úteis aquelas informações e reflexões para esse momento!

Voltando à reunião, a proposta dos coordenadores da Comissão Justiça e Paz criou um ambiente de enfrentamento muito tenso. Depois de algumas tentativas de argumentação em defesa da proposta participativa, com valorização de quem vinha das bases das dioceses e prelazias e conhecia bem a realidade e as práticas dos funcionários do governo, houve a sinalização de que a Justiça e Paz havia sido responsabilizada pela CNBB pelo Encontro, e de que, por isso, a sua proposta deveria ser aceita. Minha argumentação de que não podíamos embarcar na proposta capciosa de Golbery, tendo como base as argumentações dos exilados, não produziu resultado.

Lembro como se fosse agora quem salvou o Encontro: Dom Fernando Gomes, arcebispo de Goiânia. Lembrando o que havia acontecido em relação à expulsão do Pe. Francisco Jentel do país, deixou claro que a Justiça e Paz só poderia exigir qualquer coisa em encontros pastorais depois do dia que fosse capaz de emitir um documento e fazer alguma ação sem calcular se agradaria ou não aos governantes de plantão na já longa ditadura. Enquanto isso não acontecesse, sua proposta de transformar um Encontro promovido pela CNBB em diálogo com esse governo era inaceitável.

Vale lembrar que Pe. Jentel, preso sob a acusação de ter sido o autor intelectual da reação armada dos camponeses da então vila Santa Tereziinha do Araguaia, da prelazia de Dom Pedro Casaldáliga, visando impedir que o trator da empresa que a havia incluído no seu novo território praticamente doado pelo INCRA derrubasse as paredes já levantadas do prédio que devia ser o Posto de Saúde. A acusação era falsa e preconceituosa em relação aos camponeses. Para a ditadura, eles seriam pessoas cordatas e pacíficas, e se estavam armados e ameaçaram o tratorista, tal prática violenta só podia ter sido planejada por algum estranho, o padre, no caso,

ainda mais sendo francês. Depois de quase dois anos na cadeia, fez um pedido para visitar a mãe doente, e agentes da Justiça e Paz negociaram o atendimento ao seu pedido, aceitando a condição de que ele não retornaria ao Brasil – condição não apresentada ao padre, que viajou na ilusão de que poderia voltar logo que fosse possível.

O ministro não foi convidado, e apenas foi aberto espaço para funcionários de segundo escalão para um horário à noite. Depois de sua fala, foram questionados por missionários que conheciam em detalhes práticas de violência contra povos indígenas, e o ambiente se tornou nada amigável, frustrando a proposta de diálogo. Com ditadura só se dialoga quando não for mais ditadura, já que se sabe que ditadura é o contrário do diálogo.

Mesmo depois do encurralamento feito por Dom Fernando, o coordenador da Justiça e Paz ainda tentou mudar a metodologia e a dinâmica planejada logo no início da primeira plenária, e foi preciso enfrentá-lo e, de certa maneira, controlá-lo para que o Encontro continuasse construção coletiva.

Esse foi o parto da Comissão Pastoral da Terra, tenso e doloroso, como todo o parto. Por pouco, no final da gravidez, ela não foi impedida de nascer. Durante o Encontro, os Serviços de Segurança Nacional tramaram mais uma vez: contando com a colaboração de um ou mais participantes, gravaram pelo menos parte dos trabalhos realizados. Uma vez localizado o veículo em que foram realizadas as gravações nas proximidades do Centro de Formação, a denúncia foi assumida pelo arcebispo Dom Fernando, em sua meditação da Palavra de Deus numa celebração eucarística na catedral, com presença de todos os participantes do Encontro: *fazem isso porque desejam que tenhamos medo, mas estamos aqui para deixar claro que não nos deixamos dominar pelo medo, que continuaremos denunciando todas as injustiças e violências contra a vida de nosso povo, e o fazemos em obediência a Deus, e certos de que contamos com sua graça.*

Podem não ter sido exatamente essas as palavras proferidas, mas esse foi o conteúdo. E foi com a força da presença e da inspiração divina que damos continuidade e finalizamos o Encontro de Pastoral da Amazô-

nia. Apenas mais um destaque: além das gravações de parte do Encontro pelas Forças de Segurança, alguns participantes, e novamente de equipes de Justiça e Paz, não levaram a sério a orientação de que ninguém anotasse o conteúdo dos diálogos e debates, e de modo especial que ninguém anotasse ou referisse nomes de participantes, e por isso, terminaram passando mais informações à Segurança Nacional quando foram detidos/as no aeroporto e tiveram suas anotações sequestradas.

Serviço pastoral com autonomia

Entre as orientações elaboradas no Encontro, destaco as que se referem à proposta da Pastoral da Terra, por ser a decisão mais significativa e a que me envolverá por muitos anos.

A decisão foi pedir à CNBB apoio à proposta de criação de um serviço evangélico para a causa dos camponeses, denominado inicialmente Comissão da Terra, como um organismo pastoral, mas com autonomia organizativa e administrativa. Em outras palavras, ser da CNBB, por ser pastoral, mas sendo autônoma na forma de se organizar e de contar com recursos para viabilizar seus trabalhos.

Mais uma tensão, agora com a Igreja institucional. Afinal, para uma instituição episcopal que, mesmo tendo havido o Concílio Vaticano II e a Conferência de Medellín, ainda dera poucos passos para superar a estrutura hierárquica centralizadora, não foi nada fácil acolher a proposta recebida do Encontro de Pastoral da Amazônia. A reflexão crítica realizada possibilitou aos participantes daquele encontro darem-se conta de como seria desafiador enfrentar a ‘questão da terra’ na região, e por isso apoiaram uma ‘comissão da terra’ que pudesse mobilizar todas as forças possíveis em defesa dos direitos das pessoas, comunidades e povos agredidos pela política ditatorial e por práticas de violência direta dos ‘novos senhores’ da região para se tornarem proprietários das áreas de milhares e até milhões de hectares ‘comprados’, ou melhor, recebidos quase de graça do INCRA em seus escritórios de Brasília. E os preços irrisórios

foram pagos com recursos que as empresas tiveram o privilégio de descontar de seus impostos para depositar em fundos destinados a ‘levar o desenvolvimento à Amazônia’.

Entre as iniciativas a serem articuladas estavam os sindicatos de trabalhadores rurais, e todos sabíamos que sofreriam intervenções caso se relacionassem institucionalmente com a CNBB; além deles, comunidades de outras Igrejas Cristãs, muitas delas pouco afeitas à cooperação ecumênica institucional, e outras organizações da sociedade civil. Para isso, era necessário que a ‘comissão’ contasse com o reconhecimento e apoio pastoral, até para não ser vítima da ditadura, mas sem ser institucionalmente “da CNBB”.

Foram necessários mais de três meses de diálogo para, finalmente, o presidente da CNBB, Dom Aloísio Lorscheider, enviar uma carta pessoal aos membros do que se tornou o primeiro conselho nacional da iniciativa através de Dom Moacyr Grechi, que, por ser o responsável pela Linha Missionária, acolheria nela a “nova comissão” e se tornaria o seu primeiro presidente nacional. Ela passou a ser denominada Comissão Pastoral da Terra – CPT, por sugestão da própria CNBB.

Não houve formalização imediata dessa relação, mas tanto para as relações com instituições da Igreja como para a imagem pública, a CPT foi se tornando conhecida como ‘da CNBB’, e isso foi essencial para que pudesse realizar sua missão com alguma segurança.

Enquanto o diálogo interno na CNBB foi amadurecendo, as pessoas que dinamizaram o Encontro Pastoral da Amazônia foram dialogando para identificar quem poderia assumir a ‘secretaria executiva’ da CPT, no caso de contar com o apoio solicitado. Os três presbíteros inicialmente sugeridos, e que atuavam na Amazônia, não puderam assumir – um por motivo de doença e outros dois por estarem envolvidos em iniciativas pastorais que os bispos de suas igrejas locais não podiam abrir mão. Foi por esse motivo que me tornei o quarto consultado, mesmo sem atuar diretamente na região.

Confesso que esta foi a decisão mais difícil da minha vida. Aceitei o

desafio, e mesmo com as condições pessoais apresentadas, de que falarei em outro momento, o conselho nacional que deu início à existência e à missão da CPT em reunião realizada em novembro de 1975, aprovou a proposta de que eu assumisse por um ano. A sugestão de que fosse só por um ano nasceu do diálogo realizado com Dom Tomás e com as amigas e amigos com quem atuava na diocese de Goiás, acolhida por mim, entre outras razões, por ser um bom tempo para avaliar se eu daria conta de ser animador nacional dessa novidade desafiadora que era a CPT.

O importante, por agora, é ter presente que a CPT foi se fazendo presente muito rapidamente em todos os estados da Amazônia por meio da criação de equipes, que aos poucos, organizaram encontros mais amplos e foram constituindo articulações denominadas “regionais da CPT”. Regionais que não seguiam sempre a regionalização da CNBB, como foi o Araguaia-Tocantins, que foi articulando o norte do estado de Goiás de então, hoje Tocantins, o sul do Maranhão e o sul do Pará, por terem problemas afins e estarem muito distantes das capitais de seus estados. É preciso destacar que essa relativa rapidez foi possível também pelo acolhimento e parceria vivenciada com a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil – IECLB, de modo especial nos estados de Mato Grosso e Rondônia, com o movimento sindical, especialmente no Acre, e com equipes da Federação Assistência Social e Educacional – FASE, de modo especial no Pará.

Merece destaque também a relativamente rápida expansão da CPT para outras regiões do país. O desafio apresentado foi o seguinte: se havia tantas famílias que migravam para a Amazônia, voluntariamente ou estimuladas pela política da ditadura que visava evitar o aumento de conflitos por causa da terra em regiões com muitos camponeses sem terra, não havia terra para reforma agrária e assentamentos nelas? Além disso, não havia condições de denunciar os privilégios concedidos às empresas do Sudeste e Sul para se tornarem grandíssimas proprietárias na Amazônia?

O fato é que em dois anos já existiam dezesseis Regionais da CPT atuando em diferentes regiões, possibilitando um conhecimento mais profun-

do da realidade e a geração de iniciativas em cada região, e uma crescente articulação em âmbito nacional, reforçando as ações locais e as nacionais.

Essa surpreendente mobilização foi tornando necessária a ampliação do núcleo nacional de animação. Durante mais de um ano essa responsabilidade foi assumida por uma só pessoa liberada, que contou com uma equipe de voluntários em Goiânia, para dar conta, por exemplo, da elaboração, impressão e divulgação do Boletim da CPT, enviado a um número rapidamente crescente em âmbito nacional.

Sempre em diálogo com os membros do conselho nacional que representavam todos os regionais, as necessidades sentidas foram: assessoria jurídica, sociológica e de comunicação. E em vista da contratação dessas três assessorias, também foram dados passos para tornar a CPT uma entidade jurídica sem fins lucrativos. Até então, ela era uma rede de articulação que contava com a arquidiocese de Goiânia como entidade jurídica de apoio.

Em relação à CNBB, um passo foi dado no final de 1976: a partir de uma apresentação dos trabalhos e da sua forma de organização, e depois de responder às perguntas dos membros do seu Conselho Nacional, a CPT teve sua forma de relação com a CNBB e sua forma autônoma de se organizar aceitas por votação quase unânime. Vale destacar que Dom Moacyr, presidente, e eu, secretário executivo, deixamos claro que, mesmo tendo consciência de que seria mais seguro para seus agentes se a CPT fosse organismo oficial da CNBB, preferíamos que continuasse sendo apoiada como pastoral com autonomia para ter a liberdade de iniciativa necessária para somar as forças possíveis para ser um serviço evangélico de apoio a todos os tipos de camponeses, de modo especial quando envolvidos em conflitos por causa da terra, sem diferenciar crença e religião.

Aprendiz

Foi longo o meu tempo de aprendizado na CPT: dezoito anos. Iniciei no período mais duro e violento da ditadura, em 1975, e deixei de

ser membro da equipe nacional em 1992, alguns anos depois de aprovada a 'Constituição Cidadã', segundo a palavra de Ulysses Guimarães ao apresentá-la ao povo em 1988.

Nesse tempo, junto com diferentes articulações pastorais, ecumênicas e sociopolíticas, tive o privilégio de participar de conquistas que considero históricas: a consolidação de um novo CIMI, efetivamente a serviço dos povos indígenas; a criação da Pastoral Operária e, em seguida, da Pastoral dos Migrantes, da Mulher, do Menor, e tantas outras; o 1º Encontro Nacional das CEBs, em Vitória, no ES, em 1975; a possibilidade da participação da Oposição Sindical no 3º Congresso Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, organizado pela CONTAG, em 1979; a Lei da Anistia, em 1979; a possibilidade de organização de novos partidos políticos, em 1980, em que nasceu, junto com outros quatro, o Partido dos Trabalhadores; a criação da Central Única dos Trabalhadores, em 1983, depois de alguns anos em que se tentou a criação de uma Central dos Sindicatos e Movimentos Populares, com a criação, em 1989, da Pró-Central dos Movimentos Populares; a consolidação e criação formal do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, MST, em 1984; o Movimento Diretas Já, iniciado em 1983, que inviabilizou a continuidade da ditadura, mas teve sua proposta de eleições diretas derrotada no Congresso Nacional, constituído por uma maioria de deputados e senadores ainda eleitos com apoio da ditadura; a luta por uma Constituinte Exclusiva, novamente derrotada pelo Congresso Nacional, muito conservador; a conquista do direito e a efetiva mobilização sociopolítica para participar da elaboração da nova Constituição por meio de propostas populares; desde a primeira eleição depois de aprovada a Constituição, longa mobilização política em favor da eleição de Luiz Inácio Lula da Silva para a Presidência da República, que só aconteceu em 2002, depois de enfrentar a eleição e impeachment de Collor e duas eleições vencidas por Fernando Henrique Cardoso, tempo em que se vai aumentando a entrega do país aos grandes interesses da globalização neoliberal.

Sendo participante, posso garantir que a participação, decisiva, em

alguns momentos, dos trabalhadores rurais e de parte dos trabalhadores urbanos nesses eventos políticos foi em boa medida fruto do que denominei *tempo germinal*, em artigo publicado como celebração dos 25 anos da CPT⁶: os primeiros anos da década de 1970. Assim como o movimento sindical nasce das lutas dos trabalhadores do carvão, na França, e isso é consagrado na obra de Émile Zola, “Germinal”, a reação dos setores populares, silenciados pela violência repressiva da ditadura comandada por Emílio Garrastazu Médici, se torna possível e efetiva a partir da resistência, denúncia e apoio comprometido de um grupo-não-grupo de bispos, reunidos a partir de um convite apresentado por Dom Tomás Balduino e sua equipe de assessoria que, quais Dom Quixote e Sancho, se deslocaram pelas regiões do país para ir ao seu encontro.

Foi consolidado, na verdade, o que parecia impossível, e a ditadura fazia questão de demonstrar que seria impossível: a semente e a multiplicação de movimentos sociais, no campo e nas cidades, despertando e tornando firme a decisão de defender o direito a ter direitos, e de modo especial, o direito de participar das decisões tomadas em relação à forma de se organizar a vida em sociedade, de se governar.

Germinal somente pode ser o tempo em que se semeia e começa a germinar o que se deseja que nasça. Foi isso que aprendi e fiz, e foi isso que despertei em tantas outras pessoas, criando oportunidades para a descoberta da grande importância dessa estratégia e para a busca sempre renovada de metodologia de educação e mobilização sociopolítica.

Ainda terei oportunidade de louvar o mestre Paulo Freire e o Mestre dos mestres, Jesus de Nazaré, em outras partes dessa narrativa. Mas quero destacar, desde já, que sem as luzes emitidas pelas práticas e palavras destes dois mestres, eu certamente não teria dado a contribuição que efetivamente dei a esse processo germinal. E, por outro lado, as luzes que o próprio avanço da germinação tem muito a ver com o meu crescimento pessoal, tanto na coerência entre palavra e prática, como no aprofundamento da compreensão do que precisava mudar em mim no

6 - POLETTTO, Ivo; CANUTO, Antônio. *Nas Pegadas do Povo da Terra*. São Paulo: Ed. Loyola, 2002.

caminho de conquista de mudanças na realidade social e política em que estive envolvido.

Como conviver com o medo e a insegurança quase de forma permanente? De fato, ao dar os passos para viabilizar as condições que exigia para aceitar a tarefa de secretaria executiva de uma iniciativa ainda inexistente, a CPT, precisei enfrentar a consciência de que ela poderia levar ao aprisionamento, torturas e mesmo algum tipo de morte violenta. Teria eu condições para realizar esse trabalho, que implicava necessariamente inúmeras viagens à Amazônia e às demais regiões, sabendo que estaria sendo vigiado por um sistema de repressão que conhecia razoavelmente bem a partir de apoios dados a vítimas fatais e de narrativas de amigos/os que haviam sobrevivido a ele?

Não apenas individualmente, mas com os diferentes grupos de atuação que ajudei a organizar para agir de forma coletivamente consciente e para avaliar as ações, sempre fomos fiéis a um princípio ético estratégico: se a ação é necessária, buscar a melhor e mais eficaz forma de implementá-la e, ao mesmo tempo, prever possíveis riscos para evitar expor-se ao que pudesse ser evitado, conscientes de que ninguém poderia iludir-se de que teria capacidade de resistência aos sofrimentos que poderia enfrentar. De forma mais resumida: fazer o que a realidade exige da missão assumida, mas evitar aventuras e provocações desnecessárias.

Já tinha consciência de que a CPT correspondia a uma necessidade de articulação e de assessoria, visando encontrar melhores formas de viver a missão evangélica e eclesial de seguimento de Jesus de Nazaré e, ao mesmo tempo, construir redes de apoio para enfrentar a repressão que tinha como objetivo impedir toda e qualquer prática que denunciasses as violências praticadas pela ditadura e pelos grandes grupos econômicos apoiados por ela. E que isso deveria estar a serviço da causa dos diferentes tipos de camponeses e povos originários e comunidades tradicionais, agredidos e silenciados em relação aos seus direitos à terra e ao seu cultivo, enfrentando com eles os conflitos em que estavam envolvidos.

Foi por isso que as providências iniciais foram necessárias, de modo especial o diálogo sobre a nova tarefa com os/as amigos/as da diocese de Goiás, firmando o compromisso de que seria assumida como parte da missão dela; e o diálogo com Dom Fernando Gomes, visando seu apoio para que a sede da CPT ficasse em Goiânia, de preferência em espaço físico da arquidiocese. Na verdade, foi de forma explícita que se descartou a possibilidade proposta de que a sede nacional se localizasse em Brasília: por ser uma cidade militarizada e por ter como arcebispo uma pessoa que tinha sido capelão militar.

É importante ter presente que a sede da CNBB ainda estava no Rio de Janeiro, e por isso, a instituição eclesial de Brasília não oferecia segurança para quem assumisse a missão da CPT.

Em todo tempo de atuação na CPT, e especialmente nos primeiros anos, toda vez que partia para alguma região fazia a experiência de uma real despedida, carregada de dúvidas e de esperanças em relação ao que poderia acontecer. E os abraços em cada retorno eram, sim, um festejar a vida!

Indescritível o estado de tensão vivido em viagens de apoio aos familiares e amigos/as de pessoas mortas em conflitos, assumidas como mártires da caminhada. Quero deixar claro que o compromisso pessoal e coletivo de viver e continuar as lutas estimulado pela vida sacrificada não substitui a falta precoce de quem foi morto em nossa vida concreta. Por isso, a denúncia da violência, a busca e exigência de identificação dos executores e mandantes, seu julgamento e condenação, sempre foram medidas que mobilizaram as capacidades de ação da CPT.

Por mais que me esforçasse para reunir a comunidade afetada, definindo o que fazer e como deveríamos agir, nunca deixei de sofrer e chorar junto com as pessoas afetadas, me esforçando para transformar a justa raiva em práticas em favor da continuidade das lutas defendidas por quem pagou com a vida por serem justas e necessárias.

Preciso confessar, contudo, que nem sempre consegui viver essa empatia e lucidez. Houve um período em que foram sacrificados muitos/as companheiros/as de caminhada, e eu entreguei os pontos, e preci-

sei ser humilde e pedir que algum colega de equipe assumisse a presença em meu lugar. Sinto novamente aquela dor toda vez que recorro e testemunho como foi desafiador atuar no enfrentamento de tanta injustiça e violência. Mesmo quando o martírio de tantos/as é celebrado em liturgias, a dor retorna e faz que renove a consciência de que elas e eles andam sempre comigo e com todas e todos que continuamos em caminhada.

É profundamente humano, mas nem sempre fácil, manter a abertura para ser um eterno aprendiz. E não apenas aprender intelectualmente, tendo novos e atualizados argumentos para avançar na análise crítica da realidade. O mais desafiador, mas igualmente o mais gratificante, é a capacidade de utilizar esses novos aprendizados como luzes que iluminam a realidade, ajudando a perceber novas possibilidades de iniciativas. E se há possibilidades, a arte maior de provocar o nascimento de formas novas ou a renovação de articulações capazes de desencadear processos para tornar real o possível.

8

ATENÇÃO AOS SENTIMENTOS

Conheci exceções, mas quase todos os “sacerdotes” que conheci viviam com medo de seus sentimentos, de modo especial os de estima, amizade e amor. Creio que esse foi o sucesso dos processos de formação do sistema de seminários. Ela tinha como referência um modelo de pessoa que, mediante os rituais de “ordenação” ao mesmo tempo religiosos e disciplinares, contribuiu com os ofícios desejados pelas diferentes instâncias institucionais sem espírito e práticas críticas, mantendo o catolicismo tradicional. É isso que provavelmente ajuda a compreender a sobrevivência, e periodicamente o fortalecimento, da estrutura piramidal, com sua base nos cargos de párocos, em paróquias geograficamente implantadas, seguida pelos ofícios episcopais, base intermediária de ordenação dos *sacerdotes de segunda ordem*, e completada pelo papado, de quem parte, de forma centralizada e quase absoluta, a escolha e ordenação dos bispos. Mesmo tendo perdido o poder delegado de senhores de feudos, as áreas em que é exercido o poder concedido através das ordenações hierárquicas descendentes são demarcadas geograficamente, valendo para cada diocese e cada paróquia.

Relatarei nesse capítulo alguns episódios e experiências pessoais que, talvez, possam ajudar a compreender criticamente as consequências

desse investimento em preparar pessoas em algo parecido simbolicamente com a “forma” e a receita de bolo.

Hora de transitar

Já referi em outra parte desse relato que, antes de decidir se aceitaria ser ordenado presbítero – ou sacerdote de segunda ordem, na linguagem eclesial – solicitei ao bispo tempo para dialogarmos sobre dois compromissos que assumiria em sucessivos rituais religiosos: sobre obediência e celibato. Em relação à obediência, o acordo foi a prática de corresponsabilidade da missão com o bispo, e para o celibato, o compromisso foi o de continuar fiel a ele até o dia em que tivesse motivação para isso, tendo presente que não concordava com a lei eclesial que reservava esse serviço como algo exclusivo para homens celibatários. Em minha visão, o celibato deveria ser livre e voluntário, tanto para homens como para mulheres que se sentissem convidados/as por Deus para dedicar tempo à missão presbiteral.

Levei à prática os dois compromissos. Creio que fui aprofundando a compreensão teológica e pastoral da missão da Igreja, e isso serviu como referência para atuar com corresponsabilidade. Nunca me acomodei ao que estava instituído apenas pelo fato de ser prática tradicional. A meditação constante sobre o mistério da Encarnação de Deus em Jesus de Nazaré e sua promessa de ressuscitado de que estaria com a gente em todos os lugares e em todo o tempo, fundamentou a busca constante pelas melhores formas de anunciar a força transformadora de seu Evangelho vivido e praticado até as últimas consequências. Não aceitei adequar-me à divisão em paróquias, centradas no templo central, a matriz, tendo capelas dependentes, em que praticamente todo trabalho pastoral estava relacionado aos sacramentos e festas religiosas, a maioria das vezes ligados também à geração de recursos para manutenção das estruturas e seu pessoal; preferi propor a abertura de novas formas de prestação desse serviço, indo às periferias e construindo comunidades a partir dos locais

de moradia ou de trabalho das pessoas, como aconteceu no Setor Sul de Pastoral na cidade de Caxias do Sul. Não limitei a missão à diocese em que nasci, preferindo abrir possibilidades de atuar em outra Igreja Particular mais aberta aos desafios do mundo atual, e isso me levou à parceria com Dom Tomás Balduino e a sua igreja assemblear de Goiás.

Dedicarei agora algum tempo à forma como vivi o compromisso do celibato. Nos quase dez anos em que exerci o presbiterato, dediquei plenamente minha vida a essa forma de contribuir com a missão da Igreja. Procurei evitar ao máximo o clericalismo, sendo e pedindo às pessoas que se relacionassem comigo como Ivo e não como “padre”. Ao mesmo tempo, contudo, levei a sério o princípio da transparência e da verdade: anunciado como celibatário, viver de forma celibatária. Mas sem preconceitos e com liberdade. Tanto que, ao ter conhecimento de que corria fofoca de que já estava namorando uma jovem, me senti à vontade para anunciar à comunidade, no fim de uma celebração eucarística: *soube que há pessoas que estão escolhendo em meu lugar a mulher que namorarei, e acho que o fazem porque me querem bem; seria bom que me apresentassem a ela, abrindo assim a possibilidade de dar certo; como ainda não dei esse passo, deixo claro que se decidir por ele, comunicarei a todos vocês, pois não há motivo para não compartilhar a maravilha do amor.*

E foi justamente o esforço para ser pessoa comum, amiga e companheira dos homens e mulheres que constituíam as comunidades, e de modo especial com as pessoas que iam assumindo lideranças, que serviu como teste de fidelidade ao compromisso do celibato. Com o tempo, fui experimentando que, para mim, ser celibatário dificultava sentir-me livre para estabelecer amizades, em especial com mulheres. Por mais que me dedicasse aos muitos tipos de trabalho, fui percebendo que não estava feliz. E uma pessoa que não se sente feliz tem menos possibilidade de anunciar e estimular a vivência do Evangelho de Jesus de Nazaré.

Sem dramas, sem interferência nos trabalhos, abri um tempo de discernimento sem data marcada para a decisão final. Para isso, abri o jogo com as pessoas mais próximas e companheiras de caminho. Nada fácil, de modo especial pelos desafios e potencialidades que se abriam para minha

vida e missão com a criação da CPT e o convite para assumir o secretariado nacional da mesma. Fiel à prática da transparência, deixei claro ao grupo que assumiu a responsabilidade de viabilizar os primeiros passos dessa pastoral o seguinte: estou à disposição para assumir por um ano, já que, até o final do próximo ano deverei completar minha busca pessoal que me levará a seguir como presbítero, ou pedir revisão dos compromissos que a Igreja exige para isso e retornar a ser leigo.

O processo dessa reflexão pessoal foi aprofundado durante o primeiro ano que dediquei à implantação da CPT em âmbito nacional. Foi nesse tempo que aceitei ir estreitando relação afetiva com uma jovem, deixando claro que ainda não havia chegado a uma decisão final. Ela me ajudou muito nesse processo, até porque, se dependesse só dela, eu não deveria deixar de ser presbítero, já que ela via que isso era praticamente necessário para enfrentar os riscos da nova missão, e que, talvez, ao assumir compromisso com ela, eu deixaria de ser apoio a tantas pessoas com quem partilhava a vida e a missão. E igual ponto de vista era partilhado por outros amigos e amigas com quem dialoguei.

Mesmo assim, a convicção interior de que seria melhor para mim em todas as dimensões da vida, inclusive para a contribuição na missão assumida, uma vez que me sentiria mais livre e feliz, foi se consolidando, e por isso, no final do primeiro ano de CPT, em novembro de 1976, na reunião do Conselho Nacional, comuniquei: *como combinamos há um ano, cabe a vocês avaliar os trabalhos realizados e minha contribuição; como decidi que, no início do próximo ano encaminharei o processo de liberação de meus compromissos de presbítero, vocês estão livres para escolher outra pessoa, se julgarem necessário, para dar continuidade ao que foi iniciado porque, até o final do próximo ano, poderei, provavelmente, ter dado o passo de me casar.* E me retirei, respeitando a liberdade dos conselheiros/as. No final da tarde recebi um telefonema pedindo que voltasse à reunião. Ao chegar, fui surpreendido pela seguinte notícia: *avaliamos sua contribuição à implantação da CPT como positiva e, junto com isso, entramos em acordo de que não há necessidade que esteja um presbítero nessa tarefa; por isso, se aceitar, estamos sugerindo que dê continuidade ao trabalho iniciado.*

Agradei a confiança e aceitei, de modo especial por ser uma prática que, em minha visão, deveria acontecer sempre em relação aos que decidem encaminhar a dispensa dos compromissos assumidos na ordenação ao presbiterato. Sempre achei um absurdo que colegas fossem vítimas de preconceito e repressão, afastados de qualquer encargo que poderia ser visto como agressão às leis da Igreja por bispos e católicos conservadores.

Dei continuidade ao trabalho com sentimento de maior alegria e liberdade. Em minha compreensão, a mudança foi apenas em relação às leis da instituição, como veremos.

Resistências

O processo canônico foi encaminhado em maio de 1966, mas a resposta só chegou em novembro. Quais os motivos?

Lembremos que a decisão foi tomada ao final de dois anos de reflexão e discernimento, contando com a ajuda de amigas e amigos com quem dialoguei, de modo especial pessoas da diocese de Goiás e de Itapuranga, incluindo, evidentemente, Dom Tomás, com quem partilhava mais concretamente a missão. Mas entraram também colegas e amigos/as da diocese de Caxias do Sul, inclusive familiares.

Vale um destaque em relação aos familiares. Depois de presidir a celebração de casamento de minha irmã, alguns irmãos me provocaram, com gracejos: e você, Ivo, quando vai se casar? Reagi naturalmente, e anunciei: na verdade, desejo falar com a família sobre isso, pois estou vivendo um tempo de discernimento, sem ter clareza ainda sobre a decisão que tomarei.

E esse diálogo aconteceu na casa dos meus pais, com presença de alguns dos irmãos e irmãs. Deixando muito claro que havia vivido a missão assumida como presbítero com muita dedicação, e que, se dependesse de mim, poderia até dar continuidade a ela, informei que estava vivendo um tempo de reflexão sobre se continuaria ou não aceitando a exigência do celibato em minha vida. Já sabiam que eu discordava da lei eclesiástica

que só admitia celibatários para esse serviço, mas reforcei essa convicção de que seria muito bom se houvesse mudança dessa lei, destacando ser ela decisão da instituição, nada tendo de base evangélica e teológica.

Realizamos um diálogo muito rico. A reação de papai e mamãe foi uma grata surpresa, assumindo uma posição favorável à mudança da lei, destacando que isso poderia tornar mais humana a vida dos padres e a Igreja contaria com mais gente para ajudar. A partir desse dia, a família, e especialmente meus pais, acompanharam os passos dados com simpatia e apoio.

O processo exigia duas cartas de apresentação: uma do bispo da diocese de origem e outra do bispo da diocese em que atuava como missionário. Não conheço o conteúdo delas, mas a de Dom Benedito, de Caxias do Sul, foi no mínimo carregada de sofrimento. Não fazia parte de sua visão eclesial a possibilidade de mudança da exigência do celibato, já defendida claramente por Dom Tomás. Por isso, a de Dom Benedito só foi escrita alguns meses depois que apresentei a ele a decisão que havia amadurecido, tempo que ele me pediu porque desejava rezar por mim para que tomasse a decisão desejada por Deus, tendo presente que, para ele, era incompreensível que eu tomasse essa decisão sendo um presbítero muito dedicado, de modo especial em favor dos povos do campo por meio da Pastoral da Terra, correndo riscos de vida, que ele acompanhava com suas orações.

Como deixei claro, não tomei conhecimento do conteúdo da carta de Dom Benedito, que pode ter sido de apoio à minha decisão para que eu pudesse continuar a serviço da vida do povo, como sempre foi explicitado em nossos diálogos. E como sei, sem ter lido, que Dom Tomás, em seu pedido para que o Vaticano aceitasse o pedido apresentado por mim, deu seu voto favorável por eu ser um presbítero dedicado à missão, e que a liberação dos compromissos permitiria dar continuidade à importante missão na Pastoral da Terra, não tenho dúvida de que elas tiveram tudo a ver com a resposta negativa dada pelo Vaticano. Foi enviada a Dom Tomás, e não a mim, em latim, pedindo que dedicasse mais tempo à ora-

ção para que Deus me ajudasse a perceber que deveria continuar fiel aos compromissos assumidos.

Qual o fundamento dessa certeza? O caráter das perguntas contidas no encaminhamento do processo canônico. Não imaginava que um processo pudesse ter caráter de autoacusação, mas fiz a experiência de que existe. As perguntas deixavam claro que a liberação só aconteceria se o solicitante se declarasse pessoa que assumiu a ordenação sem ter consciência dos compromissos que estava assumindo; ou que, uma vez ordenado, se portou desregradamente, infiel ao assumido; ou que, por fim, já não tenha estima pelo presbiterato e menos ainda espiritualidade cristã... Em outras palavras, seria uma declaração de que já teria abandonado o que estava solicitando ser liberado!

Deixo claro que, taticamente, procurei responder às perguntas ao gosto dos que julgariam o pedido – que, aliás, não abria espaço algum de participação do solicitante –, visando ao objetivo de ter resposta positiva para que pudesse continuar contribuindo nos trabalhos da CPT, outras pastorais sociais e movimentos populares. E o fiz porque, sem essa finalidade tática, jamais encaminharia tal processo.

Tudo somado, e descontado, a resposta chegou negativa: eu não poderia celebrar com quem seria minha esposa o Sacramento do Matrimônio. E sem ele, estaria impedido de ser agente pastoral e de participar plenamente da Eucaristia. Sem contar que isso justificaria o impedimento para ser professor de teologia ou de catequese.

Só que a história foi muito mais rica e de certa forma surpreendente. Dom Tomás, antes mesmo de falar comigo, dialogou com os demais bispos presentes na reunião do Conselho Nacional da CPT, além de Dom Fernando Gomes e Dom Benedito Zorzi, e entraram num acordo de me propor que aceitasse o encaminhamento de um recurso ao Vaticano assinado por todos eles, pedindo reconsideração da decisão negativa e comunicando que assumiriam meu casamento. Emocionado com tanto carinho, agradei e aceitei a proposta, mas deixei claro que, em minha visão, essa carta colocaria o Vaticano num beco sem saída, e por isso não haveria resposta. Foi o

que aconteceu: até o dia de hoje ninguém recebeu a resposta. Na verdade, se teimassem na negativa, teriam que suspender e processar sete bispos, por terem assumido meu casamento; se aceitassem, estaria aberto o caminho para que um grupo de bispos pudesse aceitar a liberação de compromissos da ordenação ao presbiterato sem consultar o Vaticano.

Diga-se de passagem, essa prática do grupo de bispos seria algo bem mais justo e humano do que a decisão de julgadores do Vaticano. Os bispos me conheciam e deram esse passo por considerarem correto o pedido feito no processo. Os do Vaticano não tinham ideia de quem eu era, e sua decisão tinha como base apenas o processo enviado por mim e as cartas dos bispos que me conheciam, e que apoiavam o pedido.

Vale referir duas observações feitas por bispos durante o encaminhamento desse processo. Dom Fernando Gomes foi enfático em seu apoio à liberação dos compromissos no diálogo que com ele realizei, destacando: você sabe, Ivo, que Deus não muda o dom que lhe deu, e por isso, seja fiel a Ele servindo à Igreja e aos irmãos e irmãs; o que deveria mudar é a lei da Igreja que impede que pessoas não celibatárias possam ser presbíteros/as; continue fiel ao chamado de Deus, e se um dia a Igreja mudar sua lei, esteja à disposição para reassumir o que agora foi interrompido.

Dom Benedito, ao me informar o que deveria deixar de fazer por ter sido enviado o processo canônico por ele, deixou claro que eu estava tendo suspensão de algumas funções, como presidir Eucaristias, mas precisava lembrar do seguinte: se em meu trabalho na CPT encontrasse alguma pessoa doente que, na ausência de presbítero ordenado, me pedisse para presidir o Sacramento da Penitência, eu deveria sentir-me obrigado a aceitar o pedido. Em outras palavras: suspenso, mas não totalmente, deixando claro que a dimensão divina do passo dado continuaria responsabilidade minha.

Casamento e militância

Não foram poucos os amigos, mas poucas as amigas, que levanta-

ram a dúvida tradicional: o casamento não vai estrangular sua liberdade de militante? Vale lembrar que, de fato, o trabalho que realizava na CPT em âmbito nacional implicava, em média, algo próximo a vinte dias de viagens por mês. E ao retornar, eram tantas as tarefas a serem executadas que sobrava pouco ou nada de tempo para recuperação. Diante disso, a pergunta podia fazer sentido.

Mas faziam sentido igualmente questionamentos que outros amigos e amigas repetiam: é correto você não desligar nunca? Você parece um aparelho ligado todo tempo a 220 volts!

Creio ser importante deixar claro que, de fato, a perspectiva de assumir uma vida compartilhada com a mulher amada significou um novo momento da metodologia que orientou sempre minha vida: a necessidade de compartilhar sentimentos e responsabilidades; ou melhor, compartilhar a própria vida, numa convivência em que o amor tinha tudo a ver com a felicidade do casal.

Creio que a potencialidade da educação popular, com organização de base e mobilização em favor de uma urgência que já alcançava quase 500 anos, a reforma agrária, bem como em favor do enfrentamento da opressão ditatorial, revelada pela Pastoral da Terra, me envolveu total e apaixonadamente. Nada era mais importante para mim, também por ser oportunidade para vivenciar de forma renovada e renovadora a espiritualidade de seguimento de Jesus de Nazaré.

O novo passo a ser dado implicava, sim, prestar atenção a outras dimensões da vida, de modo especial ao decidir, com Joana, minha amada, que teríamos filhos, e de preferência três ou mais, para que crescessem juntos, partilhando a vida entre eles e conosco, seus pais bem adultos – eu, no caso, com mais de 33 anos. Mas implicava, desde o início, dedicar tempo à convivência amorosa cotidiana, à busca de lugar de moradia, à garantia de renda suficiente para viver com qualidade.

Precisei enfrentar outros desafios, como esse: como superar a “formação” para uma vida individualizada, incluindo nisso a afetividade e a sexualidade? Creio que me fez muito bem ter tido consciência dessa ne-

cessidade de reeducação, e de a ter compartilhado com a que se tornou companheira de minha vida. De fato, cheguei a apresentar a ela a consciência de que isso poderia ser uma ameaça ao nosso casamento, e por isso desejava que ela se sentisse livre diante desse desafio de ser minha reeducadora, e eu o de deixar de ser um aluno nada fácil.

De toda maneira, creio terem sido absolutamente decisivos os diálogos que realizamos no tempo de amadurecimento da decisão de assumirmos a vida juntos. Um dos acordos foi exatamente em relação à continuidade do trabalho na CPT. Os dois estávamos engajados nas causas promovidas por ela, e por isso, fomos desenhando como compartilhar a vida com amor tendo presente minhas presenças e ausências, de modo especial com a chegada dos filhos. De minha parte, o esforço por compartilhar tudo que fosse possível, tanto no acompanhamento pedagógico e articulador nos muitos regionais que se consolidavam, como no serviço de coordenação nacional. Da parte dela, a disposição de trabalhar a meio expediente para dispor de mais tempo para a gestão da casa e acompanhamento dos filhos.

Como sempre, a vida concreta apresenta desafios que ultrapassam o que foi desejado e planejado. O crescimento da CPT, com a entrada de novos agentes e com iniciativas em todas as regiões do país, trouxe também aumento de tensões, ameaças, perseguições e mortes. Na dimensão existencial que estou compartilhando, isso significou a necessidade de redefinir o processo de convivência. Não apenas porque houve períodos que exigiam mais viagens, isto é, mais ausências. E sim, porque precisávamos incorporar em nossa convivência amorosa os sofrimentos, as inseguranças, os medos. Mas Deus veio ao nosso encontro, *enviando anjos e anjas de nossa vida*.

Anjos e anjas

Meus pais e familiares foram os primeiros. Mesmo sem concordar com nossas opções políticas e pastorais, deram um jeito para que a repar-

tição dos bens que possuíam servisse de apoio para darmos início à nossa vida familiar. Foi com esse carinho que, surpreendentemente, tivemos condições de adquirir um pequeno lote e construir a casa que serviu de acolhida para nós e os nossos quatro filhos. Contribuíram também dois irmãos, que decidiram comprar os metros de terreno que me cabiam na partilha para que contasse com recursos para dar início à nova fase da vida.

As amigas e amigos da diocese de Goiás também foram anjos em nossa vida. Sempre nos sentimos em casa, acolhidos com carinho, apoiados nos trabalhos em todo o país e apoiados nas práticas diocesanas. Creio que foi desse acolhimento que germinaram em Goiás práticas de conquista de terra para os que precisavam dela para melhorar suas condições de vida, cultivando alimentos saudáveis. E mesmo sendo morada de algumas das famílias que mais se apropriaram de terras em Goiás, se tornou a região em que mais áreas de assentamentos de reforma agrária se consolidaram.

O acúmulo crescente de atividades nacionais impediu que mantivéssemos relações assíduas com essa base de lançamento da Pastoral da Terra, de modo especial com as amigas e amigos de Itapuranga, do mosteiro beneditino, do centro de treinamento da diocese, em que vivia Dom Tomás. Mas devemos certamente ao apoio desta Igreja muito do que conseguimos construir em nossa família.

Merece destaque uma anja que acolhemos como um surpreendente presente de Deus: foi a jovem Aldáris, que se apresentou, indicando de imediato que estava vindo do interior, de Porto Nacional, e desejava estudar, e procurava uma casa onde pudesse trabalhar para ter condições de estudar. Não pediu para ser “empregada”. Ofereceu sua disposição de ajudar nos trabalhos em troca de apoio para estudar. Era tudo que desejávamos e precisávamos. E ela entrou em nossa vida como amiga, como segunda mãe de nossos filhos. Mesmo tendo casa junto com uma irmã, tornou-se presença e apoio em dias de minha ausência.

Outras anjas faziam parte da equipe pastoral de uma paróquia da periferia vizinha à nossa, no Parque Amazônia, coordenada pelo frei do-

minicano Marcos, de coração e mente abertas e acolhedoras. Explicitamente como apoio à Pastoral da Terra, que amavam e desejavam que se consolidasse, se tornaram companheiras da minha esposa nos dias que eu devia dedicar a viagens. Junto com elas, a comunidade do Parque Amazônia foi com quem celebramos muitas eucaristias.

Para a viabilização inicial da CPT em Goiânia, contamos com anjos e anjas participantes da arquidiocese de Goiânia e da Universidade Católica de Goiás. Sem recursos, sem certezas em relação à possibilidade de a CPT nascer e vingar, foi divino o acolhimento do arcebispo Dom Fernando Gomes no espaço físico da cúria, junto com seu apoio e confiança em nossa missão. Mesmo depois de casado, continuou me saudando como presbítero; mesmo tendo momentos tensos em relação a encaminhamentos concretos, nunca rompeu a amizade.

Da Universidade Católica e da arquidiocese emergiram voluntárias e voluntários que assumiram gratuitamente a elaboração de notícias, a impressão do boletim Pastoral da Terra, que ultrapassou dois mil exemplares em pouco tempo, e o apoio à secretaria e gestão dos poucos recursos de apoio internacional que a CPT recebeu. Foram práticas de mutirão que serviram como adubo orgânico para a germinação firme de mais e mais equipes de agentes da Pastoral da Terra.

Acolhi sempre com alegria estes e outros muitos anjos e anjas, e é provável que devo pessoalmente a eles e elas a graça de ainda estar vivo, assim como devemos, eu, minha esposa e a filha e os três filhos, termos sobrevivido a tempos turbulentos em relativa paz e sem maiores crises de convivência.

Amor militante

Serei breve nesse relato. Como cuidávamos uns dos outros, como nos apoiávamos, como nos alegrávamos com os pequenos passos dados, como nos ajudávamos a compreender criticamente o que estava acontecendo, como celebrávamos com alegria cada encontro, como buscávamos

apaixonadamente as melhores formas de atuar junto a e com os variados tipos de trabalhadores e camponeses, como questionávamos e, ao mesmo tempo, como provocávamos as Igrejas Cristãs a se fazerem presentes junto aos povos do campo iluminadas pela prática e palavra de Jesus de Nazaré nos anos desafiadores da ditadura militar!

Para mim, sempre foi um mistério o que faz com que sejamos melhores quando somos ameaçados por forças opressoras. E me mantenho no mistério com a pergunta: por que não nos amamos mais intensamente e nos animamos mais uns aos outros a uma militância amorosa quando temos relativo ambiente favorável?

Há, como se sabe, no quadro quase esquizofrênico das esquerdas, a tradição de derrotar-nos uns aos outros sempre que possível, em defesa da única proposta garantidamente capaz de gerar a revolução da sociedade brasileira defendida por cada agrupamento... A ditadura forçou algumas relativizações, por necessidade de sobrevivência, mas há sinais até os dias de hoje que não aprendemos com a história. Será que o ressurgimento do fascismo acoplado às novas possibilidades de disseminar falsas verdades e alimentar ódios e o direito de matar os identificados como inimigos será oportunidade para aprendermos a nos unir com humildade e busca coletiva dos melhores caminhos? Será que a consolidação científica de que os humanos já deram início a nova etapa geológica, o antropoceno – e *capitaloceno*, quando se trata de definir responsabilidades concretas –, será acolhida como absoluta e urgente necessidade de unir-nos para salvar o que seja possível da Mãe Terra e dos ambientes criados por ela como berços vivos e fontes de vida?

Jesus de Nazaré indicou que seu novo mandamento era de que nos amássemos uns aos outros como ele nos ama, e não que nos amassássemos uns aos outros, inspirados pelos demônios históricos, entre eles o denominado capitalismo em nossa época!



9

1º GOVERNO POPULAR – FOME ZERO

A eleição de Lula para a Presidência da República faz parte dos eventos que pareciam impossíveis. Aconteceu em 2002 e foi fruto de dois movimentos que se complementaram: o crescimento da mobilização social e a frustração popular com o governo de Fernando Henrique Cardoso, comandado pelo PSDB, um partido que se apresentou como socialdemocrata, mas que se aliou aos partidos conservadores, e se tornou, por isso, o bom caminho para completar o desvio do país para o neoliberalismo associado à globalização comandada pelo capital financeiro.

A cidadania deu crédito ao apresentado pela aliança política que viabilizou a campanha, de alguma forma diferente das que haviam possibilitado as candidaturas anteriores de Lula à Presidência. A diferença mais ressaltada foi a publicação da “Carta ao povo brasileiro” durante a campanha, sinalizando ao “mercado” que o seu governo respeitaria os contratos, e isso teria a ver com um possível aumento de votos de setores mais conservadores.

De toda maneira, a eleição e a tomada de posse de Lula é acontecimento inédito na democracia brasileira: pela primeira vez a Presidência foi confiada a um migrante e operário, um autêntico *filho do povo*. Entre as inovações introduzidas, destacarei o programa Fome Zero, em que atuei, que tinha como objetivo a superação da fome no país, em que atuei.

Desencadeando o Programa Fome Zero

Convidado por Frei Betto para ser parte da equipe de mobilização social desse Programa, o que me motivou foi a possibilidade de ele se tornar um efetivo processo de educação popular libertadora de âmbito nacional, viabilizado por recursos públicos. Os sinais indicavam tratar-se de prioridade, apesar da complexa composição do governo. De minha parte, condicionei a aceitação à liberdade de discordar e até continuar crítico especialmente em relação à política econômica que seria seguida com a presença de representantes dos grandes bancos no seu comando, especialmente no Banco Central.

O ponto de partida previsto era o levantamento das pessoas afetadas por carência alimentar e a organização da distribuição de recursos por meio de um cartão eletrônico da Caixa Econômica Federal – CEF.

O que fizemos como equipe de mobilização da sociedade em apoio a esse Programa foi dar a ele, e a partir daí, à sua apresentação pública, um caráter de mudança estrutural, evitando o assistencialismo. Para isso, em diálogo com o Ministério Especial do Fome Zero, já que nossa equipe estava vinculada diretamente à Presidência da República e cabia a ela ir comprometendo o conjunto do governo e da sociedade com esta prioridade, definimos a estratégia e a metodologia de sua implantação.

A elaboração das listas de famílias a serem apoiadas seria tarefa da Comissão do Fome Zero de cada município, constituída por três representantes de instâncias governamentais atuantes no município, entre elas a Prefeitura, e seis representantes da sociedade civil. Para isso, foi tarefa de nossa equipe mobilizar os movimentos sociais e as entidades civis e religiosas a participarem do processo por meio de assembleias populares, em que se apresentava os objetivos e a forma de gestão descentralizada do Programa, se estimulava a indicação de candidatos para serem eleitos como membros da equipe municipal, e se estimulava a multiplicação de ações de cada entidade, transformando o Programa numa Ação Popular nacional de enfrentamento da fome.

Uma vez constituídas as equipes por meio da experiência de exercício da cidadania, cabia ao Ministério desencadear os encontros de formação e capacitação delas. O núcleo central da formação era a compreensão dos objetivos do Programa, uma vez que a perspectiva era começar com a garantia do direito à alimentação, mas visando ao resgate da dignidade e dos direitos sociais de todas as pessoas e famílias através da capacitação e apoio à conquista de oportunidades de trabalho digno e gerador de recursos para viver com autonomia, dispensando o recurso repassado pelo governo. Para isso, a capacitação visava tanto o domínio das mediações técnicas para inscrever as pessoas/famílias no programa de computador da CEF, como a segurança para dialogar com as famílias visitadas e anotar o que necessitavam como apoio para dar passos na direção de geração de renda com autonomia: alfabetização, organização de associação ou cooperativa, conquista de terra de reforma agrária, construção coletiva de residências etc.

Para visitar as famílias e deslanchar o processo de mudança, as equipes necessitavam do apoio governamental e das diferentes iniciativas da sociedade civil local. Um dos apoios viabilizado pela nossa equipe de mobilização nacional resultou do diálogo com o Ministério da Saúde: o envolvimento dos agentes de saúde da família atuantes junto às comunidades. Foi um trabalho que exigiu tempo para sua implantação, mas garantiu, com certeza, evitar as corrupções tradicionais, com entrada de quem não tinha necessidade, e a inscrição de todas as que realmente necessitavam.

Com a decisão de iniciar a implantação pelo Nordeste, cada município que completava o processo inicial passava a ter suas famílias inscritas e recebendo o apoio com o uso do cartão Fome Zero da CEF. No final do primeiro ano, 2003, havia equipes em todos os municípios do Nordeste e já estávamos dando passos para a inclusão da Região Norte. Em seguida, entrariam as demais regiões.

Mesmo assim, no início de 2004 o governo tomou decisões sem consultar os responsáveis pelo Ministério Especial e a equipe de mobilização social do Fome Zero: fechou o Ministério, transferindo suas tarefas

a uma Secretaria no Ministério de Ação Social; passou a tarefa de elaboração das listas das famílias às Prefeituras, desautorizando as mais de mil e cem equipes já constituídas e atuando; redefiniu os objetivos do Programa, denominando-o simplesmente como Bolsa Família.

Quem tomou e impôs essa decisão? Quais os motivos? Na falta de diálogo e transparência, o que constatamos, como equipe, foi isso: o grupo responsável pelas decisões internas do governo teria decidido atender a reclamações e pressões de prefeitos e seus partidos, e o teria feito em função da mudança de sua política de alianças, mudança que se demonstrou desastrosa, já que deu origem às denúncias de *mensalão*, que, com o tempo, serviram de justificativa para as ondas conservadoras da Lava Jato.

De toda forma, os efeitos do Bolsa Família e de outros programas de caráter social foram significativos. O que mais impressiona é o reconhecimento da ONU de que o país saiu do mapa da fome. Mesmo assim, milhões de pessoas continuaram dependendo dos recursos distribuídos pelo Bolsa Família, o que provavelmente aconteceu por falta do conjunto de ações educativas e de abertura de formas alternativas de geração de renda previstas na proposta original. Ao ponto de o Governo Dilma, eleito como continuidade dos dois mandatos de Lula, anunciar publicamente o aumento de milhares de novas famílias com direito ao Bolsa Família como um sinal da seriedade e acerto de seu trabalho, contrariando o anunciado inicialmente, que indicava a diminuição do número de famílias dependentes do recurso público como critério de avaliação positiva.

De minha parte, depois de muitas tentativas frustrantes de diálogo com o novo ministro responsável pelo que restou do Fome Zero, decidi sair da equipe, uma vez que já não existiam as condições para não só enfrentar a fome, mas apostar em mudanças estruturais e de avanços de consciência cidadã da população historicamente marginalizada em todas as dimensões de sua vida. Na verdade, o coordenador da equipe, Frei Betto, e outros dois colegas deixaram a equipe na mesma ocasião. Voltei ao meu campo de atuação para continuar apostando no que o governo

havia desistido de fazer. Escrevi sobre isso e está publicado no livro *Brasil, oportunidades perdidas – meus dois anos no Governo Lula*⁷.

Creio ser importante indicar dois sinais que comprovam o equívoco dessa mudança política em relação ao Fome Zero. Quando cresciam as pressões exigindo o impeachment da Presidenta Dilma, num grupo reunido para refletir sobre a realidade e descobrir o que se deveria fazer, alguém tornou pública a pergunta: onde estão os milhões de pessoas favorecidas com o Bolsa Família, já livres do flagelo da fome? Constrangido, comentei: em minha visão, estas pessoas estão onde foi ensinado pelo Bolsa Família que devem estar: em casa, esperando o dia de buscar o recurso mensal, com comprovantes de que estão em dia com as exigências de frequência escolar e de vacinação dos filhos menores. Como não se ofereceu educação política em todo o processo, não é tão estranho que continuem com sua visão conservadora, fruto da dominação tradicional.

Necessidade de uma Assembleia Popular

Entre 2003 e 2005 foi realizado mais um processo participativo mobilizador em âmbito nacional, a 4ª Semana Social Brasileira. Em debate, o desafio de um *Mutirão por um novo Brasil: Articulação das forças sociais para a construção do “Brasil que Queremos”*.

Como se percebe, ela coincide com os primeiros anos do Governo Lula. Com os primeiros passos da implantação do Fome Zero e de outras políticas sociais, portanto. Mesmo sentindo-se parte das expectativas em relação ao governo, trabalhava-se a consciência de que a articulação das forças sociais era absolutamente necessária para avançar na construção do Brasil que o povo quer. Por mais que Lula e seus aliados estratégicos desejassem, as forças políticas e econômicas derrotadas fariam tudo para inviabilizar seus propósitos. Além disso, percebia-se que os governantes sempre são tentados a fazer mudanças a partir de cima, de acordos entre as elites, e isso tinha a ver com o caráter quase meramente formal da democracia.

7 - Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2005.

Foi certamente o amadurecimento da compreensão de que a composição do Congresso Nacional não representava a maioria da população, e sim os interesses de uma minoria com uso do voto popular, que deu origem ao debate sobre a necessidade da construção de um espaço político novo, democrático em sua origem e em seus objetivos, em que se pudesse elaborar propostas de políticas públicas a partir de baixo, das pessoas, famílias, comunidades e povos e, ao mesmo tempo, instância mobilizadora da sociedade para exigir o avanço na direção do Brasil que o povo precisa, quer e tem direito.

Tomada a decisão de dar esse passo em 2005, por meio da 1ª Assembleia Popular, a ser realizada em Brasília com milhares de participantes, foi constituída uma comissão para sistematizar os debates realizados em âmbito nacional num primeiro esboço de projeto do “Brasil que Queremos”.

Estiveram em Brasília, de 25 a 27 de outubro de 2005, mais de 8 mil representantes de movimentos e pastorais sociais, de sindicatos e entidades da sociedade civil, para debater o conteúdo do texto “O Brasil que Queremos”, aprovado como base inicial de um projeto político a ser assumido pelo conjunto de forças sociais constitutivas da que foi denominada Assembleia Popular, e por isso devia ser material de estudo e reflexão de todos os participantes. Aprovado como referência de fundamentação da Carta da Assembleia Popular, ele foi, na continuidade, e já com novas contribuições, reelaborado para ser debatido em novo encontro nacional. A novidade, que gerou intensa polêmica, foi a decisão da equipe de elaboração de rever e complementar o texto original, que continha pistas de ação em relação aos diferentes setores da vida em sociedade – terra e agricultura, educação, saúde, indústria etc. – e acolher uma proposta de um projeto de Brasil que levasse a sério as potencialidades e limites de cada um dos biomas nele existentes, projetando políticas diferenciadas e descentralizadas a partir dos berços vivos e fontes de vida criados pela Terra, entregues aos seres humanos graciosamente.

Em outras palavras, tratava-se de uma primeira proposta de construir uma nova sociedade ultrapassando a tradição antropocêntrica, assu-

mindando que o ser humano é um dos seres da comunidade de vida da Terra, e de que ela é ser vivo gerador de biodiversidade com uma história de mais de 4 bilhões de anos, e que, por isso, o projeto de Brasil devia ser elaborado e levado à prática em diálogo com ela.

Nada estranho que essa proposta tenha provocado polêmica. Afinal, entraram em questão as visões tradicionais, fossem elas religiosas ou sociopolíticas e culturais, e especialmente as assentadas num marxismo ortodoxo. Mesmo os grupos com visão ecologista ainda defendiam a natureza na perspectiva do direito humano a um meio ambiente saudável. A natureza era reduzida a espaço disputado por humanos, e seja na forma capitalista de propriedade privada, ou na forma estatizada de controle da terra, a relação econômica era instrumental, utilitarista, em função de um aumento constante da produção.

Dos participantes nessa tentativa de construção de uma mediação política permanente de representação popular não partidária e institucional, só os Povos Indígenas, os Quilombolas e as comunidades populares tradicionais tinham condição de se sentirem finalmente sujeitos ativos do projeto de Brasil. Como se foi reconhecendo, para eles o espaço de sua vida em comum é um Território, um dom da Terra – e de Deus, reconhecido com diferentes nomes – e por isso se deve relacionar com ela com amor e reverência, cuidando de mantê-la viva para que também as pessoas vivam nela e com ela. Todos os demais – e eu entre eles – estávamos precisando de um choque crítico civilizacional, já que a civilização dominante estava assentada sobre direitos definidos por humanos em favor deles próprios, disputando entre eles a apropriação e uso da natureza.

Olhando para o acontecimento sociopolítico, cultural e espiritual que foi a Assembleia Popular, podemos perguntar-nos: se em vez de esvaziá-la pretendendo que fosse base de nova organização partidária, como fizeram algumas pessoas, ela tivesse continuado a existir como um *parlamento autônomo de movimentos sociais*, não poderia ter sido diferente tanto a história rica e contraditória dos governos encabeçados pelo PT, como a destruição dela pelos governos de extrema direita fascista? Em outras

palavras, por sabermos que uma sociedade tão desigual e injusta só se mantém com instituições que não coloquem em questão os pretensos direitos das minorias senhoriais, legalizados por leis feitas sob medida por seus representantes, não seria absolutamente necessário que os povos e comunidades, que produzem a maior parte dos alimentos e das suas próprias condições de existência com criatividade e inovação, tivessem a seu serviço um espaço alternativo de articulação e formulação de propostas do Brasil que querem construir?

Faço parte desse rico e contraditório tempo de tentativas de construção, e não fujo dessas perguntas incômodas. Creio que como os governos que receberam voto majoritário de confiança via Partido dos Trabalhadores e aliados fizeram muito, mas perderam oportunidades de fazer mais e melhor, também os movimentos, pastorais e entidades populares perderam oportunidades de fazer mais e melhor.

Apenas para referir uma das carências trágicas de uma parte da população, o analfabetismo, quem pode considerar-se livre de responsabilidade por ele não ter sido definitivamente erradicado? Sim, por mais que se tenha feito no campo de oportunidades de educação formal, é uma grave oportunidade perdida que isso não tenha sido feito em 13 anos de governo de origem popular. E é inaceitável também que isso não tenha sido realizado por Igrejas e movimentos sociais, provavelmente pela falta que faz um espaço político como seria a Assembleia Popular.

Além disso tudo, como se sabe que o desmonte da política que garantia a superação da fome teve origem num golpe de estado contra a presidenta Dilma, vale também a pergunta: a continuidade e consolidação da Assembleia Popular não teria garantido a mobilização nacional que inviabilizaria o processo de impeachment? De toda maneira, com a decisão da maioria da população de enfrentar a onda de Fake News em favor do segundo mandato do presidente Bolsonaro, Lula foi eleito para um novo mandato, e agora, a partir de 2023, necessita mais do que nunca dos setores populares que o apoiam mobilizados, e provavelmente será sentida novamente a falta da Assembleia Popular.

10

POSSIBILIDADE DE ZERAR A FOME

Relatarei, nesse capítulo, dois passos em que tive oportunidade de participar em relação a práticas com o objetivo específico de enfrentar a miséria e a fome: dez anos com a Cáritas Brasileira, e pouco mais de um ano no Fome Zero original.

Na verdade, toda minha vida de militância teve isso como referência. Quando dei o passo de aceitar ser presbítero, fiz a escolha também porque estava convencido que a atuação pública que a Igreja possibilitava oferecia melhores condições para atuar no sentido de contribuir no enfrentamento da ditadura e do projeto econômico e social que ela defendia, umbilicalmente ligado à perpetuação da exploração que leva à miséria e à fome. Usei o *também* de forma consciente, para deixar claro que não dei esse passo oportunisticamente, utilizando a Igreja, já que em minha compreensão teológica e história da missão do cristianismo entra a luta contra as injustiças, a exploração e a opressão como dimensões constitutivas dela, sabendo que a conquista política dessa libertação devia ter respeitada sua autonomia, por ser obra de todas as pessoas, comunidades e povos que assumem essa tarefa histórica.

Atuei por 18 anos na Comissão Pastoral da Terra, de 1975 a 1993. Dedicado apaixonadamente à sua missão, para muitas pessoas a história da CPT e a minha se confundiam. Isto acontecia também com minha família, de que falarei em outro momento. Por isso, tendo contribuído durante cinco anos como secretário executivo e mais treze como assessor, estava mais do que amadurecida a necessidade de mudar de campo de atuação. Como houve algum tumulto, causado por discordâncias em relação às melhores formas de atuação, houve quem achasse que deixei a CPT magoado, e mesmo injustiçado. De minha parte, contudo, considerei a saída algo realmente normal, torcendo que a nova equipe que a assumiu acertasse na definição do que ela deveria ser e atuar a partir daquela data. Não fosse assim, não teria sido convidado, nem eu teria aceitado, a contribuir em publicações celebrativas do seu aniversário, de modo especial o dos vinte e cinco anos, em que organizei um livro que contém o resgate documental do seu nascimento através de depoimentos de pessoas que contribuíram e participaram dele. O fiz com total liberdade, destacando o que configurava fidelidade à missão e apresentando eventuais críticas e propostas de alternativas⁸.

De toda maneira, poucos dias depois que se tornou pública essa mudança, o então presidente nacional da Cáritas Brasileira, Dom Demétrio Valentini, entrou em contato para sugerir que não procurasse outros espaços de atuação antes de considerar a possibilidade de aceitar o convite para atuar na Cáritas. Ele desejava dialogar sobre isso com a diretoria, e a partir de seu eventual apoio, gostaria de apresentar uma proposta de trabalho. Como ele estava em reunião do CELAM na Colômbia, combinamos um diálogo em Brasília alguns dias mais adiante.

A Cáritas de então vivia tensões internas e, para muitas pessoas, inclusive eu, sua atuação estava distante de sua potencialidade como organismo da CNBB dedicado ao enfrentamento dos desastres socioambientais e das causas da pobreza. Por isso, pessoas amigas, com quem dialoguei, se mos-

8 - POLETTTO, Ivo; CANUTO, Antônio. Nas pegadas do povo da Terra. São Paulo: Ed. Loyola, 2002.

traram reticentes e até contra minha atuação nela. De minha parte, contudo, percebi que ela poderia ser um espaço muito importante em favor de uma pastoral popular, bem como da organização popular.

No diálogo com Dom Demétrio, agora com apoio da diretoria, a proposta apresentada foi a de contribuir num processo de revisão e redefinição da missão da Cáritas, sentido como necessário. Um grande desafio sem dúvida, mas que poderia, caso fosse bem-sucedido, corresponder ao que eu via como potencialidades desse organismo eclesial. Evitando precipitações e garantindo um tempo de recuperação física e mental antes de assumir um novo compromisso de trabalho, sugeri que poderíamos tomar decisões um pouco mais de um mês depois, para que eu tivesse tempo de analisar a proposta e elaborar eventuais perspectivas de atuação.

Aceitei o convite, mas para evitar dificuldades de desligamento em caso de não haver por minha parte ou pela Cáritas avaliação positiva em relação ao meu modo de ser e de agir, entramos em acordo para um contrato de meio período durante três meses. Foi o tempo necessário para colher informações, fazer contatos e ir elaborando uma proposta de processo de reanimação da Cáritas.

Não vale a pena entrar em detalhes, mas creio ser interessante destacar que o núcleo central do processo vivenciado foi esse: que cada agente, cada equipe e o conjunto da Cáritas assumissem o convite de ir respondendo a essa pergunta: o que é ser Cáritas? É claro que esse ser era revelado pelas práticas de cada pessoa, bem como pelas formas como eram definidas e colocadas em prática as prioridades de ação.

A busca do ser Cáritas significou retomar seus fundamentos bíblicos e teológicos, visando superar possível desligamento entre a vivência do mandamento novo de Jesus de Nazaré e as ações de socorro às pessoas mais necessitadas. Como se sabe, o novo desse mandamento está no *dar a vida pela pessoa – comunidade, povo – que se ama*. No caso da Cáritas, em ser um organismo *samaritano* das comunidades eclesiais, cabendo-lhe a missão de estar atento às variadas situações que *deixam pessoas, comunidades, povos*,

9 - Ver Lc 10, 25-37.

caídos quase sem vida, como fez o samaritano da parábola de Jesus⁹; ir ao seu encontro, prestar os primeiros socorros para, em seguida, levar estas pessoas, comunidades, povos para diferentes donos de pensão, envolvendo-os no enfrentamento em tudo que fosse necessário para recuperarem a saúde, isto é, sua capacidade de viver, seus direitos espezinhadados. E a primeira dessas pensões deve ser a própria comunidade eclesial, que está na origem dessa missão da Cáritas.

Em outras palavras, o ser Cáritas significava aceitar com alegria e esperança a missão de ir ao encontro de todo tipo de necessitado e, ao mesmo tempo, evitar que isso significasse a organização de um serviço especializado que devia agir sozinho, sem envolvimento da própria comunidade eclesial que lhe deu origem. Por isso, sua missão era viver de forma criativa o amor libertador em favor de quem sofre ameaças à vida e, ao mesmo tempo, contribuir para que esse amor fosse assumido pela Igreja de seguidores e seguidoras de Jesus e se tornasse um sinal, uma boa notícia, um evangelho da presença libertadora de Jesus na história humana.

Esse processo foi vivenciado em todos os espaços de atuação e de organização, desde as equipes em paróquias, nas dioceses, nos regionais e em âmbito nacional, avançando coletivamente na vivência e na elaboração de caminhos adequados de espiritualidade. Por serem espaços em que atuavam praticamente só leigos e leigas, o desafio foi buscar uma espiritualidade laical e de pessoas que todo dia iam ao encontro dos mais necessitados. E uma espiritualidade que reconhecia a existência de outros organismos, outras pastorais, todas dedicadas a ir ao encontro de forma quase especializada de pessoas necessitadas de apoio, como os camponeses e trabalhadores rurais, os operários, o povo de rua, as mulheres marginalizadas, as crianças, os migrantes... e que, por isso, precisava ir ao seu encontro, somando forças na realização da missão comum com grupos sociais deferentes.

É provável que o relato de algumas frentes de atuação revele melhor o que indicamos como processo vivenciado.

Atenção ao grito dos excluídos

Não lembro de quem foi a ideia, mas recordo que foi no grupo que assessorava informalmente a Secretaria das Pastorais Sociais da CNBB, que se elaborou anualmente texto de análise da conjuntura durante a década de 1990, que, ao perguntar-nos como celebrar o centenário da Encíclica *Rerum Novarum*, de Leão XIII, alguém lembrou da prática de alguns países europeus de realizar Semanas Sociais. Surgiu a pergunta: não poderíamos dinamizar uma Semana Social sobre o trabalho, por ser esse o conteúdo central das *coisas novas* que Leão XIII destacou em sua encíclica? Não estamos num tempo de redefinição do trabalho humano?

O fato é que foram dados passos para realizar a 1ª Semana Social Brasileira, em 1991. Desde o início, houve o cuidado de garantir que tivesse as características centrais da tradição dessas Semanas: ser um espaço de debate, diálogo e elaboração de propostas sobre um desafio sentido na realidade social; e ser diálogo entre Igreja e Sociedade, num espaço em que diferentes setores da sociedade poderiam apresentar suas reflexões e sugestões de ação, e não apenas uma iniciativa eclesial aberta a contribuições sociais.

O debate realizado revelou que as estratégias dos países dominantes estavam centradas na imposição aos países empobrecidos e em desenvolvimento de medidas que favoreciam o que se denominou neoliberalismo, centradas na diminuição da capacidade de investimento dos seus governos, na privatização de empresas e serviços públicos, na prioridade de manter em dia o pagamento dos custos da dívida pública; na verdade, na desindustrialização da economia, priorizando a exportação de commodities agrícolas, via reforço das empresas do agronegócio e da mineração. Já se sentia que as relações de trabalho caminhavam na direção da perda de garantias e proteção.

Creio que vale destacar a oportunidade criada com a criação de uma equipe de assessoria ao setor de pastorais sociais da CNBB com a missão de elaborar e publicar a análise da conjuntura anual. Os textos elaborados na década de 1990 prestaram o serviço de revelar o aprofundamento das

consequências do avanço da imposição das políticas restritivas neoliberais, junto com os passos dados na perspectiva da globalização da economia capitalista.

A percepção do avanço da precarização do trabalho e da exclusão social contribuiu para que a 2ª Semana Social Brasileira assumisse essa temática de forma propositiva: *Brasil: Alternativas e Protagonistas*. E sua organização deu um passo inovador: para que tivesse dimensão de reflexão crítica e de mobilização nacional, teve a duração de dois anos, 1993-1994.

Era essencial encarar a necessidade de não se deixar dominar pelas políticas antipopulares oficiais, definindo, a partir das iniciativas sociais, que caminhos alternativos poderiam e deveriam ser abertos para enfrentar a crescente exclusão social que se agravava a cada dia no campo e nas cidades. Além disso, dando-se conta das opções políticas e das práticas dos governos, a definição em relação a quem seriam os protagonistas se apresentou como desafio crucial. Lembro muito bem como foram intensos os debates sobre a possibilidade ou não de os *excluídos/as* serem sujeitos de sua própria libertação, ou mesmo parceiros ativos nas iniciativas que visavam à sua libertação. Para alguns dos participantes, e dos assessores, ainda estava em vigor o conceito, em geral mal interpretado, de *lumpemproletariado*, referido aos que, por estarem fora de relações de emprego, não teriam com condição de atuar como o operariado. Para outros, contudo, a exclusão social dos anos 1990 tinha características políticas e sociais diferentes das observadas no tempo de Marx, no século XIX e, além disso, indicava tendência de afetar a maioria da população, em especial mediante a precarização das relações de trabalho. Não nesse momento, mas não demorou muito a construção do conceito *preariado*, dando conta da massa de pessoas que precisavam outras mediações para identificar o grande capital transnacional, hegemônico pelo capital financeiro, como seu *inimigo principal*.

De toda forma, também a argumentação baseada na prática de Jesus de Nazaré, ele próprio um excluído que convivia e atraía para a sua causa da construção do Reino de Deus pessoas *mais excluídas* do que ele, predominou nos debates, abrindo caminhos para reforçar a atuação

junto com moradores/as de rua, desempregados/as, migrantes e outras categorias de excluídos precarizados. E foi tão vivo o debate e tão forte a decisão de contar com os excluídos/as, que serviu de referência para que a CNBB assumisse esta temática em sua Campanha da Fraternidade de 1995: *A Fraternidade e os Excluídos*.

Lembro também que uma colega da equipe nacional da Cáritas Brasileira, numa reunião em que dialogávamos sobre como dar continuidade ao rico processo provocado pela CF de 1995, apresentou a seguinte sugestão: por que não propomos a organização de um grito dos excluídos? Acolhida com simpatia, a sugestão virou proposta a ser apresentada a todas as pastorais sociais articuladas na CNBB: que no dia 7 de setembro seja organizado o Grito dos Excluídos, com o objetivo de chamar para o centro e dar a palavra aos próprios excluídos/as para denunciarem a situação em que viviam e para reivindicarem as mudanças necessárias para superar todas as formas de exclusão.

Foi tão significativa a mobilização do dia da independência de 1995 que sua avaliação abriu para a decisão de tornar permanente o Dia do Grito dos Excluídos, celebrado até hoje – em 2023, aconteceu o 29º Grito dos Excluídos: *you tem fome e sede de quê?*

Enfrentar a fome no Semiárido

Vi em alguns textos que a Articulação do Semiárido Brasileiro, ASA, seria um dos frutos da 2ª Semana Social Brasileira, mas isso não corresponde à história. Com certeza as pessoas e entidades que desencadearam o processo que resultou na criação da ASA tiveram como uma de suas motivações a rica reflexão e os encaminhamentos daquela Semana Social, mas a origem real é outra, que passarei a relatar como pessoa que teve o privilégio de participar na dinamização da Semana Social e da gestação e criação da ASA.

Para quem vive a espiritualidade bíblica, a parábola de que Deus se comunica até por meio da mula de Balaão revela que Ele está presente e

pode revelar sua vontade até através de eventos climáticos marcados por sofrimentos e mortes. Foi o caso da longa seca que atingiu a Caatinga semiárida de 1996 a 1998. Ante a fome que se alastrava, e a partir de proposta dos bispos do Nordeste, a CNBB mobilizou uma campanha de coleta de alimentos em âmbito nacional, e responsabilizou a Cáritas pela distribuição. Normal, dada a missão dela. Mas seus agentes nas dioceses e regionais da região semiárida levantaram um questionamento: deveremos ocupar-nos mais uma vez com a distribuição de alimentos, deixando de fazer o trabalho de conscientização e de apoio à organização para exigir políticas públicas? Diante disso, a equipe nacional sugeriu um modo diferente de agir, e isso foi fruto de longa reflexão.

Em primeiro lugar, foi decidido fazer parceria com o programa Alimento por Trabalho, da ONU, para completar as cestas que seriam distribuídas, e dela veio a proposta metodológica: cada equipe de Cáritas iria ao encontro das comunidades mais distantes, que não seriam atingidas por ajudas governamentais; dialogando com elas, seria decidido quais alimentos deveriam estar nessas cestas; no mesmo diálogo, seria proposto um cálculo e uma proposta: depois de chegar a um acordo em relação ao número de horas de trabalho correspondentes ao preço dos alimentos contidos nas cestas, planejar trabalhos coletivos, mutirões, em que as pessoas dedicariam esse montante de horas para dar início a alguma iniciativa que tivesse como objetivo diminuir as necessidades no próximo período de estiagens, algo normal numa região semiárida.

Com essa metodologia, que implicou, em alguns casos, a venda de produtos doados para, com o dinheiro, comprar no comércio de cada localidade os produtos escolhidos pela comunidade, foram distribuídas as muitas toneladas de alimentos doados. E o resultado, além do reforço à alimentação, foi surpreendente: depois que as chuvas voltaram, mais de 60% das comunidades deram continuidade às iniciativas que assumiram para diminuir os efeitos das secas que voltariam a acontecer.

Em relação aos doadores e às equipes de Cáritas, foi assumido outro compromisso por parte do nacional: passado o período da seca, realizar

parcerias com todas as pessoas e entidades que poderiam contribuir para definir que iniciativas deveriam ser realizadas de forma permanente visando aumentar a resiliência das famílias e comunidades nos períodos de estiagem. E foi fruto de uma série de pesquisas, contatos e seminários que se chegou à atividade paralela de entidades, movimentos e pastorais sociais durante a III Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação, realizada em novembro de 1999, em Recife, PE.

A confirmação de que a água de chuva era o segredo da convivência com o Semiárido brasileiro e de que, por isso, a estratégia essencial devia ser disseminar a capacidade de guardar água das chuvas para quando elas faltam; esta foi a conclusão prioritária deste encontro paralelo e alternativo – enquanto no evento da ONU continuaram com a equivocada prática de combate à seca, que, no Brasil e no mundo, serviu, na verdade, para o crescimento da indústria da seca, favorecendo os grandes proprietários e aumentando a miséria e a exploração da maioria da população.

A meta inicial estabelecida foi a construção de 1 milhão de cisternas caseiras. Essas cisternas já haviam sido estudadas antes desse encontro, tanto em relação ao material a ser usado, à quantidade de água necessária para garantir água de beber para uma família de seis pessoas por um longo período e à tecnologia de sua construção – e a prática estudada foi proposta por um sertanejo que aprendeu em São Paulo a construir piscinas para os ricos, e decidiu retornar à sua terra para repartir com seu povo esse conhecimento.

Mais um elemento que deve ser destacado: todo o processo, desde as visitas às famílias até a inauguração de um conjunto de cisternas de cada comunidade, deveria ser realizado com uma pedagogia participativa e de diálogo, em que se iria conhecendo melhor as características de solo e clima do semiárido e se iria compreendendo os motivos para a opção de construir uma cisterna em cada casa, colhendo a água das chuvas, cuidando de sua qualidade para ser potável. Isso com certeza, levou uma senhora a declarar que, para ela, a cisterna estava sendo um verdadeiro hospital: com a água limpa ela já não precisava correr aos hospitais com as crianças e os

idosos por causa de diarreias – e mais, para nossa alegria, teria tempo, a partir de então, para dedicar-se a melhorar a vida de sua comunidade.

Que beleza saber que a ASA conta com mais de três mil entidades envolvidas nesse caminho de resgate do Semiárido e de seus povos!

Que alegria poder destacar ainda que foi a transformação da vida a partir dessa medida aparentemente tão simples que levou um grupo de assessores a se reunirem para analisar a experiência chinesa de uma segunda cisterna em cada casa, agora voltada para a produção básica de alimentos. Tive novamente o privilégio de participar deste pequeno grupo e contribuir na elaboração da proposta de que a ASA iniciasse um projeto piloto: em 10 famílias de cada estado do Semiárido, construir, sempre num processo participativo, uma segunda cisterna, maior e sem a necessidade de todos os cuidados para a cisterna da água de beber, para servir de base para o cultivo de alimentos, garantindo abastecimento da família em período de estiagem. Diante dos frutos percebidos, isso foi incorporado à estratégia inicial, que virou Uma Terra e Duas Águas – P1+2. Como se percebe, foi explicitada também a conquista da terra, objetivo presente desde o início dessa mobilização.

Esse programa teve como objetivo mais amplo a promoção da cultura de convivência com o Semiárido, e para isso, foi sendo ampliado através de outras iniciativas, como a Educação Contextualizada, propondo processos educativos ligados às realidades locais, a Agricultura agroecológica, a Economia solidária. Mais recentemente, a partir de práticas desenvolvidas pelo CERSA, da Paraíba, com apoio do Fórum Mudanças Climáticas e Justiça Socioambiental, foi incorporada a Economia Solar, por meio da instalação participativa de produção de energia fotovoltaica nos telhados e seu uso na vida familiar, nas escolas e em apoio a iniciativas econômicas.

Em sua pesquisa publicada no livro *Outro Sertão – Fronteiras da Convivência com o Semiárido*¹⁰, a Profª Mariana Moreira Neto demonstrou que esse conjunto de iniciativas criou o Semiárido como lugar de vida. Antes dele, era como um não lugar para a vida, vítima das secas, confirmado igual-

10 - Ed. Fundação Joaquim Nabuco / Editora Massangana, PE, 2013.

mente com as políticas públicas voltadas para o combate à seca. Num semiárido, não se combate a seca, por ser estrutural; o correto é conviver com as secas, como parte constitutiva da convivência com o Semiárido.

Que vivam por muito tempo os povos do Semiárido brasileiro!

Criar um Fundo de Solidariedade brasileiro

No mesmo período em que foi nascendo a ASA como articulação dinamizadora da convivência com o Semiárido, a Cáritas Brasileira desencadeou outro processo que tem a ver com o enfrentamento da fome e suas causas: a constituição de um Fundo de Solidariedade brasileiro. Relato em seguida os principais passos dados.

Na origem desse processo estiveram avisos dos organismos de solidariedade internacional da Igreja Católica de diversos países europeus que viabilizavam financeiramente os trabalhos da Cáritas, das pastorais sociais e de outras iniciativas sociais em nosso país: *dentro de poucos anos haverá menos recursos de apoio para o Brasil; por isso, será vital que se organizem para gerar pelo menos parte deles no próprio país.*

A Cáritas, na qual já atuava há alguns anos, decidiu levar a sério esses avisos, e abriu um debate geral sobre o que seria possível implementar. A proposta que se consolidou foi a de organizar uma campanha nacional com o objetivo de ir constituindo um Fundo Nacional de Solidariedade, aberto ao apoio de iniciativas sociais de pastorais e movimentos sociais por meio da apresentação de projetos. O reconhecimento e apoio da CNBB se apresentou como passo indispensável, e por isso, todas as etapas de sua construção foram apresentadas em reuniões conjuntas das pastorais sociais.

Retomando a história, o grupo da Cáritas que assumiu a tarefa, do qual fiz parte, deu-se conta que a Campanha da Fraternidade teve início no Nordeste, tendo como objetivo viabilizar práticas sociais da Cáritas junto a comunidades carentes. Em pouco tempo, porém, essa prática foi incorporada à CNBB com a perspectiva de tornar-se uma campanha nacional, com participação de todas as dioceses. Era de se esperar que um

dos frutos fosse a constituição de um fundo nacional de apoio a práticas sociais, mas a prioridade assumida foi a de realizar campanhas educativas e motivacionais, esperando como resposta práticas pessoais, locais e diocesanas sem depender de apoios nacionais. Como isso não foi acompanhado por avaliações permanentes, as doações terminaram sendo usadas para diferentes finalidades e sem prestar contas aos doadores.

Tendo presente que a CNBB já tinha longa história da CF, a primeira decisão foi a de organizar uma campanha nacional específica no período do Natal visando à criação do Fundo de Solidariedade. E para isso foram dados dois passos:

O primeiro foi o de ir ao encontro das equipes responsáveis pelas campanhas realizadas na Europa para conhecer de forma direta a sua experiência de décadas. A opção foi viajar com mais tempo à França, por considerar que possivelmente sua metodologia seria mais adequada ao que se apresentava como possível no Brasil. Foi lá que, com curiosidade e humildade, colhemos indicações em relação ao material necessário e às estratégias de comunicação e de dinamização de uma campanha com objetivo de doações solidárias.

Uma vez desenhadas as grandes linhas da campanha que se desejava implementar, o passo seguinte foi apresentar a proposta à direção da CNBB, desejando contribuições e seu apoio para dinamizarmos a campanha em todas as dioceses. Foi aí que soubemos que a CNBB estava dialogando sobre as campanhas nacionais, e já havia um consenso de que ela deveria realizar somente duas campanhas nacionais, uma para promover a solidariedade e outra para apoiar os trabalhos pastorais. Mas como ainda não havia propostas concretas, a sugestão a ser submetida à plenária da Assembleia Geral foi essa: que a Campanha da Fraternidade assumisse a proposta elaborada pela Cáritas para o período do Natal, assumindo o caráter de estímulo à constituição do Fundo Nacional de Solidariedade junto com sua dimensão educativa e motivacional ligada à Páscoa, e que fosse criada uma Campanha de apoio aos trabalhos pastorais no período do Natal.

Essa proposta foi aprovada, e a partir daí, além de continuarmos

com os desafios de trabalhar as mudanças da CF, aceitamos o convite de participar da comissão que desenhou a nova campanha.

O envolvimento do conjunto das pastorais sociais na dinamização das mudanças foi mais difícil do que se imaginava. A tendência maior foi a de desejar boa sorte à Cáritas, esperando contar com apoios do Fundo através de projetos. E isso tem a ver, provavelmente, com a relativa lentidão com que a proposta de viver a Páscoa com apoios solidários a iniciativas sociais foi sendo assumida. Mesmo com a destinação de 60% das doações em cada diocese a uma gestão local, e 40% a uma gestão nacional, nem todas as paróquias e dioceses apostaram nessa prática solidária.

Uma das recomendações dos amigos/as da França para alcançar a consolidação e o aumento das doações recebidas foi o cuidado com a credibilidade. De pouco ou nada ajuda a motivação, se os doadores não se sentirem seguros do bom e fiel uso dos recursos. E isso só se alcança com uma cuidadosa e pública prestação de contas, junto com informações concretas sobre os frutos alcançados nas iniciativas apoiadas. Por isso, foi com esse objetivo que a Cáritas assumiu, durante anos, a tarefa da gestão do Fundo criado. E as avaliações confirmaram que as doações aumentaram nas dioceses e localidades em que se cuidou dessa comunicação com os doadores.

Com certeza, se o envolvimento nas iniciativas de mobilização da campanha, sempre com dimensão educativa e motivadora, bem como a de difusão de notícias sobre as iniciativas sociais apoiadas em cada ano e da prestação de contas, fosse mais amplo, alegre e esperançoso, teríamos um Fundo de Solidariedade mais significativo e sempre em crescimento. Nosso povo é solidário, e só precisa ser motivado para contribuir.

Outra sugestão recebida foi a de que se procurasse alcançar outros possíveis doadores através de correspondência, com envio de material informativo e motivacional junto com o convite à prática coletiva de solidariedade. Infelizmente, a sugestão de que se abrisse esta forma de comunicação visando especialmente alcançar as pessoas e famílias católicas que, por diferentes motivos, poucas vezes participavam das missas dominicais, não

foi implementada. É possível que esse gesto de ir ao seu encontro com um convite para a prática essencial do seguimento de Jesus de Nazaré, o amor com solidariedade, teria sido acolhido por muitas pessoas.

Por outro lado, a falta de uma real unidade entre as redes de televisão e rádio católicas a partir da CNBB enfraqueceu e tornou ineficazes os esforços feitos no sentido de promover programas nacionais e shows de estímulo à solidariedade, com participação e apoio de artistas e comunicadores sociais.

O insistente convite e repetidas práticas do Papa Francisco em favor de uma “Igreja em saída”, indo ao encontro de Deus presente nas pessoas excluídas e marginalizadas, e em favor da prática da “sinodalidade”, provocarão o aumento da prática de caminhar juntos, superando o fechamento em paróquias, dioceses, emissoras de tv e de rádio? Se isso acontecer, por graça de Deus, com certeza o Fundo Nacional de Solidariedade será mais significativo, e o amor solidário, multiplicado por ele, tornará mais concreta e transparente a vivência do mistério da ressurreição de Jesus de Nazaré, essencial na celebração da Páscoa.

Realizar um Jubileu

Já lembramos que a Semana Social Brasileira – SSB, sobre a exclusão abriu caminho para a Campanha da Fraternidade de 1995 sobre Fraternidade e Exclusão, e que, somando-se a ela, deu origem ao Grito dos Excluídos. Veremos, agora, que a 3ª Semana Social deu origem a outra articulação significativa, a Rede Jubileu, e mais ainda, a dois Plebiscitos Populares, um sobre a Dívida Externa e o segundo sobre a proposta da ALCA – Área de Livre Comércio das Américas.

Esta SSB nasceu da convocação internacional feita pelo Papa João Paulo II visando à preparação e à celebração da passagem para o terceiro milênio. Ele propôs que fosse celebrado um Jubileu, inspirado na prática do povo da Primeira Aliança, que o realizava a cada cinquenta anos. Na verdade, este povo era convocado a realizar práticas de jubileu todo o

tempo: a cada semana, no sétimo dia, Dia do Senhor; a cada ano, quando houvesse situações sociais que *não agradavam ao Senhor*; a cada sete anos, se as infidelidades à Aliança ferissem direitos dos irmãos e irmãs; finalmente, a cada cinquenta anos, com exigências maiores, sempre em vista de resgatar quem estivesse em situação de servidão, injustiça, recriando a igualdade de base constitutiva de Povo da Aliança. E o motivo para implementar tudo isso era a consciência de que *isso agrada ao Senhor*. Quem desejar pode ler o capítulo 25 do Levítico.

A proposta, aprovada num amplo encontro de representantes de pastorais e movimentos sociais populares, foi a de realizar uma longa caminhada de Jubileu, destinando três anos a esse processo de reconhecimento das injustiças e desigualdades, de valorização das iniciativas que as enfrentavam, de denúncia das suas causas estruturais existentes na sociedade brasileira, de definição e luta em favor de políticas públicas promotoras de uma sociedade em que todas as pessoas vivessem com dignidade e com seus direitos garantidos.

Ela foi realizada nos anos 1997 a 1999, e seu tema gerador foi *Resgate das Dívidas Sociais: justiça e solidariedade na construção de uma sociedade democrática*. A dívida externa entrou no debate como sendo uma das causas da alegada falta de recursos para garantir os direitos de todas as pessoas. E na perspectiva do Jubileu, foi se firmando a proposta do cancelamento dessa dívida, a partir de uma auditoria pública que definisse o que havia de justo e de injusto em sua origem, gestão e composição.

Com o objetivo de aprofundar o conhecimento sobre a dívida externa e sua relação com as dívidas sociais que afetam a vida cotidiana da população, foi realizado em 1998, em Brasília, um Simpósio da Dívida. Nele, uma das decisões de continuidade foi a de realizar em 1999 um Tribunal da Dívida Externa. Foi um evento significativo: com duração de três dias. O Teatro João Caetano do Rio de Janeiro, sempre lotado, contando com delegações de diferentes regiões, as acusações apresentadas foram contundentes e levaram o Juri ético a condenar a Dívida Externa Brasileira.

Na avaliação do rico processo de mobilização local, regional e nacional dessa Semana Social Brasileira, entre outras propostas de continuidade, surgiu a da realização de um Plebiscito Popular sobre a dívida externa. A inspiração veio do México, dos povos originários articulados e mobilizados pelo Exército Zapatista de Libertação Nacional: entre muitas outras práticas, haviam realizado um Plebiscito Popular sobre os direitos indígenas em todo o país. O desafio foi assim formulado: como eles conseguiram, por que nós não seremos capazes de organizar uma ampla consulta popular?

Como no México, nada de iludir-se em relação à possibilidade de um plebiscito institucional, com poder supremo em sociedade democrática. Na verdade, o ponto realista de partida era exatamente o reconhecimento de que o Estado brasileiro estava comprometido com um endividamento em nada democrático, e por isso um plebiscito popular devia ser uma oportunidade de formação e de consciência cidadã, de mobilização para participar através de um voto que servia como julgamento moral do endividamento, mas uma prática que, na verdade, despertava o apetite pelo direito de consulta institucional ao povo para existir democracia real.

A decisão foi a de ampliar a consulta em relação à proposta, prevenindo outra reunião em que, uma vez eventualmente aprovada, seriam dados os primeiros passos de planejamento da aventura. Aventura mesmo, tanto pela coragem de organizar um processo de consulta tão amplo e sobre uma temática desconhecida pela população sem contar com recursos e com a máquina pública, como pelo ineditismo da forma de consulta, o plebiscito, previsto na Constituição, mas nunca levado à prática.

Ou melhor, raramente levado à prática, como foi o caso do proposto pelo Governo João Goulart, em 1962, possibilitando que a cidadania decidisse entre continuar com o parlamentarismo introduzido pelo Congresso Nacional, ou retornar ao Presidencialismo pleno. Entendendo que o parlamentarismo introduzido tinha evidentes objetivos oportunistas e golpistas, votei em favor do retorno ao presidencialismo, e essa foi minha primeira e única experiência de participante do poder popular soberano, que devol-

veu a Goulart o poder de ser presidente concedido a ele por voto popular, substituindo Jânio Quadros, cassado pelo Congresso Nacional.

É provável que a mobilização social educadora realizada por esse primeiro plebiscito, e pelo segundo, sobre a Área de Livre Comércio das Américas – ALCA, tenham sido as práticas mais criativas e amplas de geração de consciência e de experiência democrática. O Plebiscito Popular da Dívida Externa, realizado entre os dias 2 e 7 de setembro do ano 2000, contou com mais de 50 mil urnas em cerca de 3 mil municípios, e o apoio de 100 mil voluntários. Foram 5.666.857 votantes livres – 5,38% dos eleitores da época – e mais de 90% deles votaram pelo “não” ao pagamento da dívida externa e interna. Ao contrário dos que se opuseram à consulta, como o então ministro da Fazenda Pedro Malan, não se tratava de calote, e sim de cancelamento delas após a realização de auditorias, que comprovariam as pesquisas feitas pelos organizadores do Plebiscito: a existência de injustiças e roubos em sua composição e, mesmo assim, o fato de que elas já tinham sido pagas, e que, por isso, o Brasil já era credor e não devedor.

Já o segundo, sobre a Área de Livre Comércio das Américas – ALCA, e a Base de Alcântara, MA, desejada pelos Estados Unidos – foi realizado nos dias 1º a 7 de setembro de 2002, em 3.894 municípios, com 10.149.542 votantes. Desse total, 98% disseram “não” à assinatura do acordo da ALCA, defendido pelos Estados Unidos; 96% defenderam que o governo brasileiro suspendesse as negociações para a formação do bloco; e 99% disseram “não” à entrega da Base de Alcântara aos Estados Unidos.

Como no primeiro caso, o plebiscito foi organizado por mais de 60 entidades, entre elas a CNBB, a CUT, a UNE, o MST. Foi isso que possibilitou a dimensão nacional alcançada. Prevendo que seria muito difícil conquistar a auditoria oficial, foi criada a Rede Jubileu, uma articulação com a tarefa de manter viva a articulação construída, atualizar as informações e viabilizar novas iniciativas. Ela está viva e atuante até os dias atuais, já que, mesmo com o surgimento de uma articulação que luta especificamente pela Auditoria da Dívida, essa é uma prática que todos os governos

que se sucederam a partir de 2002, especialmente os comandados pelo PT, continuam em débito com a democracia e o povo brasileiro.

Caminho se faz caminhando

Confesso que ainda hoje me emociono ao relembrar e relatar o que conseguimos realizar na virada do milênio. Vencemos, em diversos momentos, o sentimento de que seria impossível. Isso vale em relação à decisão inovadora de realizar semanas sociais com duração de dois e três anos, por exemplo, prazo sentido como necessário para desenvolver processos participativos descentralizados, reconhecendo de forma efetiva a grande extensão e a diversidade constitutiva do Brasil. Vale igualmente em relação à conquista de que as semanas sociais não fossem apenas iniciativas eclesiais, para as quais se convidaria movimentos sociais, e sim, desde o começo, iniciativas efetivamente abertas de diálogo entre iniciativas eclesiais e de movimentos sociais desejosos de construir uma sociedade que fosse superando as discriminações, as injustas condições de vida e de trabalho, a concentração da terra, da renda, da riqueza, ao lado da miséria e da fome da maioria, uma sociedade com democracia real, em que o poder popular pudesse definir também qual política econômica garantiria qualidade de vida para todas as pessoas, comunidades e povos. Essa foi uma experiência libertadora tanto para a Igreja como para os movimentos sociais.

A realização dos primeiros plebiscitos populares rompeu a força paralisante dos argumentos negativos em relação à capacidade de iniciativa da sociedade civil, e rompeu também os preconceitos em relação à capacidade do povo de apropriar-se de conhecimentos e capacidade de julgamento de práticas secularmente mantidas como campo exclusivo dos senhores do conhecimento, como os processos de endividamento público e propostas de alianças “econômicas” como a ALCA. E isso foi realizado sem grandes apoios financeiros e nenhuma participação das instituições públicas.

Mesmo sabendo que o Partido dos Trabalhadores mantinha, até esse período, seu elã organizativo a partir das bases, e isso foi essencial para a eleição de Lula em 2002, creio que as iniciativas relatadas, mesmo não sendo partidárias nem eleitorais, deram uma contribuição significativa para que a cidadania se sentisse confiante em dar esse passo político. Isso pode ser medido, por exemplo, no fato de que o presidente Lula autorizou o Congresso Nacional a congelar a proposta da ALCA, que estava para ser votada por iniciativa do governo neoliberal que o antecedeu, e ela foi definitivamente engavetada. Mas, ao mesmo tempo, é preciso lastimar a insensibilidade desse novo governo em relação à necessidade histórica de uma auditoria pública e institucional da Dívida Externa e Interna, dando fim à sangria constante de recursos absolutamente necessários à construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

De toda forma, o grito dos/as excluídos/as foi acolhido por Lula antes da eleição, e o atendimento a ele foi sendo dado na elaboração da proposta de uma política pública de combate à fome, intitulada Fome Zero, e na qual atuei como membro da Equipe de Mobilização Social, como relatarei em outro capítulo.



11

ANJOS E ANJAS DE MINHA VIDA

Os anjos e anjas são enviados de Deus para cuidar dos filhos e filhas, para ajudá-los a descobrir a sua vontade, para defendê-los nos perigos. Conteí com a companhia de muitos deles, alguns já destacados no relato sobre os passos dados a partir do casamento. Tomaram formas de mulheres e homens, porque, como se lembra, anjo não tem corpo, é espírito. Relatarei em seguida algumas dessas presenças misteriosas, que não encontram outra explicação do que o cuidado amoroso de Deus.

Defendido da UDR

Foi em 1986, no primeiro ano da que foi denominada “nova república”, no governo eleito indiretamente, pelo Congresso Nacional, comandado pelo que havia presidido o partido de sustentação da longa ditadura, José Sarney, por causa da morte do que havia sido eleito para o cargo, Tancredo Neves. Não fomos apenas derrotados no movimento Diretas Já. Os deputados e senadores eleitos nos tempos da ditadura elegeram Tancredo e seu vice Sarney como parte da decisão principal e que revela o que significa a tradicional política de acordos por cima, entre as elites: reconheceram que os militares, todos eles, mesmo os tortura-

dores, tinham direito à anistia, e não apenas as pessoas que haviam sido perseguidas, exiladas e mortas pela ditadura. Isto é, o que os militares fizeram não seria julgado nunca, já que a anistia era como que o reconhecimento de que não praticaram nenhum crime, e sim que teriam agido em defesa da pátria.

Mesmo assim, as mobilizações dos movimentos sociais nas Diretas Já tinham apresentado suas propostas de políticas sociais que o governo eleito diretamente pelo povo deveria assumir e colocar em prática, e por isso, independentemente de Sarney, o governo planejado por Tancredo havia decidido realizar a reforma agrária, e para isso, foi criado o Ministério da Reforma Agrária. Só que os grandes proprietários e grileiros, sentindo que não contariam mais com a proteção da ditadura militar, decidiram retomar a defesa das propriedades e grilagens por conta própria e impedir a reforma agrária. Criaram a União Democrática Ruralista, UDR.

Impedir a desapropriação das imensas propriedades improdutivas, tradicionalmente chamadas de latifúndios, seria medida essencial para garantir que o país continuaria democrático. Como assim? Democracia não seria governo do povo em favor dele próprio, e por isso a possibilidade e garantia de acesso geral à terra não seria prática que tornaria real a democracia?

Para os senhores das grandes propriedades e terras griladas cercadas, não. Para eles, bem como para as demais elites brasileiras, defender a sua liberdade de se apropriar de toda terra que conseguissem seria algo igual a defender a liberdade, base da democracia. Fruto disso, o liberalismo brasileiro sempre foi e continua conservador, favorável aos ritos democráticos desde que esteja garantido o seu controle sobre eles, e sempre usam e abusam de seu poder econômico e o senhorio sobre a quase totalidade das terras para comandar diretamente ou controlar os governos de plantão.

Pois bem, a intervenção do anjo que salvou minha vida se deu na cidade de Goiânia, no final de um debate organizado num encontro de economistas. A temática era justamente a reforma agrária, a viabilidade

de sua implementação pelo governo da “nova república”. Na mesa de expositores estavam o Secretário do Ministério da Reforma Agrária, um representante do INCRA, representante da Federação do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Goiás, e eu, representando a Comissão Pastoral da Terra.

Ao sentar-me à mesa como expositor, percebi que o auditório estava lotado, com algo próximo de 300 pessoas. Dei-me conta da presença de Ronaldo Caiado, nada difícil, dada sua estatura e trejeitos, mas não conhecia os que ocuparam as primeiras fileiras junto com ele com antecedência. Estavam nervosos, e cada vez mais agitados durante as falas dos expositores, e eu me perguntei: qual será a estratégia deles nessa noite?

De minha parte, procurei fundamentar a exposição com dados científicos e documentos, especialmente em relação às práticas de violência na luta pela terra. E defendi, claro, a reforma agrária como medida democratizadora e multiplicadora de oportunidades de geração de renda para milhões de famílias.

O objetivo da presença desses organizadores da UDR foi explicitado quando o coordenador do debate abriu a palavra aos participantes. Creio que apenas um ou dois economistas tiveram espaço para apresentar suas perguntas, pois os membros da UDR, a começar por Caiado, se inscreveram durante as exposições. E cada um deles, com vozes e gestos ameaçadores, fizeram acusações e, quando tomavam a forma de perguntas, era para que nós, os expositores, nos defendêssemos das provas de que não passávamos de comunistas ou ingênuos colaboradores deles na estratégia de negar o direito à propriedade privada, de tornar toda a terra propriedade do governo, seguindo as cartilhas da Rússia e de Cuba.

Respondemos com cuidado, no pouco tempo que restou depois de seus discursos acusatórios. Temi pela minha vida, já que a CPT, para eles, por sua vinculação com a Igreja inspirada pela Teologia da Libertação, não passava de braço da revolução comunista no Brasil. Foram muitas as ameaças e avisos de que não duvidariam em usar armas para defender o que para eles era sua liberdade: as propriedades.

No final, já no início da madrugada, dei-me conta de que os dois colegas da CPT que presenciaram a refrega, cansados ou enojados, tinham ido embora. Estava só. Meu carro estava estacionado um bocado distante, e eu decidi ir caminhando na direção dele com todos os meus sentidos em alerta – com dez olhos bem abertos, se costumava dizer.

Quando fiz o movimento para destrancar a porta, me sentindo um sobrevivente, ouvi uma voz masculina: “o senhor é Ivo Poletto?” Escondendo o terror, pois sabia que matadores contratados não gostavam de executar pelas costas, virei-me lentamente, achando que minha hora havia chegado, e disse: “sou, sim senhor”. E ele: “como o senhor é da CPT, preciso falar com o senhor sobre o conflito que está ameaçando a nossa comunidade. É possível?” Eu, tremendo, mas com um fiapo de esperança: “pois não, amigo, mas não agora, pois estou muito cansado; o senhor sabe onde fica a CPT, atrás da catedral? O senhor poderia ir lá amanhã, e lá conversamos sobre o que aflige sua comunidade?” Ele, tranquilo: “sim, poço; deixamos para amanhã, então; boa noite!”

O meu boa noite foi descarga de tensão, fonte de alívio e agradecimento. Chorei muito no caminho para casa. Agradei a Deus pela vida preservada. E me perguntei: quem será esse homem que, sabendo ou sem saber, protegeu minha vida?

O mistério se aprofundou e, em parte, se revelou quando me dei conta que esse estranho senhor não apareceu na manhã seguinte, nem nos dias seguintes. Narrei aos amigos e amigas da equipe nacional o que tinha acontecido, e combinamos que colegas não deveriam deixar o amigo sozinho em ambiente tão ameaçador. E celebramos o carinho de Deus presente neste anjo que salvou minha vida.

Um anjo pastor evangélico

Lá fui eu mais uma vez ao então “norte de Goiás”. Missão: reforçar o grupo de agentes de CPT que se reuniria na cidade hoje denominada Colinas do Tocantins. De ônibus, claro, e pela estrada ainda sem asfalto.

Atrasos eram praticamente a regra. Nessa viagem, não lembro o motivo, chegamos entre 3 e 4 horas da madrugada. Escuridão total, um breu. A pequena rodoviária estava iluminada por um lampião. Diante da probabilidade de não encontrar o endereço e me perder, decidi sentar-me num banco e aguardar as luzes do sol.

Havia umas dez pessoas, quase todas bêbadas. Antes de sentir medo, contudo, não sei de onde saiu um senhor que se sentou ao meu lado. Saudou-me, e eu retribuí. Depois de um silêncio, perguntou: “o senhor está em alguma missão religiosa?” Respondi: “bem, não é propriamente religiosa, mas por que me pergunta isso?” E ele, com simpatia: “é que eu vi em seu semblante que o senhor é portador de uma missão, e esse foi o motivo que me levou a falar com o senhor”.

Agradei, surpreso com a referência ao que ele viu em meu semblante, e perguntei: “e o senhor, o que o leva a viajar por essa região?” A partir dessa pergunta, esse senhor abriu um diálogo que apressou a chegada do dia, tão interessante foi. Me disse que era pastor de uma pequena Igreja, e ele estava indo visitar algumas novas comunidades que estavam nascendo em vilas próximas à rodovia Belém-Brasília. E aí entrou numa apresentação encantadora de Jesus de Nazaré, e acolheu com extrema simpatia comentários e complementações que eu ia fazendo ao seu relato.

Nunca esqueci esse encontro inesperado, que tornou leves as horas que poderiam ser de absoluta insegurança para mim, já que estava chegando para apoiar os posseiros em suas lutas pelo reconhecimento do direito às terras que cultivavam há muito anos, e estava numa das cidades organizadas a partir da grilagem dessas terras. Tinha consciência de que militantes de causas parecidas tinham desaparecido em viagens. E um dos dramas era o que dizer quando nos perguntavam sobre quem a gente era, de onde vinha e qual a finalidade da viagem.

O fato é que este pastor foi, para mim, um anjo de minha vida naquela madrugada.

Avisos de uma anja

Estávamos em agosto de 1987, no calor das práticas armadas da UDR em defesa de suas grandes propriedades como se fossem reinos intocáveis e pretensamente sagrados. Pe. Francisco Cavazzuti, por convicção própria e para seguir as orientações da diocese de Goiás, com seu bispo Dom Tomás Balduino, defendia o direito dos posseiros e dos sem-terra a um real processo de reforma agrária, cobrando dos governantes que colocassem em prática o que fora insistentemente proposto na grande mobilização das Diretas Já e já se fazia presente nos debates e propostas populares para a nova Constituição Federal.

Ao retornar ao carro para guardar os materiais usados na celebração eucarística na casa de uma família da paróquia de Mossâmedes, foi surpreendido por um bandido e alvejado com tiros de espingarda. Socorrido imediatamente e levado ao hospital de Mossâmedes, os médicos, diante da gravidade dos ferimentos, sugeriram que fosse transferido para Goiânia, em busca de melhores recursos.

Foi em Goiânia que entrei nessa história, acolhendo Pe. Francisco, trazido de Mossâmedes por um jovem, Donizete, e encaminhando sua hospitalização, com apoio de Antônio Moura, jornalista do secretariado nacional da CPT. Chamados pela equipe médica, Antônio e eu tivemos que decidir com eles a opção a ser assumida. Como havia diversos chumbos espalhados pelo cérebro, a decisão foi limitar a cirurgia à retirada de dois deles, por terem causado hemorragia, deixando os demais onde se encontravam para evitar a morte que sua retirada provocaria.

Noite em claro, torcendo com esperança de que a habilidade dos médicos mantivesse Francisco vivo. Mais ainda, assinando um cheque-caução de valor altíssimo, impossível de ser pago por mim, para que o hospital aceitasse a internação e a operação do cérebro.

Mais um detalhe, trágico: na avaliação da primeira equipe médica, os dois olhos estavam quase destroçados, indicando provável cegueira, mas havia, talvez, a possibilidade de que um deles pudesse ser salvo. Para

isso, sugeriram que buscássemos algum especialista, a começar do médico que o hospital costumava contar. Fizemos isso com insistência, mas este médico demorou demais a dar sinal, e no fim comunicar que não assumiria o desafio. Soubemos depois que ele, na verdade, teria sido induzido por pessoas próximas de quem havia contratado o atirador a não se envolver no caso.

Quando conseguimos que outro médico da área aceitasse verificar a possibilidade de fazer algo para evitar a cegueira, examinou Francisco e nos disse que não havia mais nada a ser feito. E que, talvez, se o atendimento tivesse sido imediato, poderia ter sido possível evitar o pior.

Feita a cirurgia e Francisco vivo na UTI, o dia clareou, e foi aí que surgiu um imprevisto: ninguém localizava Dom Tomás, a quem caberia, evidentemente, o posicionamento público da diocese em relação à tentativa de assassinato. Ele havia decidido aceitar a internação hospitalar para a realização de uma pequena intervenção cirúrgica num de seus olhos. E aí, em sua ausência, coube-me a responsabilidade de atender a imprensa, transmitindo informações e, ao responder perguntas insistentes sobre o que teria levado alguém a essa violência, ir delineando o posicionamento de denúncia da diocese contra os que já faziam ameaças há mais tempo por causa das opções pastorais em defesa dos direitos das pessoas, de modo especial dos camponeses.

Para que fique clara a intensão dos responsáveis pelo ocorrido, tivemos que exigir proteção policial a partir do dia seguinte, e o fizemos por termos sido avisados de que haveria invasão do hospital para “completar o serviço”. E como a melhor defesa, nesses casos, é o ataque, assumi novamente a missão de chamar a imprensa e tornar pública a ameaça. Junto com isso, montamos um serviço de guarda por nossa responsabilidade, evitando que algum dos policiais pudesse ser corrompido, conscientes de que o próprio governo do estado era duramente crítico em relação ao posicionamento e às práticas da diocese de Goiás.

Logo que a equipe médica deu sinal de que Francisco não correria risco de vida para ser transferido do hospital, organizamos um processo

seguro de ida ao aeroporto para ser levado a São Paulo. Em vista da segurança, passamos à imprensa uma informação, mas Francisco foi a outro hospital de confiança para completar o tratamento. E logo que foi possível, os familiares, que vieram ao seu encontro, o levaram à Itália.

Entre todas as dores físicas e emocionais causadas, a cegueira foi certamente a mais intensa. Tanto que buscamos todo tipo de alternativa possível, até mesmo a possibilidade de visão artificial, mas nada conseguimos. E ele, Francisco, se tornou o cego com maior capacidade de ver, como o elogiava Dom Tomás ao reconhecer suas contribuições em relação à realidade da vida do povo, às causas de seus sofrimentos, ao que devia ser feito para avançar na reforma agrária, na democratização real do país, na construção de sociedades justas e fraternas.

Para tortura de seus algozes, Francisco continuou vivo, e sua cegueira se tornou uma denúncia viva de suas práticas contra os direitos do povo.

Se, de alguma forma, Deus me fez anjo da vida de Francisco, o que desejo relatar em relação aos anjos e anjas de minha vida é o que segue.

Em determinado momento de todo esse turbilhão violento, antes ainda de Dom Tomás ter tido condições de assumir a coordenação do posicionamento público da diocese, uma irmã de congregação religiosa me pediu para dialogar com ela. Aceitei, claro, curioso por saber o que ela teria de tão urgente. E ela, pedindo que não questionasse sua experiência de ser alguém que sentia o que iria acontecer a outra pessoa, e sempre acontecia, se sentiu na obrigação de me prevenir do seguinte: alguém está encarregado de atingi-lo gravemente, e o fará quando você se deslocar pelos caminhos que costuma fazer; por isso, ou mude daqui, ou não ande sozinho e pelos caminhos costumeiros. Pedi mil desculpas, mas insisti, emocionada, que não queria carregar com ela a culpa de não me ter prevenido do que ela sentia que iria acontecer comigo.

Entendi o aviso, e tinha experiências para saber que isso era algo plausível, especialmente por ser agente da CPT e pelas denúncias de que tinha sido porta-voz. Mas não saberia avaliar se esse tipo de capacidade de sentir o que aconteceria, comprovando-se que se confirmava, como ela referiu

em relação à culpa que sentia por não ter prevenido outras pessoas, seria algo explicável. Mas como ensina a sabedoria popular, num caso como esse “é melhor não pagar para ver”, decidi agir seguindo sua orientação.

Não mudei para outra localidade ou região, como já havia feito para evitar a efetivação de ameaças de prisão. Mas, mesmo com grande dificuldade, solicitei imediata reunião da equipe da diocese de Goiás e, já com a presença de Dom Tomás, repassei a todos e todas o alerta recebido e a decisão de levá-lo a sério, e para isso, seria necessário que o bispo e outros/as companheiros assumissem as responsabilidades de atendimento à imprensa e a outros eventos públicos, para que pudesse sumir por um tempo. O mais difícil foi a estratégia para deslocar-me de casa para a Universidade Federal de Goiás, uma vez que estava lecionando nesse ano como professor substituto. Alguns colegas entenderam e aceitaram dividir entre eles a oferta de carona, mudando sempre o trajeto de ida e volta. Depois de alguns meses, fui relaxando o cuidado extremo e voltei a deslocar-me por conta própria, sem repetir caminhos, contudo.

Como nada aconteceu, em lugar de alimentar dúvidas sobre o dom especial dessa irmã de caminhada, agradei muito a ela e a Deus, que a enviou como anja de minha vida, com toda certeza.

Anjos episcopais

Como o autor ou autores do livro do Apocalipse deram avisos, elogios e advertências aos “anjos” responsáveis por diversas igrejas então existentes, sinto a necessidade de reconhecer que diversos bispos de igrejas atuais foram anjos de minha vida – e de muitas vidas, na verdade. Destaco apenas um, Dom Tomás Balduino, mas nele reconheço Dom Benedito Zorzi, Dom Fernando Gomes, Dom Moacyr Grechi, Dom Demétrio Valentini, Dom Eduardo Marskell e outros que foram igualmente anjos de minha vida.

Dom Tomás Balduino foi quem mais marcou minha vida, acolhendo-me e se relacionando comigo até que estive entre nós como um colaborador amigo. Desde o início da parceria, em 1972, apoiou meu desejo

de viver com o povo da região que desconhecia, aprendendo a falar o português com jeito mineiro e goiano, captando seus anseios em relação a todas as dimensões da vida, reconhecendo a sua religiosidade. Foi assim que ensaiei os primeiros passos de transição para uma visão e desejo de ser brasileiro, dando passos de libertação das marcas tradicionalistas da cultura e religião gaúcha e europeia-italiana em que nasci e vivi.

Apaixonado seguidor de Jesus de Nazaré, o Tomás que conheci foi um autêntico anjo da Igreja de Goiás, provocando a contribuição de mulheres e homens das diversas comunidades existentes, bem como das pessoas que atraía por serem educadores/as populares e presbíteros, na busca das melhores práticas da renovação sugerida e provocada pelo Concílio Vaticano II e pela Conferência de Medellín. Nunca deixou de lado a tradição paroquial, mas estimulou o nascimento de Grupos do Evangelho – que viriam a ser denominados Comunidades Eclesiais de Base –, a multiplicação de processos de formação de pessoas para as diferentes necessidades eclesiais, estimulando sempre a relação com as necessidades concretas da vida do povo e, para isso, o estímulo para a constituição de formas organizativas populares, fossem associações, cooperativas, sindicatos, partidos políticos.

Com a ação do Espírito e a criatividade eclesial, a Igreja de Goiás foi se tornando assemblear, tendo em Tomás o bispo da consulta, da pesquisa, da escuta, e na participação igualitária o local da definição dos caminhos a serem implementados.

Sempre questioneei a organização da Igreja em dioceses e paróquias, vendo nessa tradição a dependência de um passado de convivência com a estrutura do poder imperial romano, inexistente no tempo atual, apesar do atraso da prática da democracia. A proposta de que os presbíteros e outros/as membros das equipes paroquiais passassem a atuar em regiões com características sociopolíticas semelhantes, articulando efetivamente diversas paróquias, possibilitando que cada pessoa pudesse contribuir com o que se sentia preparado, foi apoiada integralmente por Tomás depois de ter sido pauta de diálogo e de decisões em âmbito diocesano.

Com isso, em lugar do “sabe e faz tudo” típico do sistema paroquial, abria-se a perspectiva de trabalho em equipe, deixando de lado o poder exercido por cada pároco, tendo como critério que cada participante pudesse dar sua contribuição à prática comum a partir do que mais gostava e se sentia preparado.

Essas mudanças, levadas à prática no município e região em que vivi e atuei, geraram tensões com quem preferia manter-se aferrado às formas tradicionais de organização eclesial, e especialmente com as elites econômicas que tinham nas práticas religiosas tradicionais, especialmente as festas de padroeiros e a celebração diferenciada do casamento, uma das bases de sua dominação política. Para essas pessoas, multiplicar espaços de formação e de participação era algo ameaçador ao seu domínio, e para ser combatido, era associado a um caminho que levaria ao comunismo.

Pois bem, foi justamente quando eu e meu colega presbítero fomos expulsos pelas elites de Itapuranga que Tomás confirmou ser um anjo fiel de nossas vidas. Ajudou-nos a não desanimar, a perceber nessa prática a possibilidade de passos de libertação do povo local, a buscar formas de continuar presentes e a serviço do povo até mesmo com a igreja matriz fechada – como aconteceu por meses, depois de Tomás tentar um diálogo com os que haviam praticado a violência não apenas contra os dois presbíteros, e sim contra toda a diocese de Goiás. Defendeu nossa vida e confirmou a missão.

Tomás foi anjo em todos os demais passos de minha vida, já relatados. Abriu oportunidade para colocar a serviço da causa dos povos indígenas a experiência pedagógica e pastoral de Goiás e a capacidade de estimular a análise crítica da sociedade brasileira, convidando-nos para assessorar a renovação do CIMI com a criação de regionais de agentes pastorais atuando junto às comunidades indígenas. Ele foi o anjo que abriu meu coração para a riqueza das culturas e religiões dos diferentes povos indígenas, até então desconhecidas por mim.

Apoiou e foi fiel cuidador de minha vida no trabalho da CPT, especialmente nos anos iniciais. Acompanhou com criatividade o crescimento

da missão da CPT, ajudando a revelar o sentido espiritual e teológico do estar com as comunidades em luta pela democratização da propriedade e da relação com a Terra. Fez parte disso a sua decisão de convidar a comunidade beneditina de Curitiba a viver em Goiás, fato que abriu a entrada de Marcelo Barros na CPT e de sua contribuição ao aprofundamento da espiritualidade e teologia da Terra.

Na medida em que apareciam novas vocações, como a de contribuir na renovação da Cáritas Brasileira, a de contribuir com a mobilização da sociedade brasileira em favor do Fome Zero original, que se propunha ser um amplo processo de educação popular libertadora e transformadora, e a contribuir para que a Igreja e a sociedade levassem a sério os avisos proféticos dos povos indígenas, dos cientistas e da própria Terra em relação ao agravamento ameaçador do aquecimento e mudanças climáticas – Tomás sempre foi um anjo de minha vida, dialogando, inspirando e intercambiando conhecimentos e motivações para que em todos esses novos espaços eu continuasse fiel aos pobres, vendo em tudo novas dimensões do absolutamente necessário processo de libertação.

Obrigado, Tomás, bispo irmão e amigo, anjo de minha vida!

12

AMOR À TERRA MÃE E AO COSMOS

Que caminhos percorri até chegar à consciência e à decisão de ser provocador de iniciativas em favor do reconhecimento dos Direitos da Natureza, da Mãe Terra?

Trata-se de uma conversão, uma mudança profunda no modo de ser, de pensar, de sentir, de agir. E os mestres que me provocaram a dar passos nessa direção foram, sem a menor dúvida, os povos originários e as comunidades tradicionais. Foi deles o alerta de que a Terra é mãe da vida, é nossa Mãe, uma mãe que se comunica conosco, expressa sentimentos, nos mantém com amor, mas sofre com nossas agressões, quer nossa ajuda para recuperar seu equilíbrio vital, violentamente agredido pelas iniciativas que parte da humanidade teima em manter e multiplicar em nome de um crescimento econômico e de um consumismo sem fim.

Relatarei os passos mais recentes que dei, mas creio ser válido recuperar o que eu definiria como primeiras aproximações.

Havia, sem dúvida, uma relação de profundo respeito à terra nas práticas de agricultura na pequena “colônia” em que nasci e vivi meus primeiros anos, como já relatei. Mas a pequena área que foi quase doada aos imigrantes para que produzissem alimentos, foi incorporada culturalmente como propriedade, e isso serviu para esquecer que, an-

tes, éramos pobres sem-terra, como eram e continuam sendo milhões de trabalhadores do campo e milhões expulsos dele em nosso país. Associada à ideologia do trabalho, ela serviu de base para uma falsa consciência de superioridade e de muitos preconceitos em relação a pessoas e regiões do país. Como se percebe, o amor no cultivo do solo não foi suficiente para relativizar o antropocentrismo nem o eurocentrismo branco dominantes.

Inspiração bíblica

Nos progressivos passos dados na direção do acesso à leitura da Bíblia e da acolhida de suas mensagens em relação à Terra, vale destacar três movimentos: o início do Evangelho de João, o capítulo 8 da Carta aos Romanos, e as denúncias dos profetas populares.

No texto de João, já estimulado por escritos de Teilhard de Chardin, o que entrou em revisão foi o *no início*, em que já não seria nada fácil continuar achando que tudo foi feito em seis dias diretamente por Deus, como a leitura dominante do Gênesis levava a imaginar. A perspectiva incorporada foi de que o Espírito de Deus esteve sempre presente no longo processo de constituição da Terra, um processo evolutivo ainda incompleto. Deus criador não está agindo com a Terra apenas no passado, inclusive na emergência dos seres humanos entre a multidão de seres vivos, mas está à frente, atraindo a humanidade com toda a natureza na direção de formas superiores de existência. Houve um *alfa*, um início, que ainda procuramos conhecer melhor, mas ainda está em processo o *ômega*, o mundo transformado pela Encarnação e Ressurreição de Jesus Cristo.

Foi uma descoberta impactante, mas não rompeu ainda minha falsa ideia de que tudo isso acontecia em função da pessoa humana, da espécie humana.

O passo seguinte foi dar-me conta de que a Terra *geme e sofre em dores de parto... e deseja libertar-se da corrupção* a que está submetida pela vontade de quem a corrompeu. O que é isso: a Terra é ser vivo? Sente dores de parto para o nasci-

mento de quem? E quem é o corruptor, capaz de atrapalhar ou impedir esse nascimento?

Mas essas questões não eram suficientes. Afinal, a mensagem da Carta ao Romanos referida começa assim: *a criação espera ansiosamente pela revelação dos filhos e filhas de Deus. De fato, a criação foi submetida à corrupção – não por seu querer, mas por vontade daquele que a submeteu – na esperança de ela também ser liberta da escravidão da corrupção para entrar na liberdade da glória dos filhos de Deus*¹¹...

Mensagem revolucionária sobre as relações entre os seres humanos e a Terra. E certamente muitas pessoas fizeram como eu: foquei na responsabilidade das pessoas e sua capacidade de provocar a sua libertação, já que a Terra seria favorecida com isso. Não me dei conta de que se ela sofre em dores de parto, é também sujeito decisivo de sua libertação. Mais uma vez constato, hoje, como tem sido difícil superar a ideia de que o ser humano é o centro de tudo, de toda a história humana da salvação. Somos fruto de uma civilização antropocêntrica e até de uma teologia antropocêntrica.

Pacha Mama

O primeiro choque cultural não chegou aos meus ouvidos a partir de algum povo indígena, e sim de um camponês, comprovando a comunhão de visões entre povos originários e comunidades tradicionais. Foi num encontro de formação em que eu, como educador popular, me esforçava para justificar as razões para que os posseiros exigissem receber a escritura de propriedade de sua terra: sem esse título haveria sempre a ameaça de algum poderoso se apresentar como dono dessas terras, em geral com uma escritura falsa. O importante, aqui, é referir a reflexão apresentada por ele: *nós não precisamos de escritura, já que esta terra nos foi dada por Deus como território em que podemos viver, e isso está demonstrado por termos sido os primeiros que a cultivamos; por isso, nós só levaremos a sério alguém que chegar com um documento com assinatura de Deus, já que a Terra é dele e ele a destinou a nós... Ela não é nem minha. Ela é nosso território para viver nele, não nossa propriedade.*

11 - Cf. Rom 8, 18-25.

Isso provocou um diálogo na equipe de assessoria da CPT, com esse questionamento: até que ponto não estamos levando estas comunidades a serem contaminadas pelo capitalismo contido no entendimento e na relação com a terra como propriedade? O acordo construído foi o de aprofundar com estas pessoas a compreensão de que sua visão da terra como território era correta e de que a relação com a terra precisa superar a lei que consagra o direito que teriam os humanos de se apropriar de parte da Terra, mas que, no contexto em que nos encontrávamos, a única maneira de defender-se dos que desejavam apropriar-se de toda a Terra era requerer, exigir mesmo, o reconhecimento do direito e a escritura da terra em que já se vivia como posseiros.

Esse debate se fez presente também na contribuição que oferecemos à CNBB para a sua Assembleia Geral de 1980, em que se debateu o problema da terra. Nela, sugerimos que o direito à propriedade de terra devia ter como fundamento sua função social, sua destinação à produção dos alimentos necessários para a vida, e por isso, não se devia reconhecer o direito, por mais que tivesse escritura, dos latifúndios improdutivos e especulativos. Foi um passo imenso do Ensino Social da Igreja e de minha compreensão crítica do direito à propriedade, mas a Terra continuou de alguma forma objeto de uso dos seres humanos.

Antes disso, em 1973, por ocasião da elaboração do documento *Y-Juca-Pirama*, já referida, vivenciei, creio eu, o primeiro choque cultural provocado pelo que foi apresentado em relação ao modo de ser e de relacionar com as pessoas e com a Terra dos nossos povos indígenas. A profecia acolhida pode ser percebida no texto com o que foi destacado a partir desse desafio: *como poderia ser o Brasil se tivesse incorporado e como pode ser se incorporar o modo de ser dos povos indígenas?* Indicamos muitas mudanças, inclusive em relação às relações com a natureza, mas não avançamos na direção de reconhecer os direitos da Terra. Estávamos ainda envolvidos pelos direitos das pessoas e dos povos.

O fato é que ao nos depararmos com o desafio de elaborar em grandes linhas o que seria essencial para a construção do “Brasil que Quere-

mos” para a Assembleia Popular, em 2005, num primeiro exercício não saímos do tradicional, sempre em vista de uma sociedade humana para todos e construída com a participação de todos, radicalizando a democracia. Na segunda tentativa, sim, ensaiamos uma mudança profunda e radical: redefinir as estratégias de construção do país que desejávamos a partir das potencialidades e limites de cada bioma existente no território brasileiro. Foi o momento em que a Terra, que se expressa através de diferentes biomas, reconhecidos como berços vivos e fontes de vida, começou efetivamente a entrar na visão, nos planos, nas estratégias de ação.

Foi um primeiro passo, e mesmo assim provocou celeumas e tensões, como já referimos em outro momento. Nada estranho, já que, afinal, estávamos aceitando a presença de um poderoso ser vivo em nossa visão política, um ser que exigia atenção às diferenças de ambientes de vida, descentralização diferenciada para cada bioma, atenção às formas culturais que os seres humanos estabeleceram em cada um deles... Na verdade, foi o exercício inicial de elaborar um planejamento em favor dos direitos das pessoas a partir das condições oferecidas pela Terra.

Mas, com certeza, o grito da Terra por seus direitos veio dos povos andinos, que sistematizaram antes dos demais a proposta de que sem reconhecer os direitos da natureza, Pacha Mama, não há como garantir os direitos das pessoas. E essa cultura e espiritualidade se tornou pauta política na Assembleia Constituinte realizada em Montecristi, Equador, em 2007. Como fruto dos amplos debates e especialmente da participação dos povos originários, a Constituição aprovou, no capítulo VII, os Direitos da Natureza, Pacha Mama:

La naturaliza o Pacha Mama, donde se reproduce y realiza la vida, tiene derecho a que se respete integralmente su existencia y regeneración de sus ciclos vitales, estructura, funciones y procesos evolutivos.

Grito da Amazônia

Nas conclusões do Sínodo da Amazônia, subscritas pelo Papa Francisco em sua mensagem “Querida Amazônia”, o Fórum Mudanças Cli-

máticas e Justiça Socioambiental encontrou um convite e um desafio: reconhecer os direitos da natureza e das pessoas. No seu Seminário nacional de 2019 esse desafio foi assumido como prioridade para suas ações no ano seguinte. Por isso, a partir de 2020, assumi, como pessoa e como animador do FMCJS, a tarefa de provocar uma articulação em favor do reconhecimento dos direitos da natureza. E ela nasceu.

Como sempre, por ser rede e não entidade ou movimento, o FMCJS entrou em campo buscando pessoas e entidades ligadas a isto. Descobrimos que um município de Pernambuco, Bonito, já havia incorporado esse reconhecimento em sua lei municipal em 2017. Pouco depois, entramos em contato com a entidade MAPAS, que havia assessorado o processo em Bonito. Entramos em contato também com o Ministério Público Federal porque, nos muitos documentos publicados em relação aos conflitos criados pela construção da hidrelétrica de Belo Monte, havia referências ao direito da natureza. E para possibilitar o diálogo entre essas e outras entidades, com a presença da REPAM – Rede Eclesial Pan-Amazônica, claro, dinamizadora do Sínodo da Amazônia, foi organizada uma primeira reunião nacional. Aos poucos a iniciativa foi se consolidando como Articulação pelo Reconhecimento dos Direitos da Natureza, a Mãe Terra.

Reconhecer esses direitos significa superar a ideia de que só as pessoas seriam portadoras e sujeitos de direitos. A Mãe Terra, ao ser reconhecida como ser vivo e gerador de vida com mais de 4 bilhões de anos, tem direitos muito anteriores aos dos seres humanos e demais seres vivos. Na verdade, o ponto central de questionamento do antropocentrismo se localiza na constatação de que a espécie humana existe no planeta há pouco tempo, e isso só foi possível porque a Terra gerou espaços vivos e ambiente ecológico que tornou sua existência possível.

Sem diminuir a importância do direito humano a um ambiente saudável e que favoreça a sua vida, possuiu-se a reconhecer que isso não seria possível sem a oferta graciosa desse ambiente pela Terra. E mais, na atualidade e no futuro esse direito humano não poderá ser garantido sem que a Terra se mantenha em condições de mantê-lo e renová-lo. E isso indica

que, na verdade, nenhum direito humano poderá ser garantido sem que a Terra mantenha sua capacidade de renovar os ambientes favoráveis à vida.

Passar de uma concepção antropocêntrica para a compreensão de que o centro definidor das relações entre os seres humanos e deles com todos os seres vivos é o ambiente vital da Terra, migrando para uma visão bio-cêntrica e ecocêntrica, é um desafio de transformação civilizacional, pelo menos para os povos que compõem o denominado mundo ocidental. Mas a hegemonia da prática e da ideologia do denominado mundo liberal, isto é, do mundo da livre iniciativa capitalista, em praticamente todo o planeta por meio da globalização da compra e venda de mercadorias mediadas pela concepção ultraliberal ou neoliberal sob a hegemonia do capital financeiro, praticamente universalizou esse desafio de transição civilizacional.

Torna-se indispensável recordar que essa visão e prática antropocêntrica se torna real e hegemônica na forma “capital cêntrica”, assentada sobre a ilusão de que seria possível um crescimento econômico de produção e consumo sem fim, e especialmente de que esse processo só poderia ser mantido por meio da hegemonia dos detentores de riqueza na forma financeira, dando contorno final às teorias ideológicas que deram origem às constituições e demais leis assentadas sobre a consciente confusão promovida e difundida entre liberdade e livre iniciativa capitalista. Basta dar-se conta de como o fruto das sociedades do denominado mundo livre é a crescente desigualdade econômica e social, e, portanto, a crescente limitação sistêmica de liberdade.

O mais grave é que essa transformação civilizacional se tornou emergência climática, na verdade, socioambiental, como insiste corretamente o Papa Francisco. Sim, um dos frutos visíveis e já trágicos do desenvolvimento da economia de crescimento sem fim é o desequilíbrio climático e social que afeta o planeta Terra. Vejamos um dado publicado pelo IPCC – Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima – no seu recente documento, presente em artigo de Eduardo Sá Barreto¹²:

12 - Ver em: <https://www.ihu.unisinos.br/628449-emergencia-climatica-a-luz-do-relatorio-mais-recente-do-ipcc>.

É isso que o IPCC nos informa com precisão. Estima-se que 58% de todas as nossas emissões desde 1850 ocorreram entre 1850 e 1989, um intervalo de 139 anos. Nos 29 anos seguintes, entre 1990 e 2019, situam-se os 42% restantes [2]. Diante de tudo que sabemos, de toda a exortação e de tudo que fizemos, chamar isso apenas de fracasso é uma forma de elogio.

... Contudo, tanto na página 27 quanto na 33 é dito que “trajetórias ambiciosas de mitigação implicam transformações abrangentes e por vezes disruptivas¹³ em estruturas econômicas existentes, com consequências distributivas significativas nos e entre países”.

Enquanto a humanidade estiver submetida à lógica cega do capital, o futuro possível – e até mesmo provável – que podemos extrair dessas duas passagens é um em que, tendo se fechado as janelas de oportunidade “para todos” e “para alguns”, a multiplicação acelerada de impactos tenderá a impulsionar lutas desesperadas para garantir um planeta habitável “para uns poucos”, com todas as implicações trágicas previsíveis. Por trás do termo sóbrio e acético “consequências distributivas” devemos ser capazes de ler a ampla variedade de consequências que ele realmente indica quando combinado à erosão acelerada das condições de habitabilidade do planeta: imperialismo ecológico, racismo ambiental, ecofascismo, zonas de sacrifício, genocídio, guerra!

O “temos pouco tempo” que ouvimos recorrentemente há trinta anos não se refere mais ao tempo para evitarmos um conjunto bastante dramático de impactos da crise climática. Esse tempo já acabou, é o que nos informa o relatório mais recente do IPCC. O pouco tempo que ainda nos resta diz respeito à tarefa histórica de livrar a humanidade do capital e, assim, recolocar ao nosso alcance a possibilidade de nos adaptarmos a um mundo mais hostil por caminhos em que ainda caibam todos.

Será necessário livrar a humanidade de todo o pacote ideológico, cultural, civilizacional engendrado pelo capital e sua lógica cega.

Consequências

O reconhecimento dos direitos da natureza, a Mãe Terra, muda tudo. Em toda e qualquer relação com o que denominamos natureza a aproximação deve ser carinhosa, como se faz com a mulher que nos gerou. Em

13 - Disruptiva é a ação que provoca ou pode causar desrupção, rompimento; que interrompe o seguimento normal de um processo; que tem capacidade para romper, alterar.

lugar do desejo de possuí-la para usá-la como uma propriedade, cobrando dela o que se transformará em riqueza, a relação deve ser de cuidado. Mais ainda: será preciso perguntar a ela se aceita o que se deseja fazer, respeitando as características do bioma criado por ela em que a gente vai viver e cultivar. Trata-se de conviver, isto é, viver com ela, apostando em sua vida saudável para que a gente também tenha saúde.

Essa mudança coloca sob controle a dominação e a exploração que seres humanos se acostumaram a praticar como se fosse natural. Não é natural, e sim criada por seres humanos e justificada de diferentes formas em cada época da história humana nesse planeta. É correto dar-se conta que essas formas de exploração, bem como as justificativas e até as leis que dão aparência de legalidade a elas, foram e continuam sendo introduzidas por minorias. Até o Estado e a democracia foram concebidos como instrumentos controlados por minorias, usando a consulta popular para a constituição de governos e instituições legislativas para dar aparência de que suas práticas contam com aprovação da maioria da cidadania.

Como foi indicado com dados do IPCC, a velocidade e a intensidade da exploração de recursos naturais da Terra, e de modo especial das fontes fósseis de energia, para manter em crescimento constante a economia aumentou perigosamente a partir de 1990. Basta lembrar cinco setores: a produção e uso de motores movidos a combustão de fontes fósseis para a mobilidade de pessoas e mercadorias; o aumento da necessidade de energia elétrica produzida com fontes fósseis ou nucleares; o aumento da extração de minérios; o aumento da apropriação de áreas de floresta, desmatadas e queimadas para nelas cultivar grãos e bovinos; o aumento do número de cabeças de gado e o consumo de carne em todo o planeta...

Essa exigência de crescimento econômico sem fim, que está no DNA do capitalismo, tem tudo a ver com o processo de intensificação do aquecimento global do Planeta, dando origem e agravando as mudanças climáticas que já ameaçam a existência dos seres humanos na Terra.

Os desobedientes vencerão

Não se trata de resgatar os povos e comunidades que teriam ficado para trás em relação ao que se considera desenvolvimento, e sim de inverter novamente a história: são estes povos e comunidades que nos convidam a mudar, a reaprender a viver e conviver, se desejamos ter futuro.

Não existe a possibilidade de seguir seu modo de vida em tudo, em particular sua convivência com as florestas, de quem são os guardiões. O maior de todos os desafios, é claro, será descobrir com criatividade como sermos moradores de cidades, e de metrópoles imensas, que convivem com a natureza que, mesmo nelas, continua sendo parte de determinado bioma.

Tomemos São Paulo como exemplo: o que foi preservado do bioma imensamente diversificado da Mata Atlântica? Pouco, quase nada. Onde estão as fontes, os riachos e rios, com águas dialogando com sua vegetação ciliar originária e com a atmosfera úmida e chuvosa? Muitos foram impedidos de continuar existindo. Outros foram canalizados e correm no subsolo. Da frondosa floresta, o que resta? Só alguns exemplares, em parques, como as espécies de animais, em parques e zoológicos.

Para voltarem a ser espaços saudáveis, junto com a transição para fontes de energia que não sejam fósseis, será necessário recuperar a convivência com o verde das árvores, dentro de espaços da cidade e ao seu redor. E as nascentes, córregos e rios precisarão ser despoluídos e ter sua vitalidade regenerada, em defesa do seu direito de existir como geradores de condições favoráveis a todas as formas de vida. Água é vida, e árvore, e melhor ainda, floresta é fonte de água, sendo, ao mesmo tempo, purificadora do excesso de dióxido de carbono na atmosfera.

Retomando os povos mestres da humanidade com futuro, deles nos vem o convite a uma vida mais simples, valorizando o que for necessário, evitando o esbanjamento, o consumismo. Sem isso, a Terra não conseguirá recuperar o seu equilíbrio, já que estamos exigindo dela bem mais

do que ela consegue recriar – nossa dívida com ela é igual a mais de seis meses de sua capacidade anual de regeneração.

Uma das formas de diminuir o consumismo tem a ver com o desafio de livrar-nos da dependência das fontes fósseis de energia: gastar o mínimo possível de energia, privilegiando o transporte coletivo, diminuindo drasticamente o uso de automóveis individuais; reorganizar a produção industrial para aproximar os locais de trabalho das áreas de moradia; produzir o máximo de energia possível nos locais de consumo, usando telhados, coberturas de prédios, postes de iluminação, espaços de estacionamento etc., para a transformação dos raios solares e os ventos em energia; gerar biogás com a transformação dos lixos orgânicos e excrementos animais...

Outra diminuição do consumo de bens que sobrecarregam a natureza pode ser realizada com a captação e aproveitamento da água das chuvas, reservando a água com tratamento adequado apenas para a dessedentação das pessoas – e isso, se for bem feito e de forma generalizada, com cisternas em todos os prédios e domicílios, ajudará, com certeza, a diminuir e até evitar as enchentes. E essa estratégia pode e deve ser amplificada com a liberação dos solos em todas as áreas cobertas com cimento ou asfalto possíveis, devolvendo à Terra possibilidades de melhorar a respiração, a umidificação e regeneração da vida do subsolo, possibilitando que suas veias voltem a vibrar, alimentando nascentes, córregos, rios e aquíferos profundos.

O processo de transformação do modo de vida padronizado pela civilização do petróleo, da indústria, do agronegócio, do capital financeiro, tem como meta a redescoberta e retomada da vida humana em harmonia com a natureza, e isso exige a superação da dominação operada pelo sistema capitalista. É por isso que as práticas e propostas de decrescimento econômico fazem sentido, são indispensáveis. Mas é preciso aprender novamente dos povos mestres da humanidade com futuro: como a sociedade construída com a ilusão de que seria possível manter um crescimento de produção e consumo sem fim para uma minoria, deixando a maioria

vivendo na pobreza e na miséria em nome do direito absoluto da propriedade capitalista, os povos originários nos indicam que precisamos viver em comunidades com real igualdade e vida solidária, sem senhores poderosos e ricos, pois só assim a Mãe Terra recuperará sua capacidade de garantir o necessário para toda a sua comunidade de seres vivos.

Nessa perspectiva, está em questão também se o futuro pós-capitalista poderá existir com um socialismo de mercado, em que muda a destinação dos benefícios do aumento da produção com uso de tecnologias cada vez mais eficientes e eficazes, mas é mantido o crescimento do consumo geral. É provável que os povos mestres indiquem que o caminho mais correto de transição seja na direção do ecossocialismo: que tudo seja feito tendo presente o respeito e garantia dos direitos da Mãe Terra e de toda a sua comunidade de vida.

Muito a caminhar

É muito difícil assumir a prática da conversão ecológica, que, na verdade, está relacionada como a conversão social, pois muito corretamente o Papa Francisco insiste que a humanidade enfrenta uma única crise, a socioambiental. Não há como enfrentar a crise ecológica se a concentração da renda e riqueza continuar crescendo; isto é, sem uma transição política real que socialize a riqueza concentrada de forma absurda, colocando-a a serviço da superação da miséria e da fome e, ao mesmo tempo, a serviço do enfrentamento das causas que deram origem e continuam agravando as mudanças climáticas e seus efeitos na vida da Terra, das pessoas e demais seres vivos.

Os passos positivos dados por muitas pessoas e povos são insuficientes para estancar o processo de destruição dos ambientes e das condições socioeconômicas favoráveis à vida. Por enquanto, a humanidade não conta com um espaço institucional criado para o exercício necessário de governo mundial; a ONU continua refém dos países que venceram a chamada segunda guerra mundial, e por mais que seu secretário-geral

tente levar a sério as pesquisas e alertas científicos em relação às tragédias já existentes e as que se agravarão, ela depende da construção de acordos entre todos os governos para implementar medidas efetivas e eficazes. E como os governos dos países mais ricos e poderosos só aceitam mudar se as mudanças os favorecerem a manter e aumentar seu poder e sua riqueza, a ONU não está conseguindo evitar que se continue avançando no caminho do inferno climático, que é, ao mesmo tempo, inferno social.

Faz sentido a insistência de que todas essas mudanças dependem da conversão ecológica das pessoas. Sabe-se que isso é insuficiente se ficar na esfera individual, mas é essencial para que se amplie uma cidadania mundial capaz de exigir as mudanças estruturais, e ela só existirá com mais e mais pessoas em processo profundo de mudança. É muito importante contar com as crianças e jovens, mas não daria tempo esperar que só elas e eles sejam o sujeito histórico dessas mudanças. Até porque não foram elas que provocaram ou deixaram que ações humanas provocassem o descalabro que ameaça a todos os seres vivos.

Para que fique claro, percebo que a mudança pessoal só acontece num processo mais ou menos longo. É mais fácil mudar com o entendimento, com a razão. Difícil, contudo, é sentir-se parte da Terra que sofre em dores de parto, assim como das pessoas humanas que pagam o preço mais alto das mudanças climáticas em suas condições de vida e em seus direitos, já criminosamente afetadas pela miséria, fome, abandono, reforçados pelos preconceitos e pelo racismo. Mas este é o caminho que nos resta!



13

PONTES PARA O MUNDO

Tenho procurado ser brasileiro de fato na maior parte dos dias da já razoavelmente longa vida. E sei que ainda não sou. Em meus desejos de mediações para tornar-me brasileiro tenho afirmado que não poderia sentir-me com direito de afirmar-me brasileiro sem viver um tempo com os povos da Bahia. Com o passar do tempo, dei-me conta de que nem isso seria suficiente. De modo especial nos últimos dez ou quinze anos, percebi que não serei verdadeiramente brasileiro sem conviver por um longo tempo com os povos da Amazônia, e na verdade, também com os povos de outros biomas. E repito, com sinceridade: ainda não me virei pelo avesso, renascendo em cada um dos biomas existentes no Brasil, experimentando que sou filho da Mãe Terra com seus biomas antes mesmo de minha mãe humana, já que ela, junto com meu pai, bem como todas as mães e pais da minha árvore genealógica, são igualmente filhos/as da Terra. Estou longe de dar esse mergulho restaurador da constituição real da espécie humana.

De toda forma, mesmo tendo assumido a militância nacional como prioritária, dedicando a ela quase todos os meus dias, tive algumas oportunidades de viajar para outros países. E relato aqui algumas delas.

Intercâmbio domesticador

Devia ter 21 anos quando fui surpreendido pela notícia de que havia sido selecionado para uma viagem de intercâmbio entre Brasil e Estados Unidos no período de nosso inverno, que na região Sul era intenso nessa época, e de verão estadunidense. Cursava teologia, e como a viagem aconteceria em 1966, achava praticamente impossível ser selecionado no final das diversas etapas. E especialmente pelo seguinte motivo: por ter deixado claro meu posicionamento crítico em relação à ditadura e até mesmo em relação ao controle dos Estados Unidos e demais vencedores da guerra mundial dos anos 1940 sobre a ONU – tendo presente que a iniciativa contava com apoio de empresas desse país do norte atuando no Brasil, e que havia a exigência de declarar não ser comunista nem membro de partidos comunistas para obter o visto de viagem!

Surpreso, por um lado, e quase contra a vontade por causa do que ia se agravando com o avanço da dominação ditatorial, decidi, assim mesmo, participar da programação da viagem, com duração de trinta dias. E foi através dos eventos dessa programação que o grupo de quase 100 universitários de 8 estados foi confirmando a suspeita inicial de mais de 80% desses jovens: o objetivo da iniciativa não se limitava a um intercâmbio cultural, como se anunciava; a cada dia foi ficando mais claro que o desejado era reeducar estudantes de esquerda brasileiros em relação às suas críticas das práticas de dominação colonial, e de modo especial em relação ao apoio estadunidense ao processo de preparação, de efetivação do golpe cívico-militar de 1964 e de sua sustentação internacional.

Presente em todas as etapas, esse objetivo foi escancarado quando, numa das atividades obrigatórias, fomos contemplados com uma palestra de Lincoln Gordon na visita à Secretaria de Estado. Esse senhor tinha sido nada menos do que embaixador dos Estados Unidos durante todo o processo de preparação e efetivação do golpe de estado. E ele tentou, em sua fala, convencer a plateia de que ele e o governo de seu país não tinham

apoiado e participado dele, mas que, sim, o consideravam um evento necessário para conter o avanço do comunismo no Brasil.

Como em relação a outros conferencistas, havia possibilidade de os dez grupos que reuniam estudantes de diferentes estados brasileiros elaborarem e apresentarem suas dúvidas por meio de perguntas. Como eu havia sido escolhido para coordenar um desses grupos, e nesse evento, o nosso grupo devia ser o primeiro a apresentar suas perguntas, coube-me ser porta-voz da seguinte decisão do conjunto dos coordenadores dos grupos: *por considerarmos que o palestrante mentiu ao falar sobre a relação entre os Estados Unidos e a ditadura no Brasil, e por não concordarmos com a acusação de que o processo democrático agredido de forma ditatorial tivesse sido de comunização do país, decidimos não apresentar nenhuma pergunta.*

Imaginem a confusão dos organizadores frente aos aplausos e palavras de ordem contra a ditadura que tomaram conta do amplo salão em que nos encontrávamos. Tentaram recuperar a ordem e devolver a palavra ao palestrante. Mas como ele sugeriu que lêssemos a publicação em que ele tentava provar a “inocência” em relação à ditadura, a vaia o silenciou e forçou que o evento fosse encerrado.

Tenho certeza de que quase 90% do grupo voltou ao Brasil mais convencido de que nunca de que os Estados Unidos estavam envolvidos totalmente com a ditadura e de que, por isso, seria muito importante participar ativamente das iniciativas políticas que apressassem o fim da ditadura e da dominação estrangeira. Alguns foram presos ao chegarem em São Paulo. De minha parte, levando a sério a convicção de que havia sido filmado quando apresentei a decisão de todos os grupos, consegui, junto com dois companheiros gaúchos, que os organizadores aceitassem dividir a passagem de retorno para que pudéssemos ficar três dias em Lima, Peru, para participar de um evento para o qual havíamos sido convidados. Mesmo com todas as dificuldades enfrentadas em Lima, já que ninguém nos aguardava e não tínhamos “dólares”, foi o que nos possibilitou remarcar o retorno ao Brasil para Porto Alegre e contarmos com amigos no aeroporto, que denunciariam a eventual e possível prisão.

Haveria outras provas do real objetivo dos organizadores, como a palestra de um ex-embaixador na América Central envolvido com um golpe de estado em El Salvador em nossa visita à OEA, em que repetimos a decisão de não apresentar perguntas, mas creio que o destacado em relação ao Lincoln Gordon é mais do que suficiente. O que vale ressaltar é que, ao sermos provocados a fazer a avaliação individual sobre tudo o que aconteceu na viagem, conseguimos que a ampla maioria apresentasse de forma explícita sua percepção da contradição entre os objetivos apresentados desde o início do processo de seleção e o que aconteceu no decorrer da programação. Tenho certeza de que isso contribuiu para que esse programa de “intercâmbio” fosse encerrado pouco tempo depois.

Relações de solidariedade internacional

Devo muito à solidariedade internacional. Desde o início dos anos 1970, para melhorar as condições de trabalho no município de Itapuranga como parte da missão assumida na diocese de Goiás, bem como para visitar grupos de voluntários/as leigos e religiosos que, a partir da formação no Centro de Orientação Missionária, de Caxias do Sul, atuavam no grande estado de Goiás, incluindo o atual Tocantins, e o sul do Pará, contei com o apoio da Adveniat¹⁴ para a compra de um fusquinha. Ele serviu de apoio também para o início da missão na Secretaria Nacional da Comissão Pastoral da Terra, a partir de 1975.

Uma vez iniciado o trabalho da CPT, a relação com o Comitê Católico contra a Fome e pelo Desenvolvimento – CCFD, organismo de solidariedade internacional da Igreja Católica da França, foi mediada inicialmente por Dom Tomás Balduino, que levou em mãos um pequeno projeto de ajuda para viabilizar as primeiras iniciativas desta pastoral, e que foi imediatamente aprovado. Pouco depois, recebi do CCFD um convite para participar e assessorar um encontro de entidades similares de solidariedade da Bélgica, Holanda, Inglaterra e Irlanda, realizado em

14 - Organismo da Igreja Católica da Alemanha para apoio a trabalhos pastorais em países empobrecidos.

Dublin, na Irlanda. Sou grato por essa oportunidade de ter notícias diretas de práticas populares apoiadas por elas em todos os continentes, com destaque para a África e a América Latina. Além disso, por participar de um diálogo aberto e franco sobre a realidade brasileira nos anos mais duros da longa ditadura iniciada em 1964, bem como sobre a metodologia educativa praticada pela CPT, análise crítica que compartilhei com um brasileiro exilado na França, Francisco Whitaker, que regressou a partir da Lei de Anistia e passou a ser um grande companheiro de caminhada até os dias atuais.

Ao retornar da Irlanda, a acolhida do novo amigo Francisco e nova amiga Henrienne de Chaponé, que viabilizava os apoios do CCFD a iniciativas no Brasil, manteve contatos com exilados brasileiros na França e Bélgica. Passei a ser testemunha viva do sofrimento injusto que viviam, castigados por terem até corrido risco de vida em iniciativas educativas e mobilizadas em favor dos explorados pelas empresas capitalistas e dominados por uma ditadura cruel. Foi também em nome deles e delas que participei ativamente da luta em favor da lei de Anistia, alcançada em 1979.

Sinto necessidade de destacar a já longa relação com a Misereor, entidade de solidariedade internacional da Igreja Católica da Alemanha em favor de iniciativas sociais. O normal dessas relações se originava de um projeto contendo pedido de apoio, mas isso não foi o que vivi. Foi a Misereor que entrou em contato comigo, e o fez para oferecer apoio à CPT a partir de notícia que haviam recebido sobre sua existência e atuação. Como a oferta, é muito provável que tenha sido surpreendente também a minha resposta: em vez de enviar um pedido de apoio financeiro através de um projeto, preferi agradecer pelo contato e pela oferta e comunicar que, por já contar com o apoio do CCFD, a CPT não precisava de novos recursos; deixei aberta a porta, contudo, para possíveis e prováveis necessidades que poderiam se avolumar, indicando que seria muito bom contar com seu apoio nessa circunstância.

Foi o que aconteceu quando as equipes de CPT regionais indicaram que necessitavam de apoios na área jurídica, na análise sociopolítica

da realidade e na melhoria da comunicação, reforçando a assessoria até então realizada apenas por mim, como Secretário Nacional. Com apoio do Conselho Nacional, foi encaminhado um projeto solicitando apoio financeiro para a contratação de três novos assessores e para a continuidade do trabalho do secretário e da secretaria nacional, fundamentalmente viabilizada por voluntários/as. Foi aprovado rapidamente, e a partir daí, o apoio de projetos viabilizados por Misereor tem tudo a ver com trabalhos que consegui realizar. É com seu apoio que o FMCJS tem realizado seus trabalhos até os dias atuais.

Ser cidadão da Pátria Grande

Este continua outro um grande desejo e desafio. Fruto de leituras de clássicos latino-americanos e, de modo especial, do grande passo libertador dado pelo povo cubano ao derrotar a ditadura de décadas que o dominava servindo aos exploradores do vizinho Estados Unidos. Isso aconteceu em 1959, ano em que fiz a transição do então denominado 2º grau para o curso de Filosofia, deixando a cidade natal, Caxias do Sul, para a cidade de Viamão, na Grande Porto Alegre, em que estava o chamado “seminário maior” das dioceses, em que eram ministrados os cursos de Filosofia e Teologia.

A admiração pelo feito inédito dos cubanos não foi suficiente para desmontar a insistente campanha dos meios de comunicação e da pregação majoritária da Igreja Católica contra o que era apresentado como avanço do comunismo ateu, e por isso, carregada com todas as acusações repetidas há décadas em relação à União Soviética. Foi preciso participar de diálogos horizontais, entre estudantes, e, no meu caso, contar com as análises e reflexões críticas realizados nas equipes de jovens da Ação Católica Universitária – JUC, em que passei a participar como estudante, para ter uma compreensão mais profunda do passo dado pelo povo cubano.

Posso afirmar com alegria que contribuí na organização de grupos de reflexão sobre a realidade política nacional e internacional no am-

biente do curso de Filosofia. Esse processo de base levou nosso curso a participar da União Estadual de Estudantes, filiada à União Nacional de Estudantes, e isso exigiu amadurecimento de nossas opções políticas, já que o embate entre diferentes visões e propostas de processo de desenvolvimento nacional e, em nosso caso, de transformação social com justiça e participação popular, era muito intenso e às vezes violento. A dimensão latino-americana fazia parte do mundo diferente que desejávamos construir.

Como participante e animador nacional de frentes de ação como a Pastoral da Terra, a Cáritas Brasileira, o conjunto das pastorais sociais da CNBB, a mobilização contra o pagamento da dívida externa, o processo do Fome Zero e a luta contra as mudanças climáticas, entre outras, abriu oportunidades de participação em encontros e ações de organização realizadas em diversos países da América Latina: Argentina, Paraguai, Chile, Bolívia, Equador, Peru, México, Nicarágua, Cuba. Foi assim que confirmei a consciência e alimentei o sentimento da necessidade da união de forças entre os povos de fato constitutivos da Pátria Grande, tendo presente que os colonizadores e as elites que continuam até hoje enriquecendo submetidas ao domínio dos países centrais do capitalismo sempre agiram contra os direitos e projetos políticos dos nossos povos.

Por um mundo novo possível e em construção

Todos e todas que têm notícias, e mais ainda, participaram/participam do Fórum Social Mundial, sabem que o grande sonho, utopia, urgência histórica e possibilidade concreta de existência é o que se denominou “novo mundo possível e em construção”.

Não limitei minha participação a alguns dos eventos internacionais em que estive presente. Contribuí em outros sem estar fisicamente presente. Mais ainda, assumi a inspiração e metodologia ao desencadear e contribuir com processos que deram maior concretude ao sonho universal. Lembro dois deles: o apoio participativo ao surgimento e consolida-

ção do Fórum Social Pan-Amazônico – FOSPA, e à Articulação pela Transição Energética Popular – TEP. O FOSPA tem a ver com a grande região amazônica, em que repartem responsabilidades, por causa dos processos históricos, nove países sul-americanos: Brasil, Bolívia, Equador, Peru, Colômbia, Venezuela, Suriname, Guiana e Guiana Francesa. E esse é o território em que povos originários, quilombolas, comunidades tradicionais e classes exploradas lutam em favor da preservação do que ainda pode evitar o colapso climático final.

A Transição Energética Popular é uma frente de ação continental animada pelos Fóruns da Bolívia, Peru e Brasil que atuam em favor do enfrentamento do que provoca e agrava as mudanças climáticas na região e em todo o Planeta, apoiados ativamente pelo organismo de solidariedade internacional da Igreja Católica da Alemanha, Misereor. Seu grande objetivo é a geração de consciência crítica em relação a tudo que agrava as mudanças climáticas, junto com práticas de geração e uso de energia menos agressivas à Mãe Terra. Através de sua participação ativa no FOSPA, na COP e em outros espaços sociopolíticos e pastorais, está em processo de expansão continental.

Os sinais e gritos da Mãe Terra estão se tornando cada vez mais fortes e ameaçadores por causa do crescente desequilíbrio climático provocado por ações humanas insanas que insistem em manter um crescimento econômico e um consumo sem fim fundamentalmente mantido pelo petróleo e outras fontes fósseis de energia. E isso, junto com a teimosa luta por modos de vida, de produção e de consumo em harmonia e cooperação com os biomas que constituem a Mãe Terra, torna quase agonizante a consciência da necessidade de mudanças profundas na vida das pessoas e nas formas de produção e consumo em todo o Planeta, o que só acontecerá ou com a transformação política da ONU num espaço realmente democrático de governo mundial, ou com a criação de uma Conferência Mundial dos Povos, capaz de mobilizar a cidadania planetária para exigir as mudanças que podem salvar a vida humana e de outros seres vivos por mais tempo na Terra.

POSFÁCIO

No momento da tomada de decisão sobre como disponibilizar meus relatos de andarilho aprendente, batem em minhas janelas e tensionam todos os meus sentidos alguns acontecimentos impactantes em relação ao que será a caminhada da humanidade nas próximas décadas. Destaco alguns.

A guerra de Israel contra os palestinos de Gaza, provocada pela violência do cercamento militarizado que faz este povo viver numa prisão a céu aberto e que, por isso, tem, hoje, menos perspectivas de ter reconhecido pelo menos parte do território em que vivia quando foi criado pela ONU o Estado de Israel no final da década de 1940, violência que levou o Hamas a romper os muros, invadir o espaço grilado e anexado por Israel e agir com extrema violência contra quem encontrou pela frente. A resposta de Israel só pode ser definida como genocídio, mesmo se reconhecida pelo governo dos Estados Unidos e seus subordinados na Europa Ocidental como se fosse um “direito de resposta” de um país inocente e pacífico a uma agressão terrorista.

Somada à guerra provocada pela OTAN e que levou a Rússia a invadir a Ucrânia e a outros conflitos armados que parecem não ter fim, a

reincidente violência israelense contra o povo palestino, de que faz parte a falência do Conselho de Segurança da ONU que, mais uma vez, não agiu por força do “direito de veto” de um único membro, os USA, levanta a seguinte dúvida: será a multiplicação de guerras de dominação política e econômica o caminho de autodestruição da humanidade no planeta Terra? O desfecho da brincadeira irresponsável de fabricação de armas nucleares se dará no uso de bombas atômicas?

Outro acontecimento com potencial de afetar a humanidade é o Sínodo dos Bispos da Igreja Católica, convocado pelo Papa Francisco para dialogar sobre a sinodalidade como forma de ser igreja em todas as instâncias, desde as comunidades locais até a prática partilhada do serviço papal. Caminhar juntos, colocando em prática o que se decidiu a partir do ir ao encontro e escutar o que o Espírito divino revela como sua missão no tempo presente na vida concreta dos povos, com primazia dos empobrecidos e injustiçados. Caminhar juntos, atendendo às dores de parto da Mãe da vida, a Terra, dando o exemplo de convivência amorosa com ela como fruto da conversão ecológica, e mobilizando tudo e todos/as que for possível para evitar a consumação da hecatombe climática, na sua dimensão ambiental e social. O tempo está se esgotando, profetizam os povos originários e avisam os estudiosos do IPCC, e cada seguidor/a de Jesus, cada comunidade de seguidores/as e o conjunto mundial destas comunidades não podem ficar indiferentes nem deixar-se levar por mentiras dos que, criminosamente, são falsos profetas, que proclamam mentiras em nome de Deus, agradando os que se beneficiam do sistema capitalista e preferem adorar o ídolo riqueza e poder, mesmo sabendo que isso está aniquilando as condições para a humanidade continuar existindo neste Planeta.

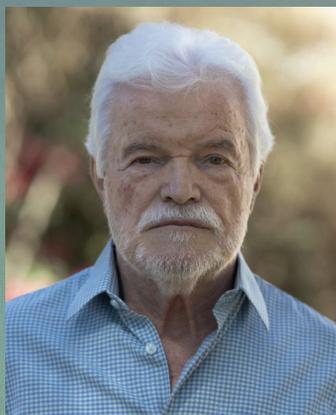
Foi realizado, no início de outubro de 2023, o 2º Fórum Brasileiro dos Direitos da Natureza, em Ilhéus, Bahia, e nele, depois de um dia acolhidos/as pelos Tupinambá da Aldeia Tukum, com suas danças sagradas à Mãe Terra e as mensagens de diversos povos originários, foi confirmada a decisão de avançar no processo de mobilização sociocultural e sociopo-

lítica nacional e internacional pelo reconhecimento dos direitos da Natureza. Só quando a humanidade se der conta e assumir, agradecida, que sua existência depende da existência da sua Mãe Terra, e que, por isso, os direitos dela são anteriores aos dos humanos e demais membros da comunidade de vida, pessoas e povos terão coragem, força e amor radical para buscar modos de vida simples e de convivência com a Natureza, bem como para impedir que alguns de sua espécie continuem poluindo a atmosfera com gases de efeito estufa, aumentando o aquecimento global e agravando os desastres socioambientais.

Além disso, retomando as grandes causas a que dediquei minha vida, preciso ser agradecido pelos avanços conquistados, mas, sendo realista, a reforma agrária está emperrada, o reconhecimento dos territórios dos povos indígenas avança lentamente demais, a miséria e a fome continuam realidade estrutural, os direitos dos trabalhadores, e especialmente dos que sobrevivem em relações informais, subempregados ou desempregados, continuam seriamente ameaçados – e por isso, tudo somado, a conquista de uma sociedade assentada sobre bases de cooperação e convivência entre as pessoas e com a Natureza continua um horizonte, uma utopia.

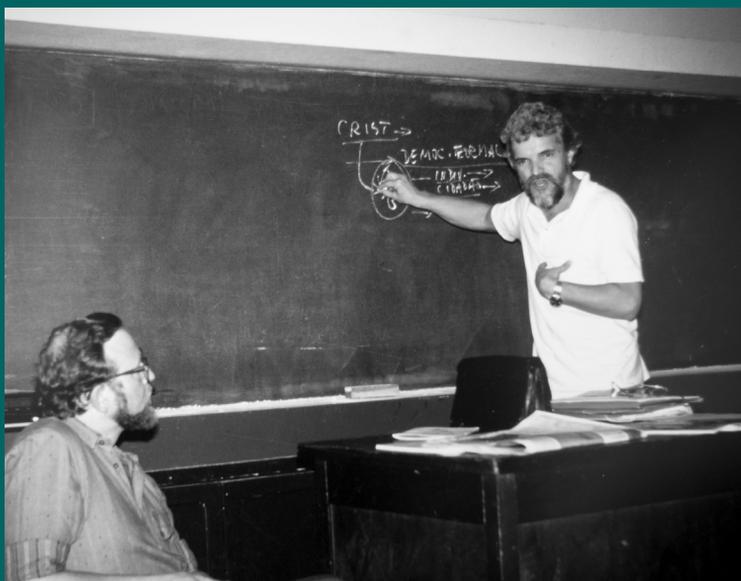
Para que serve a utopia, se a cada passo dado em sua direção, ela continua um horizonte? Serve para isso: continuar caminhando, dando os passos ainda possíveis para que ela esteja mais próxima de nós, mesmo sabendo que nunca a realizaremos plenamente. Isso vale, negativamente, por ser a maneira de não fazer parte dos que impediram, e impedem, de forma desonrosa ou criminosa, que a humanidade dê os passos de realização de sua vocação. E vale, positivamente, como passos na direção do seguimento fiel ao compromisso, e graça divina, de ser parte das comunidades que constroem relações com a marca da promessa de Reino de Deus.

É isso, amigas e amigos! esperar, sempre!



Ivo Poletto – com formação em Filosofia, Teologia e Ciências Sociais. Foi o primeiro Secretário Executivo Nacional e Assessor da Comissão Pastoral da Terra (CPT) por mais de 18 anos (1975 a 1992); Assessor Nacional da Cáritas Brasileira por mais de 10 anos (1992 a 2003); membro da equipe de mobilização social do programa Fome Zero, do Governo Federal, de 2003 a 2004; atualmente é Assessor Nacional do Fórum Mudanças Climáticas e Justiça Socioambiental - FMCJS. Autor dos livros: “Brasil: oportunidades perdidas. Meus dois anos no governo Lula”. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2005, e “Biomas do Brasil – da exploração à convivência,” disponível em versão digital no site do FMCJS.





Todo livro é sempre uma conversa entre o escritor e as pessoas que o leem. Este livro que, agora, você tem em mãos, convida as pessoas que o leem a fazer uma viagem iniciática. Trata-se de uma inserção que, além de social e política, é afetuosa e mesmo espiritual, no sentido místico dos movimentos sociais brasileiros que nutrem a espiritualidade como ética amorosa da solidariedade transformadora.

Nesse livro, com seu estilo de fala simples, leve e, ao mesmo tempo, profunda, Ivo Poletto como que nos pega pela mão e nos conduz por uma história incrível e fascinante de mais de 50 anos de caminhada eclesial, social e política. Através dessas páginas, escritas sempre com o carisma de comunicador que o caracteriza, ele nos conduz para dentro do coração de muitos irmãos e irmãs que, em nome de sua fé cristã e como Igreja, não apenas fizeram opção prioritária pelo povo empobrecido, mas veem como sua vocação se inserir em meio às comunidades do campo e das periferias urbanas, marcadas pela injustiça estrutural ainda vigente na sociedade.

Marcelo Barros

